



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

VALEXA MORAES DE BARROS

**VIVÊNCIAS DE MÃES SOLO UNIVERSITÁRIAS NO CONTEXTO
AMAZÔNICO: as reverberações do abandono paterno na trajetória acadêmica**

**MANAUS – AM
2025**



VALEXA MORAES DE BARROS

**VIVÊNCIAS DE MÃES SOLO UNIVERSITÁRIAS NO CONTEXTO
AMAZÔNICO: as reverberações do abandono paterno na trajetória acadêmica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais
Orientadora: Profa. Dra. Iolete Ribeiro da Silva

**MANAUS – AM
2025**

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

B277v Barros, Valexa Moraes de
 Vivências de Mães solo universitárias no contexto Amazônico: as
 reverberações do Abandono Paterno na trajetória acadêmica. / Valexa
 Moraes de Barros. - 2025.
 102 f. : il., color. ; 31 cm.

 Orientador(a): Iolete Ribeiro da Silva.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa
 de Pós-Graduação em Psicologia, Manaus, 2025.

 1. Maternidade. 2. Paternidade. 3. Estudantes. 4. Universidade. 5.
 Amazonas. I. Silva, Iolete Ribeiro da. II. Universidade Federal do
 Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título

BARROS, V. M. Vivências de Mães solo universitárias no contexto Amazônico: as reverberações do Abandono Paterno na trajetória acadêmica. 102f. Dissertação. Universidade Federal do Amazonas. Orientadora: Profa. Dra. Iolete Ribeiro da Silva. Manaus – Amazonas.

Aprovado em 25/07/2025

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Iolete Ribeiro da Silva – Presidenta
Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra. Maria Conceição Costa – Membro Interno
Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra. Maise Caroline Zucco - Membro Externo
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Adria de Lima Sousa - Suplente Interno
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dra. Munique Therense Costa de Moraes Pontes - Suplente Externo
Universidade do Estado do Amazonas

DEDICATÓRIA

À todas as mulheres e mães que resistem para ocupar seus lugares na sociedade, dedico esta escrita — tecida entre brechas de tempo, cuidados e desafios. Em especial, às estudantes Borboleta, Resiliência e Persistência, cujas narrativas se entrelaçaram às minhas vivências maternas, impulsionando a construção desta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui foi uma travessia marcada por afetos, desafios e resistências. Esta dissertação não nasceu de um percurso solitário, mas foi construída sobre redes de apoio, pessoais e acadêmicas.

Agradeço à Deus e às minhas ancestrais mulheres, pelas forças invisíveis que me sustentaram nos momentos de cansaço e incertezas. Em especial à minha mãe, Jucileide Martins, que desde cedo me incentivou, mesmo sem perceber, a compreender que a educação é o melhor caminho. Te agradeço, mãe, por ter sempre apoiado meus estudos e acreditado em mim, mesmo quando os passos pareciam incertos.

À minha irmã Valéria Moraes, por me inspirar com sua determinação constante, mesmo diante das adversidades; à Delcimar Martins, que também cuidou de mim desde criança, e hoje segue sendo professora dedicada ao ofício da educação; e à minha tia Lindalva Martins (*in memoriam*), que carinhosamente me tratava como se fosse filha. Agradeço a vocês pelo apoio e pela motivação.

Ao meu filho, Uriel Moraes, que me mostra diariamente o que é viver a maternidade real em meio à formação acadêmica, com toda a sua complexidade, feita de acertos e erros, de um amor construído entre dilemas, dúvidas, tentativas e ausências. Sua fala genuína ao dizer: “Mamãe, você não vai parar estudar? Você vai ficar muito inteligente”, me motiva e, ao mesmo tempo revela o reconhecimento daquilo que move esta trajetória: a minha busca constante por aprender. Gratidão, filho, por tentar compreender esse processo do seu jeitinho.

Ao meu esposo Leonardo Moura, que tem vivenciado comigo a jornada da pós-graduação, como doutorando. Esse percurso compartilhado nos fortaleceu enquanto casal, pois atravessar cada etapa juntos nos tornou mais parceiros e mais empáticos, capazes de compreender os processos de dedicação, reclusão e, por vezes, de renúncia que fazem parte da vida universitária. Obrigada pela sua reciprocidade.

À minha professora e orientadora, Iolete Ribeiro da Silva, uma grande referência para mim e, sem dúvida, a melhor orientadora que eu poderia ter tido. Agradeço pelos ensinamentos generosamente compartilhados, pela compreensão ao longo da caminhada e pela liberdade criativa que foi essencial para o meu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Sou grata por tornar esse processo mais leve, significativo e possível.

À minha amiga Ruth Almeida, com quem me reencontrei nesta vida, num gesto carregado de afetos e sincronicidade. Nossa amizade se reconectou de forma natural, tornando você uma parceria essencial na pós-graduação, onde compartilhamos bons momentos, superamos desafios e ressignificamos nossas trajetórias enquanto mulheres que buscam conhecimento, constroem sentido e resistem nesse espaço.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pelo apoio ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGPSI-UFAM).

“O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito”.

Elisabeth Badinter

BARROS, V. M. Vivências de Mães solo universitárias no Contexto Amazônico: as reverberações do abandono paterno na trajetória acadêmica. 102f. Dissertação. Universidade Federal do Amazonas. Orientadora: Profa. Dra. Iolete Ribeiro da Silva. Manaus – Amazonas.

RESUMO

A expressão "mãe solo" tem ganhado popularidade na sociedade atual como uma tentativa de desconstruir a definição pejorativa relacionada ao estado civil "mãe solteira". Historicamente, o termo foi visto sob a ótica do controle social em sociedades patriarcais, onde a maternidade era um meio de subjugação das mulheres perante os homens. No Brasil, a maioria das mães solo são mulheres negras, concentrando-se majoritariamente nas regiões Norte e Nordeste. Entre essas mulheres, apenas uma parcela limitada consegue acessar e permanecer no ensino superior, o que evidencia a persistência de desigualdades estruturais profundamente enraizadas no contexto social, racial e territorial brasileiro. É nesse cenário de desafios que se insere esta dissertação, que integra a linha pesquisa Processos Psicossociais, e se vincula ao Projeto HUMANITAS – CT&I FAPEAM. A pesquisa tem como objetivo analisar as possíveis reverberações do abandono paterno na trajetória acadêmica e na permanência de mães solo universitárias no contexto amazônico. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória e de campo, embasada na Psicologia Sócio-Histórica. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado a entrevista narrativa com três mães universitárias, sendo duas mulheres negras e uma mulher branca, todas oriundas do interior do Amazonas e estudantes do campus da UFAM e UEA de Parintins. A análise dos dados se deu por meio do Núcleos de Significação baseado na proposta Teórico-Metodológica da Psicologia Sócio-Histórica. A aglutinação dos pré-indicadores constituiu 12 indicadores, possibilitando a construção de quatro núcleos de significação: Núcleo 1) A Luta pela Inserção na Educação: Entre Interrupções e Recomeços; Núcleo 2) A Permanência na Universidade em Meio aos Desafios: Conciliando Realidades e Resistindo; Núcleo 3) Negligência Paterna, Maternidade e a Força dos Filhos que impulsionam a Trajetória Acadêmica, e Núcleo 4) A Universidade como Espaço de Transformação, Potencial e Limitações para as Mães Estudantes. Os resultados revelam que o percurso educacional das estudantes foi marcado por interrupções e recomeços, evidenciado desde os primeiros anos. Na universidade, elas enfrentaram vários desafios, desde a questão financeira à ausência de infraestrutura e recursos básicos, mas também durante a trajetória puderam contar com suas redes de apoio. Um dos achados mais relevantes foi a reverberação da negligência paterna, caracterizado pela omissão do cuidado que acarreta sobrecarga exclusiva para as mães. O abandono paterno impacta a trajetória acadêmica, gerando dilemas e sentimento de culpa nas estudantes por precisarem deixar seus filhos para estudar. A universidade representa ainda um espaço de transformação e de ressignificação, mas suas limitações estruturais, como ausência de fraldário e apoio, negligenciam as especificidades da maternidade, reforçando desigualdades de gênero, territoriais e sociais. Dessa forma, a pesquisa contribui para desvelar a invisibilidade da maternidade solo na universidade e para nortear políticas públicas considerando a corresponsabilidade parental, e políticas estudantis mais inclusivas, garantindo equidade e o direito à educação de qualidade no singular contexto amazônico.

Palavras-chave: Maternidade; Paternidade; Estudantes; Universidade; Amazonas.

BARROS, V. M. **Experiences of Solo University Mothers in the Amazonian Context: The Reverberations of Paternal Abandonment in the Academic Trajectory.** 102f. Dissertation Federal University of Amazonas. Supervisor: Profa. Dra. Iolete Ribeiro da Silva. Manaus – Amazonas.

ABSTRACT

The expression “solo mother” has gained prominence in contemporary society as an attempt to deconstruct the pejorative connotation associated with the civil status “single mother.” Historically, the term has been viewed through the lens of social control in patriarchal societies, where motherhood served as a means of subjugating women to men. In Brazil, the majority of solo mothers are Black women, primarily concentrated in the North and Northeast regions. Among these women, only a limited portion is able to access and remain in higher education, which highlights the persistence of structural inequalities deeply rooted in Brazilian social, racial, and territorial contexts. It is within this scenario of challenges that this dissertation is situated, aligned with the research line Psychosocial Processes and linked to the HUMANITAS – CT&I FAPEAM Project. The research aims to analyze the possible reverberations of paternal abandonment on the academic trajectory and university persistence of solo mothers in the Amazonian context. Methodologically, this study is characterized as qualitative, exploratory, and field-based, grounded in Socio-Historical Psychology. Data collection was carried out through narrative interviews with three university mothers, two black women and one white woman, all from the interior of Amazonas and studying at the UFAM and UEA campuses in Parintins. Data analysis was conducted using the Core of Meaning technique, based on the Theoretical-Methodological framework of Socio-Historical Psychology. The clustering of pre-indicators generated 12 indicators, which enabled the construction of four meaning core: Core 1 – The Struggle for Educational Access: Between Interruptions and New Beginnings; Core 2 – University Persistence Amidst Challenges: Reconciling Realities and Resisting; Core 3 – Paternal Negligence, Motherhood, and the Strength of Children That Drives the Academic Journey; Core 4 – The University as a Space of Transformation, Potential, and Limitations for Student Mothers. The results reveal that the students’ educational paths were marked by interruptions and new beginnings, evident since their early years. At university, they faced several challenges, from financial hardship to the lack of infrastructure and basic resources. Still, throughout their trajectory, they were able to rely on their support networks. One of the most relevant findings was the reverberation of paternal neglect, characterized by the omission of care that places the entire burden on mothers. Paternal abandonment impacts academic trajectories, generating dilemmas and feelings of guilt among students who must leave their children in order to study. The university also represents a space for transformation and re-signification, however, its structural limitations, such as the absence of baby-changing facilities and institutional support, overlook the specificities of motherhood, reinforcing gender, territorial, and social inequalities. Thus, this research contributes to unveiling the invisibility of solo motherhood within the university and to guiding public policies that consider parental co-responsibility, as well as more inclusive student policies, ensuring equity and the right to quality education in the unique Amazonian context.

Keywords: Motherhood; Fatherhood; Students; University; Amazonas.

BARROS, V. M. Vivencias de Madres Sola Universitarias en el Contexto Amazónico: Las Reverberaciones del Abandono Paterno en la Trayectoria Académica. 102f. Disertación. Universidad Federal de Amazonas. Tutora: Profa. Dra. Iolete Ribeiro da Silva. Manaus – Amazonas.

RESUMEN

La expresión “madre sola” ha ganado popularidad en la sociedad actual como un intento de deconstruir la definición peyorativa relacionada con el estado civil de “madre soltera”. Históricamente, el término ha sido visto desde la óptica del control social en sociedades patriarcales, donde la maternidad era un medio de subordinación de las mujeres frente a los hombres. En Brasil, la mayoría de las madres solas son mujeres negras, concentradas principalmente en las regiones Norte y Nordeste. Entre estas mujeres, solo una parte limitada logra acceder y permanecer en la educación superior, lo que evidencia la persistencia de desigualdades estructurales profundamente arraigadas en el contexto social, racial y territorial brasileño. Es en este escenario de desafíos que se inserta esta disertación, la cual forma parte de la línea de investigación Procesos Psicosociales y está vinculada al Proyecto HUMANITAS – CT&I FAPEAM. La investigación tiene como objetivo analizar las posibles reverberaciones del abandono paterno en la trayectoria académica y en la permanencia de madres solas universitarias en el contexto amazónico. Metodológicamente, se caracteriza como una investigación de enfoque cualitativo, exploratorio y de campo, basada en la Psicología Sociohistórica. Como instrumento de recolección de datos se utilizó la entrevista narrativa con tres madres universitarias: dos mujeres negras y una mujer blanca, todas provenientes del interior del estado de Amazonas y estudiantes de los campus de la UFAM y la UEA en Parintins. El análisis de los datos se realizó a través de Núcleos de Significación, basado en la propuesta teórico-metodológica de la Psicología Sociohistórica. La agrupación de los preindicadores constituyó 12 indicadores, lo que permitió la construcción de cuatro núcleos de significación: Núcleo 1) La lucha por la inserción en la educación: entre interrupciones y nuevos comienzos; Núcleo 2) La permanencia en la universidad en medio de los desafíos: conciliando realidades y resistiendo; Núcleo 3) Negligencia paterna, maternidad y la fuerza de los hijos que impulsan la trayectoria académica; y Núcleo 4) La universidad como espacio de transformación, potencial y limitaciones para las madres estudiantes. Los resultados revelan que el recorrido educativo de las estudiantes estuvo marcado por interrupciones y recomienzos, evidentes desde los primeros años. En la universidad, enfrentaron diversos desafíos, desde dificultades financieras hasta la falta de infraestructura y recursos básicos, pero también pudieron contar con sus redes de apoyo a lo largo de su trayectoria. Uno de los hallazgos más relevantes fue la reverberación de la negligencia paterna, caracterizada por la omisión del cuidado que genera una sobrecarga exclusiva para las madres. El abandono paterno impacta la trayectoria académica, generando dilemas y sentimientos de culpa en las estudiantes por tener que dejar a sus hijos para poder estudiar. La universidad representa además un espacio de transformación y resignificación, pero sus limitaciones estructurales, como la ausencia de salas de lactancia y apoyo institucional, descuidan las especificidades de la maternidad, reforzando desigualdades de género, territoriales y sociales. De esta forma, la investigación contribuye a visibilizar la maternidad sola en el ámbito universitario y a orientar políticas públicas que consideren la corresponsabilidad parental, así como políticas estudiantiles más inclusivas, garantizando la equidad y el derecho a una educación de calidad en el singular contexto amazónico..

Palabras clave: Maternidad; Paternidad; Estudiantes; Universidad; Amazonas.

LISTA DE SIGLAS

CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CESP	Centro de Estudos Superiores de Parintins
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONSUNI	Conselho Universitário
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPMT	Ensino Presencial Mediado por Tecnologia
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
ICSEZ	Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia
IFES	Instituições Federais de Educação Superior
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PAPU	Política de Apoio à Parentalidade na Universidade
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PSC	Processo Seletivo Contínuo
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM.	Universidade Federal do Amazonas
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa ilustrativo dos municípios de origem das participantes.....	38
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Quadro resumo do perfil das Participantes.....	44
Tabela 2. Quadro de indicadores e núcleos de significação.....	46

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1. INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I	20
2. REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1. A Psicologia Sócio-Histórica como marco epistemológico	20
2.2. Abandono Paterno	21
2.2.1. Abandono paterno no contexto amazônico: “filhos do boto”	23
2.3. Consequências do Abandono paterno	24
2.4. Mães solo	25
2.5. Mães universitárias	28
2.6. Políticas de permanência estudantil para mães universitárias	31
CAPÍTULO II	33
3. OBJETIVOS	33
3.1. Objetivo geral	33
3.2. Objetivos específicos	33
4. MÉTODO	33
4.1. Percurso Metodológico	33
4.2. Contexto da Pesquisa	34
4.2.1. ICSEZ Parintins	35
4.2.2. Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP)	35
4.3. Participantes da pesquisa	36
4.4. Instrumentos	44
4.5. Procedimentos de Coleta de dados	45
4.6. Procedimento de Análise dos dados	45
4.7. Cuidados Éticos	47
CAPÍTULO III	48
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO	48
5.1. A LUTA PELA INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO: ENTRE INTERRUPÇÕES E RECOMEÇOS	48
5.1.1. Início da Trajetória Educacional: “entre trancos e barrancos e muita dificuldade”	49
5.1.2. Maternidade e Violência Conjugal como fatores de interrupção educacional: “ele tinha articulado na cabeça dele que ele ia me engravidar”	51
5.1.3. A Inesperada aprovação e a Decisão de rumos: “vou deixar tudo e vou embora? Ou como que vai ser?”	55
5.2. A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE EM MEIO AOS DESAFIOS: CONCILIANDO REALIDADES E RESISTINDO	57
5.2.1. Primeiros Desafios para Permanecer na Universidade: “É difícil pra gente que vem do interior”	57
5.2.2. Estratégias e Recursos de Permanência: “Aí eu falei: Não, não vou abrir mão do meu estudo. E aí eu tive que conciliar trabalho, estágio e estudo”	61
5.2.3. Os Desafios na Trajetória Acadêmica: “Eu não tinha acesso à internet, era muito difícil estudar em casa”	63

5.3. NEGLIGÊNCIA PATERNA, MATERNIDADE E A FORÇA DOS FILHOS QUE IMPULSIONAM A TRAJETÓRIA ACADÊMICA	64
5.3.1. Quando ser pai é uma opção, abandonar vira rotina: “ele pegou os meninos e foi deixar em frente de casa, dizendo que não queria mais eles”	65
5.3.2. A negligência paterna e suas reverberações na trajetória acadêmica: “Vamos recriar aqui um outro cenário... Se eu tivesse tido ajuda para levar eles pra perto de mim”	68
5.3.3. Dilemas maternos e resistência acadêmica impulsionada pelos filhos: “Minha mãe tá estudando. Ela tá estudando pra ela voltar”	70
5.3.4. Rotina de convivência e cuidado com os filhos: “estou conseguindo, conseguindo conciliar à distância... a ausência que causa. Eu sei que faz falta a mamãe”	73
5.4. A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO, POTENCIAL E LIMITAÇÕES PARA AS MÃES ESTUDANTES	76
5.4.1. Descobertas e transformação no processo formativo: "A educação, ela é algo que pode transformar muito a vida das pessoas"	76
5.4.2. Necessidades de apoio para a permanência de mães na universidade: “As universidades, como uma professora falou, ela não é pensada pra quem é mãe”	78
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS	86
APÊNDICES	95
APÊNDICE I	95
APÊNDICE II	96
ANEXO	99

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa é fruto de travessias — geográficas, afetivas e identitárias. Nasci no interior do Amazonas, no município de Carauari, e foi preciso percorrer 1.676 quilômetros entre os rios Juruá, Solimões e Negro para conseguir acessar o ensino superior em Manaus. Esse deslocamento não foi apenas físico, foi também uma travessia subjetiva: sair de casa significou reinventar rotinas, ausentar afetos, resistir às desigualdades e aprender a ocupar espaços que, historicamente, não foram desenhados para pessoas como eu — mulher, negra, interiorana e amazônida.

Em outro momento da minha trajetória, ao me tornar mãe, fiz parte de uma estatística: a de mães solo. A maternidade chegou acompanhada de sobrecarga, demandas judiciais, desafios financeiros, pressões sociais e outras implicações que, até hoje, ainda se reverberam. Essa experiência despertou em mim o interesse em compreender as vivências de mulheres que, como eu, enfrentam os “nós” da maternidade e da universidade, entrelaçados por rotinas fragmentadas, afetos, dilemas e resistências para ocupar esse espaço.

Hoje, como mãe e estudante de pós-graduação, sigo costurando os dias com fios de afeto, resistência e compromisso, entre as exigências acadêmicas e as rotinas de cuidado que atravessam o corpo e a subjetividade. Esta dissertação nasce, portanto, não apenas do rigor metodológico, mas da escuta das narrativas de Borboleta, Resiliência e Persistência, sendo uma maneira de transformar essas vivências em epistemologia e os desafios cotidianos em força política.

Inserida nesse panorama, a presente dissertação aborda a realidade das mães solo universitárias no contexto amazônico, um grupo que, historicamente, enfrenta desigualdades estruturais, especialmente nessa região do Brasil, onde o acesso e a permanência no ensino superior ainda se mostram limitados. Ao analisar as reverberações do abandono paterno em suas trajetórias acadêmicas, este trabalho busca não apenas narrar as vivências dessas mulheres, mas fomentar uma reflexão crítica que possa subsidiar a criação de políticas públicas e estudantis que sejam mais inclusivas, que contemple as especificidades desse território.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a figura da mulher e o exercício da maternidade foram ressignificados em diferentes momentos. Esse dinamismo histórico evidencia que o ato de maternar transcende o aspecto biológico, revelando ser um processo de construção social e cultural, permeado por expectativas e desafios (Putini et al., 2024). Essas vivências maternas são diversas, assim como os processos envolvidos em tornar-se mãe, especialmente para aquelas mulheres que são mães solo (Nascimento et al., 2022).

Nesse contexto de diversidade e desafios da maternidade, no Brasil, o abandono paterno emerge como uma realidade preocupante que atinge milhares de famílias, intensificando a sobrecarga materna e afetando diversas áreas da vida das mulheres. Essa situação, ao se entrelaçar com as desigualdades de gênero e com outros aspectos como raça, classe, geração e trabalho, resulta em desvantagens na trajetória educacional e acadêmica das mulheres que são mães (Silva et al., 2020).

As repercussões desse fenômeno social estendem-se profundamente ao cotidiano dessas mulheres, as quais assumem sozinhas os cuidados e responsabilidades com os filhos, além das tarefas domésticas diárias. Adicionalmente, encontram obstáculos na inserção e ascensão no mercado de trabalho, agravadas pela desigualdade salarial para o desempenho das mesmas atividades, impactando não apenas a sua sobrevivência, mas também a de seus filhos (Galvão, 2020).

Corroborando com essa problemática, os dados estatísticos apontam que proporcionalmente o Norte é a região do país com maior ausência de pais em registros de criança, com 8% dos casos. No ranking dos estados a nível nacional, o Amazonas está na 5ª posição com 9% de pais ausentes na certidão de nascimento, ficando abaixo do Acre (10%), Amapá (10%), Roraima (10%) e Maranhão (9%) (Arpen, 2024).

Nesta premissa, Feijó (2023), ao analisar alguns microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD de 2022, mostra que em dez anos houve um aumento de 17,8% no número de domicílios com mães solo, totalizando 11,3 milhões, havendo maiores proporções na região norte e nordeste. Dentro desse grupo, 90% dessas mães solo são negras (pretas e pardas). Outro dado significativo da pesquisa é a composição educacional das mães solo negras, onde se constatou que 58,7% possuem um nível educacional mais baixo, e apenas 8,9% têm ensino superior.

Tendo em vista os dados supracitados, é essencial mencionar que o acesso das mulheres às instituições de ensino superior no Brasil ocorreu de forma gradativa e tardia,

sendo permitido a formação feminina apenas no final do século XIX (Ribeiro & Vieira, 2023). Além disso, Góis (2008) aponta que o avanço no ingresso e permanência das mulheres no ensino superior tem ocorrido de maneira distinta entre diferentes grupos raciais, pois para mulheres negras, as condições de permanência no ensino superior são diferentes quando comparadas às brancas. A presença desse grupo nas universidades se interliga também com os fatores de condição econômica, nível de pobreza e origem familiar (Santos et al., 2020).

Ao trazer esse cenário para a realidade das mães solo, que majoritariamente são mulheres negras, nota-se que ao ingressarem no ensino superior precisam conciliar a vida acadêmica com a criação dos filhos, enfrentando uma sobrecarga de responsabilidades (Souza et al., 2023). Isso pode implicar não só em sua permanência, mas também em seu desempenho no curso de graduação. Vinculado a isso, Barros et al. (2021) evidenciam que o apoio oferecido às mães pelas instituições de ensino superior ainda é insuficiente para atender às necessidades específicas desse grupo.

Relacionando essa perspectiva ao contexto amazônico, é preciso considerar que essa adversidade se torna ainda mais complexa com as desigualdades regionais, as especificidades geográficas, culturais e socioeconômicas da região. A trajetória escolar de estudantes universitários, especialmente aqueles oriundos de comunidades ribeirinhas do interior do Amazonas, é marcada por diversos fatores, que vão desde a dificuldade de acesso e transporte até a ausência de assistência financeira, políticas educacionais e história de vida pessoal (Gentil & Calegare, 2023).

Diante disso, este estudo está vinculado ao Projeto HUMANITAS – CT&I FAPEAM – “Itinerários e condições de desenvolvimento de jovens estudantes do ensino superior: desafios para a permanência”, e buscou compreender as vivências das mães solo universitárias, identificando como o abandono paterno reverbera em suas trajetórias de escolarização no contexto amazônico, de modo específico, no interior do Amazonas.

A pesquisa encontra sua relevância na necessidade de aprofundar o debate sobre essa temática, buscando promover uma reflexão crítica e contribuir para nortear a formulação tanto de políticas públicas quanto políticas estudantis de inclusão e permanência que considerem as especificidades sociais e culturais dessas mulheres no ensino superior, especialmente nessa região do país.

O estudo também dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Resolução 70/1, que se refere a uma agenda voltada para a promoção de ações e metas em áreas de importância crítica para a humanidade e o planeta,

até 2030 (ONU, 2015). Ao se alinhar com o ODS 5 (Igualdade de Gênero), a pesquisa busca contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades para essas mulheres. Simultaneamente, ao se articular ao ODS 4 (Educação de Qualidade), fomenta o debate sobre o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, destacando a importância de garantir condições de permanência para essas mães no ambiente acadêmico.

Além disso, tem como intuito contribuir com a literatura científica existente sobre a intersecção entre maternidade solo, abandono paterno e educação de nível superior, proporcionando uma abordagem voltada ao estado do Amazonas, onde, atualmente, as produções ainda são inexpressivas na área da Psicologia. Busca-se, também, colaborar com estudos de outras áreas do conhecimento, tendo em vista tratar-se de um tema multidisciplinar.

Considerando o exposto, este estudo se norteou pela seguinte questão: como o abandono paterno reverbera nas vivências educacionais de mães solo universitárias do interior do Amazonas? Para respondê-la, a pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem qualitativa, exploratória e de campo, onde utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista narrativa, a qual foi analisada por meio de núcleos de significação, baseados na proposta Teórico-Metodológica da Psicologia Sócio-histórica apresentada por Aguiar e Ozella (2006; 2013).

No aspecto epistemológico, a pesquisa se desenvolveu com base nos pressupostos teóricos da Psicologia Sócio-Histórica, que por sua vez, se fundamenta no método marxista do materialismo histórico e dialético. A psicologia sócio-histórica compreende o ser humano e seu mundo psíquico como produtos históricos e sociais da humanidade. Ambos (sujeito e mundo) são criados no mesmo processo, e ao intervir de maneira transformadora sobre o mundo material, o ser humano estará se formando e construindo o mundo que o cerca, pois sujeito e mundo se complementam e estão mutuamente relacionados (Bock et al., 2016).

Desta forma, a dissertação está estruturada em três capítulos. O capítulo I aborda a fundamentação teórica. O capítulo II apresenta os objetivos do estudo e descreve o percurso metodológico adotado para a realização da pesquisa, explicitando o contexto, as participantes, os instrumentos, os procedimentos de coleta e análise dos dados, e os cuidados éticos envolvidos. E por último, o capítulo III traz os resultados e discussões, articulados com o referencial teórico que orientou o desenvolvimento desta dissertação.

CAPÍTULO I

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A Psicologia Sócio-Histórica como marco epistemológico

A psicologia Sócio-histórica teve sua origem a partir de Vygotsky e com significativas contribuições de Bakhtin e Luria. A perspectiva Sócio-Histórica fundamenta-se na tentativa de superar “os reducionismos estruturalistas das concepções empiristas e idealistas” (Neves & Silva, 2015, p. 17). Essa perspectiva de se fazer psicologia apontada por Vygotsky inicia na União Soviética no contexto do século XX, logo após a Revolução Russa em 1917.

Segundo Bock et al. (2008) a teoria Sócio-histórica ganhou importância nos anos 70 e se tornou referência para a Psicologia do Desenvolvimento, a Psicologia Social e para a Educação. Essa abordagem teórica buscava construir uma psicologia que superasse as tradições positivistas e estudasse o homem e seu mundo psíquico como uma construção histórica e social da humanidade. Vygotsky argumentava que o mundo psíquico é uma construção que está diretamente ligada ao mundo material e às formas de vida desenvolvidas pelos seres humanos ao longo da história.

Para a psicologia Sócio-Histórica, o ser humano é um ser “ativo, social e histórico” (Bock et al., 2016, p. 78). Ele dá forma à sua própria existência a partir de uma ação sobre a realidade, que tem por finalidade satisfazer suas necessidades. Essa ação e essas necessidades possuem uma característica primordial: são sociais e construídas historicamente em sociedade. As necessidades humanas, embora possam ter uma base biológica, não se limitam a isso: ao emergirem, elas são imediatamente socializadas (Bock et al., 2016).

Conforme Aguiar e Machado (2016), na Psicologia Sócio-Histórica o sujeito é compreendido como alguém que se constitui por meio de uma relação dialética com o social e a história. Nessa abordagem, não é possível compreender um indivíduo sem conhecer seu mundo. Para entender o que cada um sente, pensa e como age, é necessário conhecer o contexto social em que o indivíduo está inserido, no qual ele próprio é um construtor. Assim, para compreendê-lo é necessário investigar os valores sociais, as formas de relação e de produção de sobrevivência no mundo e as formas de ser no tempo (Bock et al., 2008).

Desse modo, a Psicologia Sócio-Histórica compreende que a produção de significações é um fenômeno psicológico que articula dimensões individuais e coletivas do mundo simbólico, fundamentando-se na sociedade e na cultura como elementos objetivos e subjetivos que impulsionam o desenvolvimento humano. Essa perspectiva está ancorada no método materialista histórico-dialético, introduzido na Psicologia, cuja concepção central estabelece que as condições materiais de existência são determinantes para a vida social, política e subjetiva dos indivíduos, contrariando concepções anteriormente defendidas (Gomes, 2021).

2.2. Abandono Paterno

A escolha por usar o termo “abandono paterno” em vez de “ausência paterna” não é apenas uma escolha de palavras, é uma forma de dar nome ao que realmente acontece. Enquanto "ausência" pode sugerir um distanciamento circunstancial ou inevitável, o "abandono" revela outra camada: a decisão consciente de optar por não estar presente, por não cuidar, por não assumir responsabilidades.

O conceito de abandono, de acordo com o dicionário português, é a ação de pôr de lado, afastar-se, negligenciar, desamparar, desistência (Borba, 2022). Com base nesta conceituação, o abandono paterno é um fenômeno complexo cada vez mais comum na sociedade, que pode ser considerado como a omissão do pai no cumprimento de seus deveres (Santos & Rezende, 2023). Esse abandono está relacionado ao não envolvimento do genitor em vários aspectos da vida dos filhos, que vão além da falta de provisão financeira, incluindo também o não participação na educação, criação e em seu desenvolvimento emocional (Hamada, 2013).

O abandono paterno, conforme Mendes et al. (2021), é uma temática mais presente nas pesquisas do campo do direito e sua caracterização pode ser definidas nos seguintes tipos: abandono intelectual, afetivo e material, sendo as duas últimas mais recorrentes nas discussões. Dessa forma, no que concerne ao abandono material, este se configura ao não pagamento da pensão alimentícia. Já o abandono afetivo poderá se caracterizar quando não houver interesse por parte do genitor de manter o vínculo afetivo com o filho, mesmo que este esteja ou não realizando o pagamento da pensão, isto é, quando não cumprir com suas obrigações da paternidade sobretudo do aspecto emocional (Madaleno, 2018).

Para Souza e Reis (2021) o abandono paterno não ocorre apenas quando o pai desaparece e não mantém mais contato com o filho. Isso também se aplica nas situações

em que os pais comparecem esporadicamente quando querem, descumprindo os termos estabelecidos na sentença ou acordo homologado para regulamentação do regime de convivência. Em complemento a isso, Rochadel e Moreira (2012) mencionam:

Inquestionável é o sentimento de rejeição e frustração que a omissão e o descaso do genitor que não comparece às visitas, não zela pelo desempenho escolar do filho, não frequenta reuniões escolares, não comparece aos aniversários etc, causa ao menor (...). O menor espera o genitor nas datas estabelecidas, cria expectativas em torno da visita do genitor que não possui a guarda, e, desestabiliza-se com sua ausência, sendo a mesma justificada ou não, até mesmo porque menores ainda em idade escolar não possuem a maturidade suficiente para enfrentar e entender a ausência frequente (p. 9).

Seguindo ainda na esfera jurídica, é importante evidenciar que sustento de uma/um filha/filho, assim como a criação destes, é tido como um dever moral e legal pela legislação brasileira. No artigo 227 da Constituição Federal de 1988, assim como no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é atribuído aos pais e responsáveis o dever de cuidado de forma integral de seus filhos, da mesma forma que, lhes são designados preservar estes de qualquer tipo de negligências, violências e entre outros (Brasil, 1988; Brasil, 1990).

É indiscutível que o abandono paterno, seja ele de qualquer natureza, não afeta apenas as crianças que não têm o nome do genitor na certidão de nascimento, mas também aquelas que, mesmo sendo legalmente reconhecidas, não têm convívio com o pai (Santos & Rezende, 2023). A ocorrência desse fenômeno pode estar relacionada a preceitos sociais, onde a mulher é quem se dedica aos cuidados dos filhos, enquanto os homens são isentos dessas responsabilidades (Rios, 2024). Com isso, os genitores não dão a devida importância à paternidade, dedicando-se a outras atividades e fazendo com que os filhos deixem de ser uma prioridade em suas vidas (Zanello, 2018).

Aliado ao processo de generificação, o abandono paterno não é um problema recente no Brasil. Ao revisitarmos a história e lembrarmos como ocorreu a colonização e miscigenação do país, perceberemos que foi um processo marcado por várias questões, entre elas, a violência. Esses eventos podem ser cruciais para compreender a origem do abandono paterno em nossa sociedade. Wermuth e Nielsson (2018) relatam que várias mulheres indígenas, e posteriormente mulheres negras, que chegaram ao Brasil para

servirem em sistema de escravidão aos senhores da casa grande eram vítimas de estupros, e quando nascia uma criança, fruto da violência sexual, essa se tornava mais um escravo, assim como todos os outros.

Esse padrão de comportamento, enraizado em relações de poder e exploração, contribuiu para a construção de uma cultura que desvaloriza a paternidade e perpetua a desigualdade de gênero na divisão das responsabilidades familiares. Dessa forma, uma parte significativa da sociedade ainda vê o cuidado como uma responsabilidade predominantemente feminina. Mesmo que atualmente os homens estejam mais envolvidos no exercício da paternidade, eles permanecem convivendo com os estigmas conservadores e tradicionais sobre o seu papel na família (Jesus, 2023).

2.2.1. Abandono paterno no contexto amazônico: “filhos do boto”

Na época das festas juninas, reza a lenda que um boto-cor-de-rosa surge das águas profundas dos rios amazônicos, e sob escuridão da noite, ele se transforma em um homem bonito e charmoso. Roubando roupas de um vilarejo próximo, ele se veste com roupa branca e usa chapéu, para esconder seu rosto. Assim, ele segue para as festas da cidade, onde seduz mulheres para engravidá-las. Após a sedução, o boto retorna ao rio em sua forma animal, abandonando as mulheres (Silva, 2024).

As primeiras aparições do boto como entidade mitológica surgiram no século XIX, criadas pelos colonizadores portugueses. Essa figura foi utilizada como uma forma de encobrir os estupros sofridos pelas moradoras da região, transformando um ato de violência em uma lenda que atribuía poderes místicos ao boto cor-de-rosa (Cascardo, 2023).

Nas regiões ribeirinhas da Amazônia é comum ouvir o termo “filho do boto” para explicar casos de paternidade desconhecida. Este mito ajuda a justificar situações onde a paternidade é incerta, criando uma narrativa em que um ser místico, o boto, é o pai da criança. Além disso, o medo de que jovens mulheres “apareçam” grávidas leva algumas famílias a não permitirem que suas filhas se aproximem das margens dos rios (Castro & Ribeiro, 2022).

De acordo com Almeida e Ecco (2024), a figura do boto cor-de-rosa, um produto do folclore amazônico influenciado pelas práticas coloniais, exemplifica como a cultura popular pode ser moldada para atender às necessidades de uma sociedade em um

determinado momento histórico. Assim, a mitologia do boto cor-de-rosa permanece como um testemunho das interações complexas entre colonizadores e colonizados, natureza e cultura, realidade e imaginação, na vasta e enigmática região amazônica.

A lenda do boto cor-de-rosa foi perpetuada por muito tempo na região Norte do Brasil para justificar questões como violência sexual, gravidez na adolescência, pedofilia e até mesmo incesto. A impunidade, a pobreza em comunidades ribeirinhas e a predominância de uma cultura patriarcal são alguns dos principais fatores que garantiram a disseminação desses casos. A mitologia do boto serviu como uma narrativa conveniente para encobrir e explicar essas realidades sociais difíceis, desviando a atenção das verdadeiras causas e perpetuando um ciclo de silêncio e aceitação (Marinho et al., 2023).

Vale mencionar que a lenda do boto também é utilizada como uma ferramenta para manter mulheres em posições de submissão, atribuindo a um ser místico a responsabilidade por gravidezes não planejadas. Essa narrativa exime os homens de culpa e responsabilidade por abusos ou pela negligência paterna, contribuindo para a impunidade e a normalização de comportamentos abusivos. Em uma sociedade que valoriza a honra masculina e a pureza feminina, a lenda funciona como uma justificativa conveniente para que os homens evitem enfrentar as consequências de suas ações (Almeida & Ecco, 2024).

2.3. Consequências do Abandono paterno

O abandono paterno é um problema social grave, que pode desencadear implicações duradouras na vida da pessoa afetada, independentemente do contexto em que ocorre. Uma pesquisa de revisão sistemática feita por Lima et al. (2023) sobre os impactos do abandono paterno mostrou que a ausência paterna pode afetar no desenvolvimento psicológico e moral. As autoras mencionam também que o abandono pode desenvolver carência afetiva, tristeza, sentimento de insegurança e causar problemas escolares e no desenvolvimento linguístico, gerando estigmatização.

Corroborando com esses achados, Lima e Monteiro (2024) mencionam que a ausência da figura paterna tem um forte potencial para gerar conflitos no desenvolvimento e pode influenciar no surgimento de uma série de questões nos seguintes aspectos:

- Psicológico: Desenvolvimento de uma personalidade controladora, autoritária e perfeccionista; medos excessivos (como a síndrome do pânico); surgimento de distúrbios comportamentais.

- Emocional: Baixa autoestima; sentimento de rejeição e de abandono; insegurança
- Físicos: Desequilíbrios hormonais; puberdade precoce; complicações relacionadas à sexualidade; sobrepeso e obesidade.
- Social: Isolamento social; surgimento de comportamentos de conflito com a lei.

Vale mencionar que especialmente na infância, a ausência da figura paterna pode causar prejuízos à formação da personalidade, de caráter e valores, gerando efeitos que podem se prolongar até as outras fases do seu desenvolvimento, por isso não devem ser subestimados. Além disso, essa ausência, principalmente do afeto paterno, pode acarretar em desafios na gestão das emoções, desencadeando predisposição a ter baixa autoestima, estresse, depressão e ansiedade (Pereira & Silva, 2024).

De acordo com Souza e Bezerra (2020) a figura paterna desempenha um papel crucial no desenvolvimento da personalidade e das habilidades sociais. Contudo, na fase da adolescência a falta dessa figura paterna pode gerar mudanças de comportamento e percepções distorcidas, repercutindo no convívio social do adolescente através dos sentimentos de vazio, insegurança, desvalorização, dificuldades de se relacionar com outras pessoas, agressividade e baixo desempenho escolar.

Os impactos do abandono paterno não são uma regra geral, seus efeitos podem variar de acordo com diversos fatores, como por exemplo, a idade em que ocorreu o abandono e o estágio de desenvolvimento da personalidade da pessoa. É importante destacar também que cada indivíduo responde de maneira única às situações. Desse modo, embora se tenha como centro o abandono paterno, as consequências decorrentes dessa vivência não serão homogêneas (Cantalice, 2022).

Torna-se necessário mencionar que as consequências dessa adversidade não afetam apenas os filhos, mas também reverberam na vida das mães. Elas também apresentam impactos psicológicos e sofrimento emocional, como sentimentos de solidão, tristeza, desamparo e insegurança. Além disso, essas mulheres que exercem sozinhas os cuidados com os filhos acabam enfrentando um acúmulo de atribuições nas tarefas domésticas e na sobrecarga das responsabilidades maternas (Pereira & Leitão, 2020).

2.4. Mães solo

O termo “mãe solo” refere-se à mulher que, sozinha, assume todas as responsabilidades pela criação e sustento dos filhos, sem qualquer tipo de apoio paterno.

É válido esclarecer que a maternidade solo, muitas vezes, não corresponde ao estado civil da mulher, que pode estar em uma união estável ou oficialmente casada, sem que isso corresponda, de fato, à existência de um parceiro (também responsável pelos filhos) com quem ela possa dividir as responsabilidades de criação dos filhos (Pereira et al., 2024).

Durante muito tempo o termo “mãe solteira” foi utilizado para designar as mulheres com filhos que não estavam em um relacionamento conjugal, visto que, para a sociedade, a conjugalidade era um fator crucial para que as mulheres pudessem se tornar mães. Dessa forma, o estado civil atrelado ao termo indicava que uma mulher casada possuía um status social superior ao da mulher solteira ou da mãe fora de um relacionamento conjugal, como se o casamento, por si só, elevasse seu nível social (Galvão, 2020).

Essa hierarquia simbólica entre mulheres casadas e solteiras não é um fenômeno contemporâneo, mas remonta a uma longa tradição patriarcal que associa o valor social feminino à presença do marido, como afirma Beauvoir (1970, p. 176):

A mulher casada é autorizada a viver a expensas do marido; demais, adquire uma dignidade social muito superior à da celibatária. Os costumes estão longe de outorgar a esta possibilidades sexuais idênticas às do homem celibatário; a maternidade, em particular, é-lhe, por assim dizer, proibida, sendo a mãe solteira objeto de escândalo.

Em diálogo com esse passado normativo e excludente, a expressão "mãe solo" tem ganhado popularidade na sociedade atual como uma tentativa de desconstruir a definição pejorativa relacionada ao estado civil “mãe solteira”. Historicamente, o termo foi visto sob a ótica do controle social em sociedades patriarcais, onde a maternidade era um meio de subjugação das mulheres perante aos homens. Alterar a forma de se referir a essas mulheres busca eliminar o preconceito contra aquelas que não têm relação com o pai de seus filhos, que se separaram ou que optaram por ser mães sem estar em uma relação conjugal (Silva et al., 2019).

Embora algumas expressões estejam sendo desconstruídas, outras vem ganhando força e precisam ser repensadas. Existe um lado da maternidade que não é mencionado e que muitas vezes é silenciado: os momentos mais pesados e de dor decorrentes da sobrecarga materna. Esses momentos são frequentemente desconhecidos (ou ignorados)

pela sociedade, que, por vezes, cria rótulos e romantiza a mulher que é mãe solo como a “mãe guerreira” (Pereira et al., 2024).

A prática da maternidade frequentemente exige da mulher mais do que suas capacidades físicas e mentais podem suportar. Além disso, culturalmente há uma percepção romantizada pela sociedade que tende a focar apenas nos aspectos positivos, enquanto os desafios reais são muitas vezes negados ou encobertos. Consequentemente, quando as mães enfrentam exaustão e sobrecarga intensa, ficam suscetíveis a desenvolver o esgotamento materno (Silva et al., 2022).

Ainda se persiste no imaginário social a imagem idealizada da maternidade, na qual a mãe é vista como possuidora de um instinto natural de cuidado, amor incondicional e disposta ao sacrifício. Essa crença do amor materno baseia-se na ideia que ao se tornar mãe, a mulher automaticamente sabe como desempenhar esse papel, como se o cuidado maternal fosse uma habilidade pré-determinada e inevitável, ativada pelo processo biológico da gravidez, e isso a posiciona como a figura mais preparada para essa função, que consequentemente coloca o cuidado paterno como algo dispensável (Badinter, 1985; 2024; Matos & Magalhães, 2019)

De acordo com Schneebeli e Menandro (2014), essa idealização de que o amor materno é natural e instintivo tem sido contestada por estudos que demonstram ser, na verdade, uma construção cultural. Essa ideia desenvolvida pela sociedade continua a perpetuar o papel tradicional da mulher, insinuando que ela deve permanecer tanto no ambiente doméstico quanto continuar assumindo as responsabilidades principais pelos cuidados dos filhos.

Santos et al. (2019) afirmam que a conjuntura do fenômeno denominado de cuidado parental igualitário é complexo e envolve elementos contraditórios, pois reflete estereótipos de gênero profundamente enraizados em diversas sociedades, como o mito do amor materno e a construção da masculinidade em oposição ao que se é considerado feminino. Todavia, além dos preceitos e explicações que consideram apenas aspectos deterministas e restritivos, há também fatores políticos, sociais e jurídicos que continuam a reforçar o modelo tradicional, no qual o espaço privado é atribuído às mulheres, enquanto o espaço público é reservado aos homens.

Saffioti (1987) alertava para o processo de transformação de características socioculturais em algo aparentemente “natural”. Quando se afirma que é natural que as mulheres se dediquem ao espaço doméstico e os homens ao espaço público, está-se, na verdade, ignorando que essa divisão é fruto de construções históricas. Essa naturalização

atende aos interesses dos grupos poderosos, que buscam sustentar a ideia de que esse papel sempre foi desempenhado pelas mulheres. Ao associar esses papéis à "natureza feminina", a ideologia cumpre uma de suas funções mais importantes, que é mascarar a realidade.

Além disso, os cuidados com os filhos também são frequentemente considerados uma responsabilidade feminina, o que leva à “naturalização” da ausência dos pais nessas tarefas. Isso explica, em parte, o abandono paterno e a falta de suporte financeiro e emocional, mas não os justifica. Por outro lado, as mães são pressionadas a demonstrar extremo zelo e cuidado como se fosse algo natural e obrigatório (Fernandes, 2022). A sobrecarga que essas mães enfrentam acarretam em diversas renúncias, incluindo menos tempo para cuidar da própria saúde, da vida pessoal, limitando ainda o crescimento acadêmico e profissional (Souza & Reis, 2021).

2.5. Mães universitárias

Durante o século XIX, houve uma tendência mundial de abrir as portas do ensino superior para as mulheres, especialmente nos cursos ligados à área da saúde. No Brasil, esse movimento global influenciou a inclusão das mulheres no ensino superior. As primeiras estudantes mulheres no Brasil entraram nos cursos de medicina, seguindo justamente essa tendência de focar em profissões de cuidado e saúde, que eram vistas como mais apropriadas para mulheres naquele período (Carneiro Filho et al., 2021).

A primeira mulher a conquistar um diploma de curso superior no Brasil e na América do Sul foi a carioca Maria Augusta Generoso Estrella, que se formou em medicina nos Estados Unidos em 1882 (Trindade & Trindade, 2011). Foi somente em 1887, porém, que a primeira mulher obteve o título de médica em faculdade brasileira, sendo esta, Rita Lobato Velho Lopes (Beltrão & Alves, 2009), pois naquela época as mulheres não tinham o direito de frequentar as faculdades no Brasil até surgimento do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879 (Brasil, 1879), que operou a “Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império”.

Historicamente, a educação superior era vista como um privilégio masculino, levando a uma presença significativamente reduzida de mulheres nas universidades brasileiras. Esse cenário começou a se transformar somente a partir da década de 1970, com o surgimento de questionamentos mais profundos sobre a posição social e econômica

das mulheres e a consequente ampliação do acesso feminino às instituições de ensino superior (Venturini, 2017).

Considerando que por muito tempo as universidades foram dominadas por homens e diversas disciplinas acadêmicas foram utilizadas para justificar a exclusão das mulheres desses espaços de poder, produção de conhecimento e inovação tecnológica, as mulheres têm se empenhado ao longo das décadas em ingressar no ensino superior e nos centros de pesquisa em várias partes do mundo, promovendo debates sobre sua legitimidade como produtoras de conhecimento e sua capacidade de atuar em todas as áreas do mercado de trabalho (Almeida & Zanello, 2022).

Contudo, ressalta-se que as concepções de educação das mulheres na sociedade eram múltiplas, onde para muitos, não havia necessidade de encher a mente das mulheres com informações ou conhecimentos, pois seu destino primordial como esposas e mães exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. A mulher, antes de tudo, precisava ser a mãe virtuosa, o pilar do lar e a educadora das futuras gerações. Dessa forma, a educação das mulheres era direcionada para além delas mesmas, sendo justificada não por seus próprios anseios ou necessidades, mas por sua função social de educadoras dos filhos (Louro, 2001).

À medida que as mulheres conquistam mais espaço na sociedade, essas vitórias frequentemente vêm acompanhadas do acúmulo de funções, resultando em múltiplas jornadas de trabalho. Essa sobrecarga se intensifica ainda mais quando elas são ou se tornam mães, somando as demandas profissionais às responsabilidades maternas. Vinculado ao contexto universitário, essas mulheres passam por vários questionamentos, dentre os quais pode-se destacar as cobranças em dar conta com eficiência dos cuidados maternos e da sua vida acadêmica (Silva & Souza, 2024).

A maternidade implica em muitos desafios, que, ao serem combinados com as exigências do ensino superior, podem resultar em dificuldades adicionais para as mães, pois vivenciar a maternidade e a universidade exige da mulher o dobro de esforço e dedicação. Além de que, essas demandas geram nessas mães cansaço, sentimento de culpa por deixar os filhos, estresse pela dupla jornada, dificuldade em realizar as atividades da graduação com a presença da criança e frustração por não dar conta de todas as tarefas (Pessanha, 2023).

Esses desafios podem variar e/ou se intensificar conforme o contexto em que essas mulheres estão inseridas. Sousa et al. (2023) mencionam que ser estudante universitária no contexto amazônico envolve enfrentar múltiplas camadas de complexidade, como ser

mulher, mãe, negra, indígena, ribeirinha ou urbana. Essas condições frequentemente ocorrem em situações de vulnerabilidade, o que destaca a importância de compreender as diferenças nas diferenças e de apoiar a construção de um trabalho baseado em uma perspectiva interseccional.

Nesse sentido, as vivências de mães universitárias no território Amazônico exemplificam como essas intersecções operam no cotidiano acadêmico. A experiência de mães universitárias no interior do Amazonas é atravessada por inúmeros desafios, agravados pelas longas distâncias, pela limitação de acesso – por vias fluviais –, pelos altos custos de deslocamento e pela insegurança em regiões de fronteira. Diante dessas condições, essas mulheres enfrentam barreiras que limitam suas possibilidades acadêmicas, não desfrutando das mesmas oportunidades que estudantes sem filhos. Muitas delas são excluídas de atividades extracurriculares por não contarem com tempo ou suporte adequado para os cuidados com os filhos, o que as leva a abrir mão de diversas vivências acadêmicas, comprometendo seu rendimento (Viana, 2024),

Em um estudo realizado por Ferreira e Furtado (2022) sobre as vivências das mães nas universidades, mostrou que as principais dificuldades que interferem significativamente na vida ou no contexto acadêmico das mães universitárias são:

- Escassez de tempo para estudar e realizar as atividades acadêmicas e dificuldade de planejamento e organização do uso do tempo;
- Tarefas relacionadas ao cuidado com os filhos;
- Dificuldades com as atribuições com o trabalho doméstico;
- Dificuldades financeiras;
- Carga excessiva de trabalhos domésticos e cuidados com os filhos;
- Dificuldades de aprendizado;
- Carga excessiva de trabalhos acadêmicos;
- Falta de disciplina / hábito de estudo;
- Dificuldade com a distância da casa para a universidade;
- Dificuldades de acesso a materiais e meios de estudo;
- Declaração de não possuírem dificuldades;
- Carga excessiva de trabalho remunerado;
- Dificuldade de relacionamento com docentes.

A pesquisa realizada por Figueiredo e Oliveira (2022) aponta também as dificuldades que as mães universitárias enfrentam para conciliar o trabalho doméstico, os estudos e a vida familiar. Os dados revelaram ainda que existem desafios para a política

de assistência estudantil e para a própria universidade, ao considerar as condições de permanência dessas mulheres na educação superior. Há a necessidade de desenvolver iniciativas pedagógicas e de infraestrutura para tornar o ambiente universitário mais inclusivo e assegurar condições de permanência equitativas (Figueiredo & Oliveira, 2022).

As autoras enfatizam ainda a importância da implementação de política de assistência estudantil nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES), especialmente nos casos de estudantes que são mães e não contam com apoio ou suporte. A política de assistência possibilita ampliar as condições de permanência das estudantes nos cursos de graduação e viabilizar a igualdade de oportunidades entre os universitários, reduzindo assim as desigualdades sociais e melhorando o desempenho acadêmico e combatendo situações de evasão (Figueiredo & Oliveira, 2022).

2.6. Políticas de permanência estudantil para mães universitárias

O processo de democratização do acesso à universidade exige a implementação de políticas eficazes de permanência, sobretudo voltadas aos estudantes de camadas populacionais de baixa renda. Tais iniciativas devem contemplar não apenas auxílios financeiros, mas também suporte pedagógico e psicossocial, com vistas à redução dos índices de evasão no ensino superior. Refletir sobre os fatores que conduzem à saída precoce dos estudantes é fundamental para a elaboração de políticas públicas e ações institucionais comprometidas com a equidade e a inclusão educacional (Oliveira, 2024).

Nesse contexto, destaca-se a condição das mães universitárias, cujas trajetórias acadêmicas são atravessadas por desafios específicos que exigem atenção das políticas de assistência estudantil. Como apontam Silva et al. (2023), a assistência estudantil tem se consolidado como mecanismo fundamental para enfrentar os obstáculos enfrentados por essas mulheres, atuando diretamente na garantia de sua permanência na universidade.

Além disso, segundo as autoras esse suporte ocorre por meio de benefícios institucionais, como bolsas de estudo, auxílio transporte, alimentação, moradia e creche, que oferecem condições mínimas para a continuidade do percurso acadêmico. Para além dos recursos financeiros, a assistência estudantil também pode incluir acolhimento psicológico, social e emocional, o que se mostra essencial diante dos preconceitos e das dificuldades inerentes à conciliação entre maternidade e vida universitária (Silva et al., 2023).

Nesse panorama de busca por equidade e permanência no ensino superior, Joaquim e Aragão (2024) mencionam que se torna necessário que as universidades assumam uma postura ativa diante das transformações sociais que atravessam seus públicos. O compromisso institucional não deve se limitar ao acesso, mas precisa ser ampliado na direção de políticas emancipadoras e inclusivas, capazes de acolher a diversidade de trajetórias presentes no ambiente acadêmico. Garantir a permanência de estudantes mães e de outros grupos vulnerabilizados implica reconhecer suas especificidades e respeitar sua integralidade como sujeitos sociais.

A relevância das políticas de permanência estudantil voltadas para mães universitárias é indiscutível. No entanto, é necessário destacar que a implementação dessas políticas ainda ocorre de forma desigual, não abrangendo a totalidade das universidades brasileiras. Apenas recentemente, em 2023, foi instituída a Portaria nº 2.005 pelo Ministério da Educação, que cria um Grupo de Trabalho destinado à formulação da Política Nacional de Permanência Materna no Ensino Superior (MEC, 2023). Trata-se de um avanço significativo, mas que ainda requer ajustes para que as demandas da maternidade e da vida universitária sejam, de fato, contempladas.

Em uma busca preliminar em bases de dados acadêmicas foi possível observar que, embora existam algumas pesquisas voltadas às políticas de permanência estudantil destinadas a estudantes que são mães, ainda não se identifica um mapeamento à nível nacional. Todavia, foi encontrado a existências de coletivos de mães dentro de algumas universidades. O estudo de Silva e Salvador (2021) analisaram a atuação de coletivos de mães universitárias no Brasil e apontaram a existência de 25 grupos, identificados em diferentes regiões do país. Dentre esses, dois possuem atuação nacional, enquanto os demais estão distribuídos regionalmente: dois no Nordeste, três no Centro-Oeste, três no Sul e quinze no Sudeste.

Na época do estudo não foram identificados coletivos na região Norte. Contudo, esse cenário atualmente mudou, com a criação, em 2022, do Coletivo PAPU – Política de Apoio à Parentalidade na Universidade, vinculado à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). A iniciativa vem se consolidando como referência regional, conectada aos coletivos nacionais e mantendo representação no Grupo de Trabalho instituído pelo Ministério da Educação para a construção da Política Nacional de Permanência Materna (Bernardes et al., 2024).

Além do Coletivo PAPU, também foram identificadas através de busca nas redes sociais articulações recentes do Coletivo Mães Universitárias pela Permanência, na

Universidade Federal do Pará (UFPA), e do Coletivo Mães UEA, vinculado à Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Este último encontra-se em fase inicial de mobilização. Ambas as iniciativas refletem avanços importantes na visibilização das demandas da maternidade e para a permanência estudantil na região norte.

Nesse sentido, é necessário mencionar que os coletivos de mães dentro das universidades surgem como ponto central de organização e articulação como espaços de representação política nos conselhos estudantis. Por meio de encontros formais e diálogos cotidianos, os coletivos organizam demandas e encaminham às instâncias como os fóruns de políticas estudantis, buscando contribuir para que as vivências dessas mulheres que são mães e universitárias sejam reconhecidas e consideradas nos processos institucionais (Vieira et al., 2024).

CAPÍTULO II

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

Analisar as possíveis reverberações do abandono paterno na trajetória acadêmica e na permanência de mães solo universitárias no contexto amazônico.

3.2. Objetivos específicos

- a) Descrever as estratégias usadas para a conciliação entre maternidade e jornada acadêmica;
- b) Compreender o papel das redes de apoio em sua trajetória familiar e universitária;
- c) Conhecer o cotidiano acadêmico das mães solo universitárias

4. MÉTODO

4.1. Percurso Metodológico

A presente pesquisa está vinculada ao Projeto HUMANITAS – CT&I FAPEAM - “Itinerários e condições de desenvolvimento de jovens estudantes do ensino superior: desafios para a permanência”, e configura-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de campo e com caráter exploratório, embasada na Psicologia Sócio-histórica, Vygotsky (1896-1934).

A abordagem qualitativa proporciona uma análise profunda para entender as dinâmicas subjacentes do fenômeno estudado. A pesquisa qualitativa possibilita respostas às questões muito específicas, atingindo um nível de compreensão que não pode ser quantificado, ela trabalha com aspectos de crenças, atitudes, aspirações, valores, atitudes e significados, elementos que fazem parte de um conjunto de fenômenos humanos que aqui é visto como parte da realidade social (Minayo, 2010).

Esse tipo de pesquisa oferece ainda uma profundidade aos dados, proporcionando dispersão, riqueza interpretativa, detalhes, uma contextualização do ambiente e experiências únicas. Ela permite também uma flexibilidade metodológica e apresenta um ponto de vista “novo, natural e completo” sobre os fenômenos estudados a partir da perspectiva dos participantes, revelando como estes percebem subjetivamente sua realidade (Sampieri et al., 2013).

Sendo uma pesquisa de campo, essa abordagem metodológica se mostra essencial para estudar fenômenos complexos. A pesquisa de campo se constitui em observar fenômenos e fatos tal como ocorrem espontaneamente. A finalidade dessa pesquisa é adquirir informações e/ou conhecimentos em relação a um problema, o qual se busca uma hipótese, ou uma resposta, que se deseja constatar, ou além disso, que queira descobrir novos fenômenos ou as ligações entre eles (Fonseca, 2012).

O caráter exploratório da pesquisa de campo neste estudo se caracteriza por buscar a formulação de problemas ou questões, com o intuito de desenvolver hipóteses, ampliar a familiaridade do pesquisador com o fenômeno, fatos ou ambiente para fornecer subsídios para que futuras pesquisas sejam mais precisas ou na modificação e clarificação de conceitos (Marconi & Lakatos, 2010).

A pesquisa exploratória se configura pelo desenvolvimento e elucidação de ideias, com a finalidade de fornecer uma perspectiva e uma aproximação inicial a um determinado fenômeno que ainda é pouco explorado, oferecendo dados fundamentais que servirão como suporte para a condução de estudos mais aprofundados sobre o tema (Gonsalves, 2011).

4.2. Contexto da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no contexto amazônico com estudantes do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), campus Parintins, e do Centro de Estudos Superiores de Parintins

(CESP), unidade da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que participaram do Projeto HUMANITAS – CT&I FAPEAM.

4.2.1. ICSEZ Parintins

O Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), situado no município de Parintins, foi oficialmente instituído por meio das Resoluções CONSUNI/UFAM nº 022/2005 e nº 025/2006. Sua criação teve como propósito ampliar o acesso à educação superior no interior do estado por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

A UFAM Parintins possui dois campus. O primeiro campus, situado na Rua Paraíba, próximo à Arena do Bumbá, abrigou as atividades iniciais da instituição e foi nomeado em homenagem ao professor Dorval Varela Moura. O segundo prédio, fica na Estrada Parintins-Macurany, no bairro Jacareacanga, localizado em um bosque de mata nativa.

Sua estrutura administrativa organiza-se em Direção, Coordenação Acadêmica e Coordenação Administrativa. Atualmente, o Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) oferta sete cursos de graduação: quatro bacharelados — Administração, Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, Serviço Social e Zootecnia — e três licenciaturas — Artes Plásticas, Educação Física e Pedagogia. Essa estrutura atende aproximadamente dois mil estudantes, além de contar com cerca de 90 docentes, 42 servidores técnico-administrativos e colaboradores terceirizados.

4.2.2. Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP)

O Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) é uma das unidades acadêmicas da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), situado na Estrada Odovaldo Novo (Estrada do Aeroporto), s/n, bairro Djard Vieira, Parintins-AM. Exercendo um papel fundamental na oferta de ensino superior no interior do Amazonas, a instituição contribui para a formação e qualificação de profissionais em diversas áreas do conhecimento.

Atualmente, o CESP oferece os seguintes cursos: nove licenciaturas — Ciências Biológicas, Física, Geografia, História, Letras (Língua Portuguesa), Matemática,

Pedagogia, Pedagogia Intercultural Indígena e Química; quatro bacharelados — Ciências Econômicas, Direito, Educação Física e Enfermagem; quatro cursos tecnológicos — Alimentos, Gestão Comercial, Logística e Gestão de Turismo; e nove especializações — Educação Ambiental, Educação de Jovens e Adultos, Ensino de Matemática, Metodologias (Educação Superior, Ciências Naturais, Geografia, História, Língua Inglesa) e Turismo e Desenvolvimento Local.

No CESP os cursos são oferecidos tanto na modalidade presencial quanto no formato de Ensino Presencial Mediado por Tecnologia (EPMT). Essa segunda opção é bastante comum na UEA e tem como objetivo levar o ensino superior a municípios do interior do Amazonas. Nela, as aulas acontecem com o apoio de recursos tecnológicos, como videoconferências e plataformas digitais, o que possibilita maior alcance educacional.

4.3. Participantes da pesquisa

As participantes da pesquisa são três estudantes universitárias, as quais foram selecionadas considerando os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. Os critérios de inclusão adotados foram: 1) ser universitária que se identifica como mãe solo, declarando ser a principal ou única responsável pelos cuidados dos filhos em decorrência do abandono paterno; e 2) ter cursado, no mínimo, o segundo período da graduação. Como critérios de exclusão, considerou-se: 1) participantes que não assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); e 2) aquelas que, posteriormente, solicitarem a retirada de seus dados da pesquisa.

4.3.1. Conhecendo as participantes

Neste tópico, apresenta-se na primeira parte algumas informações gerais sobre as participantes e, na segunda, um texto individual que introduz cada uma delas. Optou-se por esse formato por estar alinhado à abordagem metodológica adotada no estudo, a qual permite explorar a subjetividade, possibilitando uma compreensão aprofundada das vivências dessas mães universitárias por meio de suas narrativas.

Sobre as participantes, como já mencionado, o grupo é composto por três estudantes. Duas estavam vinculadas ao Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), cursando,

respectivamente, Serviço Social e Pedagogia; e uma vinculada ao Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), cursando Letras – Língua Portuguesa.

No que se refere à naturalidade das estudantes, duas delas são do município de Barreirinha, localizado a 331 quilômetros de Manaus. Barreirinha fica) na calha (subdivisões das bacias hidrográficas formadas por um rio principal e seus afluentes) do Baixo Amazonas, banhada pelos rios Andirá e Paraná do Ramos. O território abrange terras indígenas da etnia Sateré-Mawé, além de comunidades de remanescentes quilombolas, que constituem um importante marco identitário e cultural para a região. O acesso ao município até o momento é exclusivamente por via fluvial, podendo ser feito de barco, com duração média de vinte e uma horas de viagem, ou de lancha, que leva cerca de oito horas.

Especificamente, uma das participantes reside no Distrito de Cametá do Ramos, enquanto a outra pertence à Comunidade Quilombola de Santa Tereza do Matupiri. O Distrito de Cametá do Ramos está situado na zona rural de Barreirinha, sendo acessível apenas por via fluvial. Já o Quilombo de Santa Tereza do Matupiri está localizado na região do Rio Andirá, também em área rural e de difícil acesso. O deslocamento até o local ocorre exclusivamente por via fluvial, com duração média de três horas, e, dependendo da variação do nível das águas (cheia ou vazante), há trechos em que é necessário seguir a pé.

A terceira estudante, por sua vez, é oriunda do município de São Sebastião do Uatumã, localizado a 247 quilômetros da capital Manaus, com acesso possível por transporte terrestre ou fluvial. A opção mais rápida, por via rodoviária, leva em média 4 horas e 30 minutos de viagem. Já o trajeto fluvial pode durar aproximadamente 16 horas e 20 minutos. O município é conhecido por abrigar a Torre Alta de Observação da Amazônia, considerado a mais alta da América Latina, e por possuir o encontro das águas do rio Uatumã com o rio Amazonas. Além disso, é uma das referências na região pela pesca esportiva e pela tradicional festa do Tucunaré.

Com o intuito de facilitar a compreensão visual da origem das participantes, veremos a seguir um mapa ilustrativo que foi elaborado destacando os municípios de São Sebastião do Uatumã e Barreirinha, com suas respectivas comunidades rurais, Cametá e o Quilombo de Santa Tereza do Matupiri. Além disso, o mapa apresenta o município de Parintins, destino das estudantes, o qual possui as unidades da UFAM e UEA. A capital

Manaus também foi inserida com o objetivo de oferecer uma referência espacial das distâncias percorridas entre os territórios mencionados.

Figura 1

Mapa ilustrativo dos municípios de origem das participantes



Nesta segunda parte, para referenciar cada uma das participantes e preservar suas identidades, serão utilizados os codinomes por elas escolhidos, os quais as representam e carregam simbolismos relacionados às suas identidades e trajetórias como mulheres, mães e universitárias. Esses codinomes não são apenas nomes fictícios, eles expressam sentidos construídos a partir das experiências, emoções e contextos de vida de cada uma: Borboleta, Resiliência e Persistência.

BORBOLETA - O significado da borboleta está intrinsecamente ligado à metamorfose. Para a participante, seu sentido está relacionado às mudanças vividas ao longo de sua trajetória, “ela é esse símbolo para mim, de transformação, de evolução”.

Borboleta passou parte da infância morando em uma comunidade no interior de Parintins com a avó. O fato de seus pais terem se mudado para o município de São Sebastião do Uatumã, levando seus documentos, atrasou seu acesso à educação formal, e ela aprendeu a ler aos 11 anos com a ajuda de uma prima paga por sua avó. Ao ser levada por sua mãe para morar com ela e o pai em São Sebastião do Uatumã, finalmente pôde iniciar seus estudos aos 12 anos.

Ainda jovem, aos 17 anos, engravidou de seu primeiro filho e parou de estudar. Sua juventude foi marcada por um relacionamento que ela descreveu como "abusivo" e "ciumento", que a impedia de retomar os estudos e de trabalhar fora, limitando sua autonomia e mantendo-a focada em cuidar da casa e do filho, período que teve seu segundo filho.

A decisão de se separar desse relacionamento foi o ponto de virada, uma escolha que ela considera a mais importante de sua vida e que lhe deu a liberdade para retomar os estudos, concluindo o EJA (Educação de Jovens e Adultos) em 2017. Embora seus planos iniciais fossem ingressar na universidade anos depois, ela foi surpreendida com a aprovação no PSC (Processo Seletivo Contínuo da UFAM) logo após terminar o ensino médio.

Sua escolha pelo curso de Serviço Social foi motivada pelo desejo de entender qual era o papel da assistente social. Essa curiosidade surgiu durante um processo de disputa pela guarda de seus filhos, no qual estava prevista uma visita dessa profissional à sua residência, mas que nunca chegou a ser realizada. Os filhos acabaram ficando sob a guarda do pai, pois o Conselho Tutelar havia concedido a guarda inicialmente sem respaldo legal, e, posteriormente, o promotor formalizou a guarda definitiva, estabelecendo que ela poderia ficar com as crianças apenas nos finais de semana.

Ela ficou em primeiro lugar por cotas raciais, sendo autodeclarada parda e tendo cursado escola pública. A notícia da aprovação gerou uma mistura de sentimentos, pois significava deixar sua vida em São Sebastião do Uatumã, incluindo um novo relacionamento, seus filhos e pais, para se mudar para Parintins.

Em Parintins, a vida universitária impôs vários desafios. Morando sozinha a maior parte do tempo, enfrentou dificuldades financeiras, de moradia e de transporte, precisando ir andando para a UFAM. A falta de recursos básicos, como um notebook, dificultou a realização de trabalhos acadêmicos, sendo necessário o apoio de colegas até conseguir adquirir um com o auxílio inclusão digital da UFAM.

O auxílio acadêmico cobria apenas o aluguel, exigindo que trabalhasse em empregos informais (loja, babá, doméstica) para as demais despesas. O Bolsa Família também foi um suporte financeiro importante. A conciliação entre estudo, trabalho, estágio e monitoria era descrita como uma rotina "muito corrida".

Durante a pandemia, período que marcou a vida de Borboleta, ela perdeu seus pais em decorrência da Covid-19, pois não conseguiram vaga em UTI. Além disso, a pandemia trouxe a necessidade de atividades remotas, o que dificultou muito o acesso à internet

para Borboleta. Ela descreve que era muito difícil estudar em casa, pois não sabia se cuidava da casa ou se dedicava aos estudos.

Em 2021, seu filho mais novo foi morar com ela em Parintins para estudar no IFAM. Ela o descreve como uma pessoa muito amiga, que lhe dá forças. A partir disso, conciliar a maternidade com a vida acadêmica e profissional tornou o processo ainda mais desafiador. Apesar da rotina exaustiva, ela fazia questão de estar presente nas atividades do filho, que foi um apoio essencial, incentivando-a a não desistir em momentos difíceis. Mesmo com as dificuldades, seu engajamento e a busca por conhecimento a fortaleceram, refletindo a metamorfose simbolizada por seu codinome.

RESILIÊNCIA - o significado de resiliência é popularmente conhecido como a capacidade de enfrentar as dificuldades e superar as adversidades. Para a participante o sentido desta palavra está em se refazer, se reconstruir e “pegar cada caquinho das ilusões quebradas para se reerguer”.

Resiliência nasceu em Barreirinha e foi criada no distrito de Cametá do Ramos. Estudou na única escola estadual da região até a oitava série e, por ser filha de professores, sentia-se constantemente cobrada a ser “perfeita” em sala de aula, o que a tornava tímida e retraída. Anos depois, os pais a enviaram para morar com a avó na zona urbana do município, a fim de que cursasse o ensino médio.

Quando estava começando a se adaptar, a escola entrou em reforma e seus pais decidiram enviá-la para Manaus sem avisá-la, matriculando-a em uma nova escola. A adaptação foi difícil, ela não compreendia muito bem a linguagem de alguns professores e nem o ritmo de ensino mais avançado da capital, o que a fez sentir-se "burra" e a levou a reprovar o terceiro ano do ensino médio. Depois retornou a Barreirinha e conseguiu concluir os estudos.

Em 2008, após estudar por conta própria, conseguiu ingressar no curso de Enfermagem na UEA em Manaus, seu sonho na área da saúde. Durante a graduação enfrentou várias dificuldades, entre elas, a logística para chegar à universidade e à situação financeira, pois dependia de uma pequena quantia enviada pelo pai e fazia “cotinha” com os amigos para poder comer, pois a instituição na época não tinha refeitório.

Já em 2009, começou um relacionamento com o pai de seus filhos, um homem mais velho. Inicialmente, ele parecia apoiar seus estudos, mas depois começou a controlar sua vida, criticando a escolha do seu curso e sugerindo que fizesse Medicina. Ela engravidou da primeira filha e teve que trancar, devido a hiperêmese gravídica (enjoo

severos), que a impedia de frequentar as aulas. A partir desse ponto, ele passou a controlar suas roupas e relações familiares, isolando-a e fazendo-a se sentir dependente dele.

Posteriormente, ele a incentivou a tirar carteira de habilitação e a estudar Ciências Contábeis para gerenciar a empresa dele. Durante os estudos em uma faculdade particular, ela começou a ter mais independência e a fazer amizades, o que, para ele, não foi "legal". Seu parceiro, então, planejou intencionalmente sua segunda gravidez para mantê-la sob seu controle, o que ela percebeu depois como uma tentativa de privá-la de sua recém-conquistada liberdade.

Após esse período, a relação abusiva atingiu o auge quando a empresa do parceiro faliu, e ele então a mandou com os filhos para Barreirinha, para morarem com os pais dela, um momento que Resiliência aproveitou para se separar. A fase pós-separação foi de autodescoberta, pois começou a atuar como monitora de língua portuguesa no programa Mais Educação, apesar de nunca ter desejado ser professora. Ao ver o progresso de seus alunos e o impacto de seu trabalho, descobriu sua verdadeira vocação na educação.

Recusando a oferta de seu pai para pagar uma faculdade particular, optou por tentar na universidade pública novamente. Durante o processo seletivo para a UEA em 2016, sua filha adoeceu gravemente e ela acabou perdendo a segunda etapa do vestibular. Anos depois, descobriu que havia sido aprovada em Pedagogia no ENEM de 2016, mas não soube na época por falta de acesso à internet.

Em 2018 foi aprovada em Pedagogia no SISU na modalidade de ampla concorrência. Mudou-se para Parintins sem emprego, contando com a ajuda de conhecidos para moradia e transporte até que seu atual companheiro se mudou para lá para apoiá-la financeiramente. Ela obteve bolsas como a do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) e auxílio acadêmico, o que a ajudou a se manter.

Resiliência passou pelo período da pandemia longe da família, ficou isolada em Parintins, pois não podia ir para o interior para estudar, pois lá não tinha acesso à internet. Apesar de querer muito ficar perto de seus pais e filhos, ela sabia que se fosse, perderia o período acadêmico, o que lhe gerou desespero, pois não podia estar próxima da família e estava preocupada com a saúde deles enquanto tentava estudar.

Quando seus filhos a visitavam em Parintins e ela tinha que ir para a universidade, deixava-os com uma vizinha até o companheiro chegar. Em algumas ocasiões, conversava com as colegas que também tinham filhos para negociarem com os

professores o início das aulas em um horário um pouco mais tarde, eles por sua vez, sempre demonstravam compreensão e se mostravam flexíveis diante da situação.

Sua jornada em Parintins não apenas consolidou sua vocação na Pedagogia, onde aprendeu a "problematizar" a história e a sociedade, mas também a fortaleceu, tornando-a "autossuficiente" e reafirmando que a universidade, apesar das barreiras, era seu lugar de pertencimento, conquistado por sua resiliência.

PERSISTÊNCIA - No contexto popular, o significado de persistência está relacionado à capacidade de continuar tentando, mesmo perante os obstáculos. Para a participante, o sentido desta expressão está vinculado a manter-se firme e não desistir mesmo diante da sobrecarga emocional e das inseguranças acadêmicas, “pois deixar filho, deixar tudo ali para buscar o sonho, né? Não é fácil [...] é persistência mesmo”.

Nascida na comunidade quilombola de Santa Tereza do Matupiri, Persistência foi criada pelos avós maternos. Coursou a Educação Infantil ao Ensino Fundamental I e II na escola municipal da própria comunidade, atualmente reformada. Segundo ela, a escola contava inicialmente com apenas três salas de aula e em determinados períodos, funcionava em regime multisseriado, reunindo alunos de diferentes anos na mesma sala, como o terceiro e o quarto anos juntos. Com o tempo a demanda aumentou, pois a escola passou a atender também alunos de comunidades vizinhas.

Ela menciona ainda que na época que estudava não havia energia elétrica, limitando as aulas ao período diurno. Às vezes as salas eram muito quentes e em certos momentos as aulas eram realizadas sob as árvores. A merenda escolar era fornecida, mas frequentemente faltava. Quanto à água, até hoje é utilizada de um poço artesiano antigo, que passa por tratamento com hipoclorito, mas que apresenta problemas, especialmente durante os períodos de seca. Apesar dessas dificuldades, a chegada do programa Luz para Todos trouxe algumas melhorias na disponibilidade de energia.

Persistência cursou o Ensino Médio por mediação tecnológica à noite, pois a comunidade não dispunha de Ensino Médio presencial. A falta de infraestrutura e recursos, como energia e materiais de apoio adequados dificultava os estudos, mesmo com a chegada do programa de energia, que falhava por vários dias, resultando na perda de conteúdo. Ela foi incentivada por professores a buscar o Ensino Superior, não fez nenhum cursinho fora da comunidade, estudando apenas pelo formato de provas da medição tecnológica, que eram baseadas no ENEM.

Após terminar o Ensino médio aos 18 anos, Persistência tentou o vestibular em 2013 para Pedagogia, mas não foi aprovada e ficou um tempo sem estudar. Aos 20 anos,

engravidou e tornou-se mãe solo, um período que a fez a questionar sobre a continuidade de seu sonho de estudar. Depois começou a trabalhar como Agente Comunitária de Saúde, função que exerceu por três anos e conseguiu conciliar com a maternidade. Com o retorno de sua mãe à comunidade, passou a contar com sua ajuda nos cuidados com o filho.

Sobre o pai de seu filho, a relação é descrita como difícil. Ele não visita a criança com frequência e a avó materna não gosta muito que o neto vá para a casa do pai, preferindo que ele fique em casa. Ela menciona que o contato entre eles é superficial e “não tão forte”. No passado, o pai costumava levar e buscar o filho na escola, que ficava próxima. Sobre a questão financeira prestada pelo pai, essa não é regular, o acordo de pensão alimentícia é apenas verbal, não havendo um processo judicial formal e na maioria das vezes é necessário ficar cobrando.

Em 2021, Persistência prestou novamente o vestibular e foi aprovada no curso de Letras da UEA, ingressando em 2022, iniciando as aulas de forma remota por conta período pandêmico. Sua decisão de se mudar para Parintins significou deixar o emprego e, de forma ainda mais dolorosa, o filho, que na época tinha quatro anos, pois não conseguiu vaga em uma escola da cidade e precisou retornar à comunidade com a avó.

Quando chegou em Parintins, Persistência enfrentou desafios financeiros, pois não tinha recursos para se manter na cidade. Ela não ingressou por cotas, pois não tinha conhecimento sobre essa possibilidade na época da inscrição. Obteve uma bolsa PIBID, que trouxe estabilidade por um tempo, e depois passou a contar com o Bolsa Família e com apoio de suas irmãs, que também estudam e moram com ela.

Persistência pensou em desistir várias vezes, mas o apoio familiar e o sonho de ter uma profissão a mantiveram firme. O ambiente acadêmico lhe proporcionou amizades e um grupo de apoio entre colegas, incluindo outras mães e professores que demonstravam compreensão, principalmente quando seu filho ia para Parintins nas férias, período em que precisava dividir sua atenção entre os estudos e os cuidados com ele.

A trajetória de vida de Persistência é um relato marcante de que buscar um futuro melhor para si e para o filho foi, ao mesmo tempo, uma das decisões mais desafiadoras e importantes que ela já tomou. Sua determinação, que inspira seu próprio codinome, encontra consolo e força na convicção de que está fazendo "algo por mim, e por ele também", uma verdade que a impulsiona e define a essência de sua persistência.

A partir do texto introdutório que sintetiza a história de vida das participantes, elaborou-se uma tabela com o intuito de facilitar a visualização de algumas características das três estudantes que integraram a pesquisa.

Tabela 1*Quadro resumo do perfil das Participantes*

Estudante	Identificação étnico-racial	Município de Origem	Idade	Curso/ Instituição	Auxílios Financeiros	Filhos/ Idade
Borboleta	Parda	São Sebastião do Uatumã	35	Serviço Social UFAM	Auxílio Acadêmico/ Bolsa Família	2 18 anos 16 anos
Resiliência	Branca	Barreirinha/ Cametá	35	Pedagogia UFAM	Auxílio Acadêmico	2 7 anos 9 anos
Persistência	Preta/ Quilombola	Barreirinha/ Quilombo	29	Letras UEA	Auxílio Acadêmico/ Bolsa Família	1 6 anos

4.4. Instrumentos

O instrumento usado no desenvolvimento da pesquisa foi a Entrevista Narrativa, a qual segue um modelo de entrevista não estruturada, de profundidade e com características específicas, que visa encorajar e estimular o entrevistado (informante) a contar uma história a respeito de algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social inserido (Jovchelovitch & Bauer, 2008).

A escolha por esse tipo de entrevista se deu em função de ser um instrumento que busca compreender as vivências do indivíduo inseridas em uma determinada realidade social. A entrevista narrativa favorece ao entrevistado um processo de introspecção, que pela linguagem, atribui significados às suas vivências, assim como por meio de narrativas construídas de acordo com seus interesses e próprios critérios de utilização e relevância (Ravagnoli, 2018).

O método das narrativas, ao se distanciar da tradicional abordagem de entrevistas de perguntas e respostas, destaca-se como uma ferramenta essencial para pesquisas qualitativas. Esse método oferece aos pesquisadores dados que possibilitam a produção de conhecimento científico comprometido com a fidelidade dos relatos e a originalidade dos dados. Além disso, permite que as investigações qualitativas combinem histórias de vida com contextos sócio-históricos, possibilitando uma compreensão mais profunda dos sentidos que provocam mudanças nas crenças e valores que motivam (ou justificam) as ações dos informantes (participantes) (Muylaert et al., 2014).

4.5. Procedimentos de Coleta de dados

Nesta etapa da pesquisa iniciou-se com a consulta ao banco de dados de entrevistas do projeto guarda-chuva. A partir de uma leitura flutuante dos relatos disponíveis, foram identificadas mulheres que mencionavam experiências relacionadas à maternidade. Com base nessas informações iniciais, foi realizada uma seleção prévia das possíveis participantes, seguindo os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos.

Em seguida, ocorreu o primeiro contato com as estudantes selecionadas por meio do aplicativo *WhatsApp*, por onde foi enviado uma mensagem convidando-as para participar da pesquisa. Nesse momento, foram apresentadas informações detalhadas sobre a finalidade do estudo, a relevância de suas contribuições e os procedimentos adotados para garantir a proteção de suas identidades.

Na fase das entrevistas, foram atendidos os princípios éticos norteadores desta pesquisa, onde se enfatizou novamente a finalidade do estudo e os direitos das participantes, incluindo a não participação e/ou desistência em qualquer etapa do processo. Além disso, foi fornecido uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Foi informado ainda que a entrevista seria gravada por meio do aplicativo de gravador de voz do celular. Na ocasião, foram explicados os procedimentos envolvidos na gravação, assim como os motivos que justificavam essa prática, assegurando clareza e autonomia das participantes, que puderam decidir livremente sobre sua participação na pesquisa.

Após a realização das entrevistas, os áudios foram transcritos com o auxílio de uma ferramenta digital e os textos resultantes passaram por revisão e edição criteriosas. Esse processo teve como propósito assegurar que as falas das participantes fossem fielmente representadas, respeitando o conteúdo e a intenção expressa em seus relatos. Posteriormente, os materiais foram preparados para a etapa de análise.

4.6. Procedimento de Análise dos dados

A análise dos dados coletados foi realizada com base nos Núcleos de Significação, conforme proposto por Aguiar e Ozella (2006), que se fundamenta na perspectiva teórico-metodológica da Psicologia Sócio-histórica. Numa análise por meio de núcleos de significação é essencial o uso de algumas categorias durante todo o processo de

interpretação e inferência sobre a fala do indivíduo. São elas: mediação, historicidade, significados, sentidos, necessidades e motivos (Aguiar & Ozella, 2013).

O roteiro para aplicação dos núcleos de significação consistiu na transcrição do conteúdo, seguindo de uma leitura flutuante das entrevistas narrativas, onde posteriormente foi feito um levantamento dos temas/conteúdos que se destacaram na fala dos informantes para a elaboração dos pré-indicadores, os quais representam a realidade sócio-histórica do sujeito (Aguiar & Ozella, 2013).

Ao concluir essa primeira etapa, foi feito o processo de aglutinação dos pré-indicadores, isto é, dos temas revelados na fala das entrevistadas de acordo com critérios de similaridade, complementaridade e contraposição, o que permitiu a formação e organização de alguns indicadores (Aguiar & Ozella, 2013).

Após a etapa de aglutinação dos pré-indicadores, que constituiu 12 indicadores, a análise avançou para a terceira fase, que consistiu na formação e sistematização dos Núcleos de Significação, resultando na identificação de quatro núcleos de significação.

Tabela 2

Quadro de indicadores e núcleos de significação

Indicadores	Núcleos de Significação
Início da Trajetória Educacional: “entre trancos e barrancos e muita dificuldade”	A Luta pela Inserção na Educação: Entre Interrupções e Recomeços
Maternidade e Violência Conjugal como fatores de interrupção educacional: “ele tinha articulado na cabeça dele que ele ia me engravidar”	
A inesperada aprovação e a Decisão de rumos: “vou deixar tudo e vou embora? Ou como que vai ser?”	
Primeiros Desafios para Permanecer na Universidade: “É difícil pra gente que vem do interior”	A Permanência na Universidade em Meio aos Desafios: Conciliando Realidades e Resistindo
Estratégias e Recursos de Permanência: “Aí eu falei: ‘Não, não vou abrir mão do meu estudo. E aí eu tive que conciliar trabalho, estágio e estudo’”	
Os Desafios na Trajetória Acadêmica: “Eu não tinha acesso à internet, era muito difícil estudar em casa”	
Quando ser pai é uma opção, abandonar vira rotina: “ele pegou os meninos e foi	

deixar em frente de casa, dizendo que não queria mais eles”	Negligência Paterna, Maternidade e a Força dos Filhos que impulsionam a Trajetória Acadêmica
A negligência paterna e suas reverberações na trajetória acadêmica: “Vamos recriar aqui um outro cenário... Se eu tivesse tido ajuda pra levar eles pra perto de mim”	
Dilemas maternos e resistência acadêmica impulsionada pelos filhos: “Minha mãe tá estudando. Ela tá estudando pra ela voltar”	
Rotina de convivência e cuidado com os filhos: “estou conseguindo, conseguindo conciliar à distância... a ausência que causa. Eu sei que faz falta a mamãe”	
Descobertas e transformação no processo formativo: “A educação, ela é algo que pode transformar muito a vida das pessoas”	A Universidade como Espaço de Transformação, Potencial e Limitações para as Mães Estudantes
Necessidades de apoio para a permanência de mães na universidade: “As universidades, como uma professora falou, ela não é pensada pra quem é mãe”	

Concluída a construção dos Núcleos de Significação, inicia-se a análise intranúcleo, que busca explorar de forma aprofundada os dados que compõem cada núcleo, e em seguida se avançará para a análise de internúcleos, conforme proposta por Aguiar e Ozella (2006), que será apresentada e discutida no Capítulo III.

4.7. Cuidados Éticos

A pesquisa está vinculada ao projeto guarda-chuva intitulado de “Itinerários e Condições de Desenvolvimento de Jovens Estudantes do Ensino Superior: Desafios para a permanência”, contemplado no edital nº. 005/2022 HUMANISTAS/FAPEAM, e se encontra devidamente aprovada pelo comitê de ética em pesquisa sob o CAAE 64651822.2.0000.5020. Número do Parecer: 5.765.546.

Os cuidados éticos referentes à pesquisa foram seguidos considerando-se as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, a qual orienta pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais, com ênfase no compromisso com a análise dos riscos e benefícios envolvidos, tanto em relação à pesquisa quanto aos participantes.

Também foram seguidas as orientações da Resolução CNS nº 466/2012, que estabelece diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos, assegurando princípios como o sigilo, a privacidade e os cuidados com os

participantes. Além disso, foi garantida a autorização formal por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

CAPÍTULO III

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO

A partir da análise realizada por meio dos núcleos de significação, que busca uma nova síntese da realidade, aglutinou-se os pré-indicadores com base em similaridade, complementaridade e contradição, possibilitando a formação dos indicadores que conduziu para a sistematização de quatro núcleos centrais. Esses núcleos de significação revelam as vivências de mulheres que são mães solo e os desafios enfrentados em suas trajetórias educacionais e universitárias.

Com base na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica, entende-se que o ser humano é uma síntese de inúmeras relações que estabelece ao longo de sua trajetória social e cultural. Para compreendê-lo em sua complexidade é necessário levar em conta os contextos históricos e as condições materiais que moldam sua existência. Nessa abordagem, o indivíduo é visto como agente ativo, que se transforma e é transformado pelas circunstâncias em que está inserido, construindo cultura e desenvolvendo-se por meio das conjunturas histórico-sociais (Gomes et al., 2024a).

5.1. A LUTA PELA INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO: ENTRE INTERRUPÇÕES E RECOMEÇOS

Este núcleo de significação expressa os sentidos subjetivos das participantes em acessar e permanecer nos espaços educacionais, mesmo diante de várias adversidades. Os sentidos identificados nesse processo revelam a existência não apenas de desafios estruturais e sociais vivenciados por elas, mas também de determinação e desejo de estudar.

Nesse contexto, o núcleo se constitui da aglutinação de três indicadores: a) Início da Trajetória Educacional: “entre trancos e barrancos e muita dificuldade”; b) Maternidade e Violência Conjugal como fatores de interrupção educacional: “ele tinha articulado na cabeça dele que ele ia me engravidar”; e c) A Inesperada aprovação e a Decisão de rumos: “vou deixar tudo e vou embora? Ou como que vai ser?”.

5.1.1. Início da Trajetória Educacional: “entre trancos e barrancos e muita dificuldade”

As falas reunidas neste indicador revelam o começo da trajetória de escolarização das estudantes. O ingresso na escola, longe de representar uma etapa natural do desenvolvimento, aparece como um processo tardio, fragmentado e mediado por fatores externos como, negligência familiar, ausência de políticas públicas e barreiras linguísticas. Considerando isto, destacam alguns trechos alinhados a essas vivências:

Minha trajetória, né? [...] Ela começou meio tardia por conta que meus pais, me deixaram com a minha avó e levaram todos os documentos [...] E quando a minha vó pedia, a minha mãe não mandava (Borboleta).

No relato de Borboleta sua trajetória é marcada por uma situação familiar, como a ausência de documentos, retidos pelos pais, o que impediu e atrasou sua entrada na escola. Além disso, não se trata apenas da negligência familiar, mas também da ausência da rede de proteção no território eficaz para a garantia do acesso a esse direito básico, evidenciando a dimensão estrutural da desigualdade social no Brasil. Essas circunstâncias mostraram que as possibilidades educacionais de Borboleta não são determinadas apenas por escolhas individuais, mas por determinações sociais e históricas que delimitaram seu acesso à educação.

Segundo Mata (2019), a negligência é difícil de ser mensurada, pois é atravessada por diversas questões, sejam elas socioeconômicas, estruturais, culturais ou por outras circunstâncias que contribuem para sua ocorrência. Nesse sentido, Silva e Alberto (2019) mencionam que a Rede de Proteção se integra como um instrumento das políticas públicas que articula diferentes instituições, com o objetivo de assegurar os direitos de crianças e adolescentes por meio da atuação conjunta de diversos atores sociais comprometidos com esse propósito. No entanto, a falta de conhecimento sobre a legislação, associada à ausência de articulação efetiva entre os profissionais e instituições envolvidas, compromete a eficácia da Rede e contribui para a fragilidade na proteção social desses sujeitos.

Já o percurso educacional de Resiliência foi marcado não apenas pela transferência de escola, mas também pela mudança de professores, dos códigos linguísticos e de ambiente:

Me transferiram pra outra escola (em Manaus), eu não entendia muito o que os professores falavam porque é diferente o sotaque daqui pros de lá do interior e eu não entendia, me sentia assim [...] muito burra [...]. Eu acabei reprovando, voltei e terminei o meu ensino médio lá, lá em Barreirinha, entre trancos e barrancos e muita dificuldade (Resiliência).

O contato com o novo ambiente foi desconfortável, provocando sentimentos de inadequação. Sua vivência reflete a disparidade na qualidade e no ritmo do ensino entre o interior e a capital, evidenciando a necessidade de se adaptar a um sistema educacional que opera sob uma lógica homogênea e desconsidera as realidades e os diferentes ritmos de aprendizagem. Ao mencionar a reprovação e o retorno para sua cidade para concluir o ensino médio sobre muitos obstáculos, enfatiza como as dificuldades permeiam seu processo de escolarização.

Persistência, por sua vez, detalha as dificuldades de infraestrutura e condições precárias de ensino na comunidade quilombola onde estudava:

A merenda tinha, mas tem um tempo que falta, né? [...] não tinha energia, [...] na sala era bem quente mesmo [...] tinha tempo que gente saía com os professores pra ir pra baixo das árvores (Persistência).

A irregularidade da merenda, a falta de energia e o calor excessivo nas salas de aula que forçavam alunos e professores a buscar alívio debaixo de árvores para estudar são consequências da negligência do Estado, que naturaliza a precariedade como parte da realidade educacional dos que vivem longe dos centros urbanos. Essa falta de investimento nas escolas impacta diretamente na qualidade do aprendizado e no bem-estar dos estudantes.

Essas narrativas vão de encontro com a premissa de Lira (2024), onde menciona que o sistema educacional do Amazonas possui características específicas, determinadas pela vasta extensão territorial e pela diversidade sociocultural da região. Essa realidade é marcada pela heterogeneidade no acesso e na qualidade da educação, especialmente entre áreas urbanas e rurais. Além disso, as escolas frequentemente enfrentam deficiências estruturais, carência de recursos e um currículo que, por vezes, não contempla às especificidades locais.

Em corroboração a isso, Santos (2021) mostra em seu estudo que as dificuldades enfrentadas pela maioria das escolas nas comunidades do interior do Amazonas estão relacionadas à precariedade da infraestrutura. Muitas dessas escolas não possuem biblioteca, materiais didáticos ou sala de informática, e mesmo quando há equipamentos, o acesso à internet geralmente não funciona. Soma-se a isso a ausência de ventiladores ou ar-condicionado nas salas de aula, que compromete o processo de aprendizagem dos alunos, gerando desconforto causado pelo calor amazônico, que é quente e úmido, tornando o ambiente escolar ainda mais inadequado ao ensino.

As falas de Borboleta, Resiliência e Persistência mostram os sentidos construídos diante dos desafios enfrentados para o acesso e permanência na escola pública do interior do Amazonas, especialmente nas áreas rurais e ribeirinhas. Os trechos revelam ainda as especificidades regionais construídas historicamente a partir da marginalização territorial, da precarização dos serviços públicos e da desigualdade estrutural que organiza o sistema educacional.

5.1.2. Maternidade e Violência Conjugal como fatores de interrupção educacional: “ele tinha articulado na cabeça dele que ele ia me engravidar”

Neste tópico, o indicador é composto por trechos que relatam sobre a gravidez e os relacionamentos abusivos como fatores que interromperam e dificultaram a continuidade dos estudos das estudantes. Essas experiências mostraram-se como aspectos recorrentes em suas falas revelando situações que atravessaram suas trajetórias escolares.

Borboleta menciona em seu relato sobre a maternidade precoce:

Aos 17 anos, eu engravidei e, como tive meu bebê, eu parei de estudar [...] aí depois tentei voltar, não deu certo. Aí foi que eu engravidei novamente desse meu filho e fiquei sem estudar (Borboleta).

O trecho destaca que, ao longo de sua trajetória, Borboleta vivenciou a tentativa de permanecer na escola, mas essa foi interrompida em razão da gravidez precoce. Sua fala evidencia como a maternidade na adolescência, associada à falta de apoio familiar e à ausência de um suporte institucional adequado, contribui para o afastamento escolar, revelando a fragilidade na garantia dos direitos educacionais de jovens mães, sobretudo em contextos sociais vulneráveis. Além disso, a fala revela uma nova tentativa de retomar os estudos, que novamente não se concretizou devido à chegada do segundo filho, o que

a impossibilita, mais uma vez, a continuidade da escolarização. Essa dinâmica reforça como a ausência de uma rede de apoio institucional, somada às responsabilidades maternas, dificulta o retorno à escola.

A gravidez na adolescência configura-se como um dos grandes desafios para as políticas públicas de saúde e educação no Brasil, por envolver uma série de fatores biológicos, sociais, econômicos e culturais que impactam diretamente o desenvolvimento pessoal e acadêmico das jovens. A evasão escolar em decorrência da gravidez na adolescência está associada, em grande parte, à falta de suporte familiar, à inadequação das instituições de ensino para atender as necessidades das jovens grávidas e à carência de políticas públicas e serviços de apoio, como creches e iniciativas que favoreçam o retorno à escola (Santos & Albuquerque, 2025).

Na fala de Resiliência também são mencionadas tentativas interrompidas de continuar os estudos em razão das duas gestações. Mesmo com o acesso ao Ensino Superior na rede pública e o investimento na faculdade privada, as experiências relacionadas à gravidez, somadas a problemas de saúde, atuam como fatores que comprometem e desestabilizam seu percurso acadêmico.

Engravidei. Eu não consegui concluir a graduação, no caso, né, a enfermagem, por conta que eu tive hiperêmese [...]. Ainda tentei ciências contábeis no particular, mas aí não deu certo novamente, porque eu descobri uma outra gravidez (Resiliência)

A fala de Resiliência traduz as tentativas frustradas, no qual o desejo de continuar os estudos é constante, mas acaba sendo interrompido pelas condições de saúde geradas pela gravidez. As experiências de Resiliência revelam não apenas os desafios, mas as limitações de saúde decorrentes da hiperêmese, e também como o percurso educacional feminino pode ser comprometido pela maternidade, especialmente quando não há suporte necessário de cuidados.

Persistência, por sua vez, ao verbalizar sobre a gravidez, revela que esse período representou um momento de estagnação nos estudos, no qual precisou adiar os planos que havia traçado, especialmente o sonho de acessar o ensino superior:

Engravidei aos 20 anos, [...] e fiquei por lá mesmo, mas também não desisti [...]. Estudar, ficou mais distante. A gente acha que acaba tudo (a gravidez), né. Aquela fase de “evitamento”. Aí, não quer mais estudar (Persistência).

Em sua fala também se manifesta o sentimento de desmotivação e o distanciamento dos objetivos pessoais, algo comum em situações de mudança intensa, como a maternidade, especialmente quando ocorre de forma não planejada ou sem apoio emocional. Essa fase evidencia o quanto as vivências emocionais, os estigmas sociais e as responsabilidades maternas podem desanimar ou paralisar a vontade de estudar. No entanto, é possível perceber um sentimento de esperança quando Persistência afirma que não desistiu, o que revela emoções ambíguas: de um lado, o reconhecimento das limitações enfrentadas; de outro, a preservação do desejo e da possibilidade de, futuramente, retomar os estudos.

As falas de Borboleta, Resiliência e Persistência evidenciam o cumprimento do papel social atribuído à maternidade, marcado por responsabilidades que recaem quase exclusivamente sobre as mulheres. No entanto, torna-se igualmente evidente que a maternidade impõe desafios e tomada de decisões difíceis, que, na maioria das vezes, implicam abrir mão de algo, como a continuidade dos estudos diante da ausência de apoio institucional, familiar ou comunitário.

Barbosa (2019) menciona que a sociedade parece permitir que as mulheres sejam tudo ou, ao menos, vislumbrem sê-lo, desde que não sejam mães. De forma sutil e muitas vezes imperceptível, existem mecanismos sociais que as afastam de oportunidades que possibilitam a sua autonomia, como o investimento na formação acadêmica e profissional. Nesse cenário, é instituído automaticamente um sistema de exclusão às mulheres por conta da maternidade, as quais passam a viver em um dilema "ou": ou o mundo ou a maternidade, como se fossem as únicas responsáveis pelos cuidados dos filhos.

A trajetória educacional de Borboleta e Resiliência não foi interrompida apenas pela ausência de suporte com chegada dos filhos, mas também pelo envolvimento em um relacionamento afetivo atravessado por dinâmicas de controle, dependência emocional e violências.

Eu vivia um relacionamento um pouco abusivo, a pessoa era ciumenta, ela não deixava estudar, não gostava, então, tive que parar novamente [...] eu aceitava ali, ficava só cuidando de casa, filhos, casa e filhos, e também não trabalhava (Borboleta).

O segundo filho, ele tinha articulado na cabeça dele que ele ia me engravidar. Ele achou essa brecha, eu parei de tomar o anticoncepcional, então, ali era o momento propício para ele me engravidar [...] me engravidou novamente de propósito para que eu não tivesse a liberdade que eu já estava tendo (Resiliência).

A experiência amorosa, que socialmente é atribuída a um lugar de cuidado e proteção, aparece nas falas de Borboleta como espaço de limitação e submissão. No início de sua fala, ao declarar a relação como “um pouco abusiva”, indica uma tentativa de amenizar a violência vivida, o que é bastante comum em vínculos afetivos marcados por dependência emocional e controle. Ao afirmar que o parceiro não a deixava estudar, Borboleta revela que o acesso à educação foi negado como uma forma de dominação, o que vai além de um conflito privado e se insere em uma lógica patriarcal que associa o lugar da mulher à casa e à maternidade, restringindo sua autonomia intelectual e econômica. Quando menciona que ficava ‘só’ cuidando da casa e dos filhos, esse trecho expõe a naturalização da sobrecarga doméstica, o abandono da escola e do trabalho, o que indica o apagamento de si como sujeito de direito.

Conforme Saffioti (2015, p. 47), o patriarcado “é o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens”, baseado no controle e no medo. Os estereótipos dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres funcionam como máscaras. Aos homens é imposto o dever de vestir a máscara da virilidade e do domínio, da mesma forma que às mulheres se impõe a máscara da submissão. A sociedade atinge um alto grau de eficácia nesse processo repressivo, moldando homens e mulheres para relações assimétricas e desiguais, pautadas na lógica de dominador e dominada (Saffioti, 1987).

Nas falas de Resiliência também é possível identificar as violências sofridas em seu relacionamento conjugal. Sua vivência é marcada pela desigualdade de poder dentro da relação, onde o desejo de seguir com seus estudos é confrontado por atitudes de dominação do parceiro. O relato sobre a articulação do companheiro que planeja a sua segunda gravidez denuncia a coerção reprodutiva e revela o uso da gestação como ferramenta de subjugação. A gravidez nesse contexto não decorre de uma decisão compartilhada, mas de um mecanismo de controle sobre seu corpo e seu futuro. Ao fazer referência à “brecha” na ausência do anticoncepcional, evidencia a manipulação do consentimento e a invasão da autonomia reprodutiva, uma forma sutil, mas grave, de violência patriarcal.

De acordo com hooks (2018) o termo “violência patriarcal” é útil porque ao contrário da expressão mais habitual “violência doméstica”, reforça a compreensão de que a violência no lar está relacionada ao sexismo, ao pensamento sexista e na lógica da dominação masculina. Além disso, para a autora a violência patriarcal se sustenta na ideia de que é aceitável que uma pessoa em posição de poder exerça controle sobre outra por meio de práticas coercitivas.

A naturalização da violência contra a mulher, historicamente enraizada na cultura patriarcal brasileira, contribui para a invisibilidade do sofrimento feminino e para a dificuldade de enfrentamento dessa realidade. Durante muito tempo, as mulheres não foram reconhecidas como sujeitos de direito, mas tratadas como propriedade ou moeda de troca dentro das estruturas patriarcais. Essa lógica reforçou a normalização da violência, e ainda hoje, um dos grandes desafios para enfrentá-la é justamente a superação dessa cultura de opressão, que legitima a dominação masculina sobre as mulheres (Romeiro & Bezerra, 2021).

5.1.3. A Inesperada aprovação e a Decisão de rumos: “vou deixar tudo e vou embora? Ou como que vai ser?”

Esse indicador representa o momento em que ocorre a descoberta da aprovação no vestibular para o ingresso no ensino superior, vivenciado como uma grande conquista, mas também como uma decisão difícil, que envolve a necessidade de mudar de cidade e ficar longe dos filhos.

Fiz o PSC, as três etapas do PSC, né? Aí quando saiu o resultado, eu tinha passado primeiro lugar por cotas (em serviço social), né? Aí foi aquela mistura de sentimentos. [...] Passou um monte de coisa na cabeça. Eu tinha meus filhos lá, né? Tinha um outro relacionamento. Então eu fiquei pensando: vou deixar tudo e vou embora? Ou como que vai ser? (Borboleta).

Ao relatar sua aprovação em primeiro lugar por cotas, Borboleta não apenas expressa um sentimento de orgulho pessoal, mas ativa significados simbólicos potentes que dialogam com a historicidade de exclusão vivida por mulheres negras, periféricas e mães. Tal conquista funciona como ruptura na lógica estrutural que historicamente as invisibilizou, validando sua presença num espaço social marcado por desigualdades.

Para Pinheiro (2023) a cota é um mecanismo de equidade social fundamental, pois busca reduzir as desigualdades vividas por aqueles que enfrentam um percurso mais longo e difícil em comparação a quem já possui todas as condições básicas garantidas e pode se dedicar exclusivamente aos estudos. Não é sobre achar que pessoas negras são intelectualmente inferiores e por isso precisam de cotas, mas sobre reconhecer quais processos sociais e históricos levaram a população negra a priorizar, desde a infância, o trabalho em detrimento da dedicação aos estudos. Trata-se, portanto, de uma medida de reparação histórica, e não esmola.

Ao mencionar que após a aprovação passou várias coisas em sua cabeça, Borboleta se refere aos dilemas afetivos que emergem diante da possibilidade de se ausentar do convívio com os filhos e da necessidade de reconfigurar seu relacionamento conjugal. Esse conflito revela sentidos que atravessam as mulheres, as quais enfrentam barreiras afetivas e sociais relacionadas aos papéis que lhes são historicamente impostos, como o da mãe que deve estar sempre presente ou da esposa que mantém o lar. Assim, Borboleta precisa reconfigurar sua posição no mundo privado (família) para ocupar um novo espaço no mundo público (educação).

Apesar dos avanços conquistados pelas mulheres em diferentes esferas sociais ainda persiste uma forte resistência em desconstruir representações tradicionais do papel feminino, muitas vezes associadas exclusivamente ao lar e à maternidade. Além disso, continuam sendo frequentes as limitações enfrentadas por mulheres na busca em acessar os espaços públicos, institucionais e educacionais, o que evidencia uma assimetria sustentada por uma estrutura social machista e patriarcal que dificulta a equidade de gênero (Teixeira & Silva, 2024).

Já Persistência apresenta na sua fala uma postura decisiva e afirmativa, se colocando como sujeito de sua escolha, não apenas alguém que foi chamada, mas como alguém que decide ir e que não quer mais perder as oportunidades.

Quando eu fui ver, era a terceira chamada, tava meu nome (curso de Letras) [...].
Pensei: eu vou. É algo que eu queria. Eu não vou desperdiçar agora. Eu não pensei duas vezes (Persistência).

A descoberta de seu nome na terceira chamada representa mais do que um processo seletivo concluído: simboliza a emergência de novos sentidos e motivos, historicamente constituídos ao longo de uma trajetória marcada por desafios e

expectativas adiadas pela maternidade. O gesto de aceitar a vaga imediatamente carrega, portanto, necessidades de reconhecimento e realização pessoal, em contraponto às inúmeras situações de exclusão vividas anteriormente. Desse modo, a decisão de ir marca um passo importante em sua jornada, o direito de existir em espaços de saber, como mulher, como mãe e como pertencente a um território frequentemente negligenciado.

No conjunto de falas das estudantes, a conquista acadêmica não é vivida de forma linear, mas tensionadas por sentimentos de incertezas e convicções. Para além da aprovação no vestibular, há um conflito subjetivo que reposiciona essas mulheres diante de seus papéis sociais, revelando que o estudo, para elas, nem sempre é uma escolha fácil, que representa o distanciamento de seus filhos como parte do processo de reconstrução de si.

5.2. A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE EM MEIO AOS DESAFIOS: CONCILIANDO REALIDADES E RESISTINDO

Neste núcleo de significação são apresentadas as vivências subjetivas das estudantes diante das dificuldades enfrentadas para permanecer na universidade. As falas revelam que o processo de formação acadêmica é atravessado por obstáculos materiais, emocionais e estruturais, os quais exigem articulações cotidianas e rede de apoio. Persistir nos estudos, nesse contexto, não representa apenas a continuidade de uma trajetória educacional, mas configura-se como uma estratégia de imposição diante das adversidades.

Desta forma, o núcleo é formado pela aglutinação de três indicadores: a) Primeiros Desafios para Permanecer na Universidade: “É difícil pra gente que vem do interior”; b) Estratégias e Recursos de Permanência: “Aí eu falei: 'Não, não vou abrir mão do meu estudo. E aí eu tive que conciliar trabalho, estágio e estudo’”; c) Os Desafios na Trajetória Acadêmica: “Eu não tinha acesso à internet, era muito difícil estudar em casa”.

5.2.1. Primeiros Desafios para Permanecer na Universidade: “É difícil pra gente que vem do interior”

Este indicador mostra os primeiros obstáculos vividos pelas estudantes ao ingressarem na universidade. As falas revelam as dificuldades de adaptação a um novo contexto urbano, a carência de recursos financeiros, a ausência de rede de apoio local e a

sensação de deslocamento territorial, marcando esse início como um período de intensas readaptações.

Borboleta, Resiliência e Persistência revelam a complexa experiência de ingressar na universidade de quem precisa migrar para outra cidade e vem de um contexto de vulnerabilidade social. O primeiro período letivo é relatado com uma série de privações materiais e adaptações que vão além do espaço acadêmico:

Eu tive que procurar uma kitnet que fosse próxima a UFAM porque eu não tinha transporte [...] foi bem difícil a questão de não ter transporte, de não ter toda a mobília onde eu morava. Depois consegui uma bicicleta, que até hoje eu ando (risos) [...]. Logo no início eu não tinha notebook pra fazer os meus trabalhos e os professores exigiam, e, com a ajuda dos colegas, eu consegui (Borboleta).

A falta de transporte e de infraestrutura básica como mobília e equipamentos (notebook) assim como a busca por uma kitnet próxima da universidade expõe a necessidade de reorganização para que o estudo se torne viável, reorganização essa permeada por precariedades. A citação da bicicleta carrega um tom de leveza, o riso marca a tentativa de superação, mesmo frente à escassez. Essa mobilidade alternativa revela criatividade diante da falta de recursos e funciona como oposição à desistência: ela segue pedalando, segue estudando. Além disso, o auxílio dos colegas mostra a importância das redes de apoio solidárias, que se apresenta como estratégia de sobrevivência acadêmica. Mais do que um desafio técnico, esse trecho expressa a pressão sentida entre a exigência institucional e a realidade concreta de quem chega do interior, sem os mesmos recursos dos seus pares urbanos.

Resiliência também relata as dificuldades enfrentadas ao chegar em Parintins, evidenciando que para permanecer na universidade foi necessário garantir antes condições mínimas de sobrevivência, como um local para morar:

Morei de favor em Parintins com uma conhecida. Perguntei se ela podia me abrigar na casa dela. Porque eu ia ajudar com o que a gente pudesse, né? Meu pai poderia mandar peixe, farinha, essas coisas... [...] se não fosse por eles, eu não teria começado que eu, não ia ter onde ficar (Resiliência).

A negociação com a pessoa conhecida mostra a relevância dos laços interpessoais, indicando que subsistir e estudar exigia relações de troca simbólica e material. O envio

de peixe e farinha pelo pai evoca uma estratégia de cuidado intergeracional, prática comum em contextos rurais, que expressa o senso comunitário, onde os recursos locais são usados para garantir sobrevivência nas cidades. A frase final “se não fosse por eles, eu não teria começado” expressa com nitidez que a universidade, por si só, não oferece as condições plenas de acesso e permanência. O estudo, nesse caso, é uma construção coletiva, que só se torna viável graças à ajuda de apoios, que minimizam a falha do Estado.

O acesso à educação para pessoas que vivem no interior é significativamente mais limitado. Fatores como a baixa renda familiar e a pouca familiaridade com os meios de comunicação impõem obstáculos ao desenvolvimento educacional, especialmente quando é necessário migrar para outra cidade. Além disso, a permanência na universidade torna-se ainda mais desafiadora com a ausência de suporte financeiro adequado ao longo do curso. Assim, mesmo quando alguns estudantes conseguem ingressar no ensino superior não há garantias governamentais ou políticas de inclusão que assegurem sua permanência e conclusão dos estudos (Soares et al., 2020).

Persistência, ao citar as adversidades enfrentadas no início de sua trajetória, explicita várias camadas de exclusão e vivências subjetivas que marcam o ingresso e a permanência de estudantes quilombolas na universidade.

É difícil pra gente que vem do interior, sim. A gente chega aqui na universidade, a gente não tem cota, né? A quilombola não tem cota [...]. Não é a questão de se dar bem, é a questão financeira. Porque tem dificuldade pra apostilas, que precisam ser compradas, as coisas pessoais mesmo, pra se manter mesmo, sabe? (Persistência).

Persistência ingressou na universidade pela modalidade de ampla concorrência. Ao citar sobre a ausência de cotas específicas para estudantes quilombolas expressa o sentimento de injustiça estrutural, que perpetua a lógica de exclusão historicamente enfrentada pela comunidade quilombola. Ela aponta para uma invisibilização institucional, que mesmo sob a aparência de democratização do acesso ao ensino superior, desconsidera as singularidades de determinados grupos.

A Lei de Cotas nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 estabeleceu que 50% das vagas nas instituições federais de ensino superior e técnico deveriam ser destinadas a estudantes oriundos de escolas públicas. Dentro desse percentual, a distribuição considerava a

autodeclaração étnico-racial, contemplando pretos, pardos e indígenas, conforme a proporção desses grupos na população local (Brasil, 2012). A inclusão específica de pessoas quilombolas como grupo beneficiário das cotas ocorreu recentemente, com a sanção da Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Essa atualização ampliou o alcance das políticas afirmativas, reconhecendo a identidade quilombola como categoria própria e garantindo sua presença nas reservas de vagas de forma explícita (Brasil, 2023).

Ao afirmar sobre a adaptação no novo ambiente de que “não é a questão de se dar bem”, mas sim “a questão financeira”, Persistência quebra a ideia de que a dificuldade acadêmica se relaciona à sua capacidade intelectual. Pelo contrário, ela evidencia que o verdadeiro obstáculo é material, como a necessidade de comprar apostilas, suprimentos básicos, pagar por deslocamentos ou moradia. O que está em jogo não é o saber, mas o sustento.

Porque não é fácil viver na cidade onde tudo precisa de dinheiro, né? Então, foi essa questão que me levou a querer desistir (Persistência).

Nesse trecho, Persistência cita sobre a dificuldade de ter que viver em um lugar onde para tudo é preciso de dinheiro. Essa fala carrega uma crítica sutil, mas contundente, à lógica urbana-capitalista que rege as universidades. Para quem vem de contextos onde o valor circula na forma de trocas simbólicas e de cuidado (como nos laços comunitários quilombolas), esse ambiente é percebido como um espaço hostil. A cidade, nesse sentido, não representa apenas a distância geográfica em relação à sua comunidade, mas o afastamento dos valores comunitários que lhe foram ensinados.

A integração de vagas específicas para quilombolas na Lei da Cotas representa avanços significativos no processo de inclusão e oferecem a esses estudantes reais possibilidades de transformação social. No entanto, é necessário destacar a necessidade de ampliar o debate para além do acesso, considerando a importância de garantir condições de permanência por meio de suporte financeiro, acadêmico e psicológico. Assim, a democratização do ensino superior deve incluir estratégias que promovam a equidade, valorizem a diversidade e reconheçam as especificidades culturais dos estudantes quilombolas (Cardoso & Ferreira, 2025).

Os relatos das estudantes revelam uma vivência comum entre os estudantes interioranos do contexto amazônico sobre a necessidade de migrar em busca de melhores condições de estudo. O estado do Amazonas conta com apenas duas universidades

públicas: a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), onde os campus principais estão concentrados na capital. Embora possuam unidades em alguns municípios do interior, essas instituições não contemplam a totalidade dos 62 municípios do estado. Diante disso, estudantes que desejam cursar determinadas graduações ou acessar “melhores” condições acadêmicas precisam deixar suas cidades de origem, enfrentando barreiras que envolvem não apenas o deslocamento e distâncias geográficas, mas adaptar-se com o básico, pela ausência de políticas públicas e afirmativas eficazes.

5.2.2. Estratégias e Recursos de Permanência: “Aí eu falei: Não, não vou abrir mão do meu estudo. E aí eu tive que conciliar trabalho, estágio e estudo”

Este indicador evidencia tanto os recursos financeiros institucionais quanto às estratégias autônomas acionadas pelas estudantes para garantir sua permanência na universidade. As narrativas revelam esforços de reorganização econômica, nos quais bolsas, auxílios, vínculos familiares e trabalho informal se articulam como formas de subsistência.

O relato de Borboleta expressa o sentido de determinação e esforço diante das adversidades para permanecer no percurso educacional:

Eu tô trabalhando no momento com é... numa lojinha próximo a Catedral, mas quando eu não tô lá, eu tô como babá ou como doméstica [...]. Aí foi muito... muito, é, complicado de se pensar, mas aí eu falei: Não, não vou abrir mão do meu estudo. E aí eu tive que conciliar trabalho, estágio e estudo, né? (Borboleta)

Na sua fala, Borboleta mostra a sobrecarga de tarefas pela necessidade de conciliar múltiplos trabalhos com as demandas acadêmicas e o estágio. Mesmo reconhecendo o quanto essa realidade é complicada, ela afirma sua decisão de não abrir mão dos estudos, o que evidencia o desejo de transformação pessoal e social por meio da educação. Esse trecho revela também a sobreposição de papéis sociais que recaem sobre mulheres em contextos de vulnerabilidades e desigualdades sociais, que precisam sustentar financeiramente suas trajetórias e, ao mesmo tempo, resistir para permanecer nos espaços de formação.

Borboleta menciona ainda sobre o suporte financeiro recebido da universidade e de programas sociais:

Até agora eu tô dando conta. Pago aluguel. Ainda bem que eu recebo o auxílio acadêmico, né? [...] o Bolsa Família que sempre também, né, ajudou ali a subir, né? Dando ali um suporte para mim (Borboleta).

Ao reconhecer a importância do auxílio acadêmico e do Bolsa Família, ela revela uma compreensão crítica de que sua trajetória é mediada por políticas públicas. Esses programas aparecem como ferramentas de sustentação, não como favores, mas como direitos que possibilitam a continuidade de um projeto de vida. Além disso, sua fala carrega marcas da experiência, revelando sentidos profundos de gratidão e dignidade. Da mesma forma, Persistência contou com o apoio do programa social Bolsa Família, e assim como ela, Resiliência também foi beneficiada por auxílios estudantis que se mostraram suportes fundamentais para a permanência no ensino superior.

Estudantes de baixa renda enfrentam maiores obstáculos para permanecer no ensino superior devido aos altos custos de manutenção, como transporte até o campus, moradia em outra cidade, materiais e recursos tecnológicos, como internet e computador. Nesse sentido, programas de auxílio financeiro são apontados como estratégias importantes para reduzir o custo de oportunidade e mitigar a evasão estudantil. Tais políticas se mostram essenciais para favorecer a permanência e o êxito acadêmico desses estudantes (Kroth & Barth, 2022).

Além desses recursos institucionais, Persistência e Resiliência tiveram o suporte de redes de apoio familiar: enquanto Persistência recebeu ajuda financeira de suas irmãs, Resiliência contou com o apoio de seu companheiro.

Estou morando em uma casa alugada com as minhas irmãs [...]. Tem duas que estão aqui comigo. Duas já terminaram, já foram pra lá, voltaram. Também estão me dando apoio na questão financeira agora. (Persistência).

Meu companheiro trabalhava também. Dava para pagar o aluguel, né? Ajudava a pagar o aluguel. A gente foi se mantendo dessa forma (Resiliência).

As falas revelam a articulação entre suportes institucionais e vínculos afetivos, evidenciando como redes de apoio operam na sustentação da trajetória acadêmica. O suporte financeiro das irmãs de Persistência e do companheiro de Resiliência compõem uma rede de solidariedade familiar e afetiva, dinâmica e circular, na qual o cuidado é

exercido de forma recíproca. O espaço da casa alugada, compartilhado em ambos os relatos, funciona como símbolo de pertencimento e relativa estabilidade diante das dificuldades sociais e econômicas enfrentadas. A materialidade desse apoio, quando somada às políticas públicas de assistência estudantil, revela que a permanência universitária não depende apenas do esforço individual, mas se constrói por meio de processos coletivos sustentados por laços afetivos e políticas sociais.

5.2.3. Os Desafios na Trajetória Acadêmica: “Eu não tinha acesso à internet, era muito difícil estudar em casa”

Este indicador sintetiza as vivências das estudantes durante o período da pandemia. As falas revelam sentimentos de solidão, ansiedade e medo diante das perdas familiares, da instabilidade emocional e da distância dos filhos. Além disso, a precariedade no acesso à internet, especialmente para quem vivia no interior, dificultou a participação nas atividades remotas.

Borboleta e Resiliência tiveram seu percurso acadêmico diretamente impactado pela pandemia da Covid-19, uma vez que vivenciaram todo o período pandêmico ainda durante alguns anos de graduação. Ambas enfrentaram desafios emocionais e acadêmicos em meio ao ensino remoto emergencial.

A questão que veio a pandemia... foi um momento difícil para mim [...] fiquei sozinha. Os meus pais tiveram Covid [...] eu perdi eles [...] infelizmente, eles não conseguiram UTI nesse período (Borboleta).

Eu não podia ir para o interior, pra estudar, porque não tinha internet [...] Eu queria muito ficar perto de pai, mãe, meus filhos, mas, se eu ficasse, eu ia perder o período. E aí, como que a cabeça fica? Pra estudar, pra se preocupar com a saúde? (Resiliência).

No relato de Borboleta, a perda dos pais para a Covid-19 e a solidão vivida no período expressam uma experiência de sofrimento marcada pela ausência dos vínculos afetivos e pela desassistência do Estado em momentos de crise sanitária, como a falta de vagas nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI). O depoimento evidencia como o sofrimento individual está profundamente imbricado nas ausências de políticas, de

suporte, de justiça. Assim, o relato se torna uma manifestação subjetiva de uma dor que é ao mesmo tempo íntima e política.

Já Resiliência expressa um grande conflito ao se ver obrigada a escolher entre estar com a família diante de um contexto de risco ou garantir sua permanência na universidade, mesmo sem recursos básicos como internet no interior. A pergunta “como que a cabeça fica?” não é apenas retórica, mas revela um estado de angústia subjetiva diante de escolhas que deveriam ser coletivamente sustentadas, com suporte institucional, e não individualmente sacrificadas.

Ambas as falas, a seu modo, revelam o impacto emocional e psicológico da pandemia como elemento estruturante da trajetória acadêmica, e não como um fator externo ou circunstancial. Além disso, o trecho “não podia ir para o interior, pra estudar, porque não tinha internet” expressa como a ausência de infraestrutura tecnológica se tornou um fator de impossibilidade e isolamento acadêmico, dentro do contexto Amazônico. O sentido construído aponta para a contradição entre o desejo de mobilidade e a restrição imposta pela desigualdade no acesso à conectividade, evidenciando que durante a pandemia o isolamento não foi apenas social, mas também educacional e territorial.

Gomes et al., (2024b), explicitam como a desigualdade socioeconômica, os desafios geográficos e as falhas nas políticas públicas de acesso e permanência no ensino durante a pandemia agravaram o cenário educacional dos jovens estudantes do interior do Amazonas. A limitação no acesso a recursos educacionais e de saúde contribuiu para sentimento de insegurança quanto às próprias capacidades. Além disso, a incerteza quanto à duração e à gravidade da pandemia, bem como suas consequências para a vida acadêmica e pessoal gerou preocupações constantes, intensificando quadros de ansiedade e tensão emocional entre os estudantes.

5.3. NEGLIGÊNCIA PATERNA, MATERNIDADE E A FORÇA DOS FILHOS QUE IMPULSIONAM A TRAJETÓRIA ACADÊMICA

Neste núcleo de significação se apresentam os sentidos relacionados às experiências de estudantes que enfrentam a maternidade em condições de desamparo, sobretudo pela negligência paterna, e que encontram nos filhos não apenas responsabilidades, mas motivações para seguir na trajetória acadêmica. As falas revelam como o cuidado cotidiano, os dilemas afetivos e a ausência de suporte do pai de seus

filhos se entrelaçam à busca pelo direito de estudar, exigindo reinvenções constantes e estratégias de sobrevivência e permanência.

Assim, o núcleo é composto pelos seguintes indicadores: a) Quando ser pai é uma opção, abandonar vira rotina: “ele pegou os meninos e foi deixar em frente de casa, dizendo que não queria mais eles”; b) A negligência paterna e suas reverberações na trajetória acadêmica: “Vamos recriar aqui um outro cenário... Se eu tivesse tido ajuda para levar eles pra perto de mim”; c) Dilemas maternos e resistência acadêmica impulsionada pelos filhos: “Minha mãe tá estudando. Ela tá estudando pra ela voltar”; d) Rotina de convivência e cuidado com os filhos: “estou conseguindo, conseguindo conciliar à distância ... a ausência que causa. Eu sei que faz falta a mamãe”.

5.3.1. Quando ser pai é uma opção, abandonar vira rotina: “ele pegou os meninos e foi deixar em frente de casa, dizendo que não queria mais eles”

Este indicador expõe a realidade da negligência paterna expressa pelo abandono dos filhos e a rotina de inconsistência do cumprimento do dever paterno mesmo após a guarda judicial ou acordos verbais. Essa instabilidade leva as mães a um desdobramento exaustivo para prover sozinhas as necessidades dos filhos enquanto lidam com as repercussões da sobrecarga do abandono. Ilustrando ainda, como a paternidade opcional se traduz em um ciclo de abandono e desafios contínuos para as mães e seus filhos.

A vivência de Borboleta revela um período marcante de sua vida, o momento em que perdeu a guarda dos filhos, o que lhe gerou muitas dúvidas quanto aos motivos que levaram o promotor a tomar tal decisão:

Nós fomos na audiência com o promotor e aí o promotor deu a guarda para ele. Aí eles ficaram morando com ele [...]. Eu não sei, isso que eu não entendo até hoje (a decisão do promotor), porque, tipo, é... Não sei. Até hoje eu fico sem entender ali (Borboleta).

A fala evidencia uma experiência de desconcerto diante de uma decisão judicial que redefine vínculos com os filhos de forma inesperada. A concessão da guarda ao pai, sem clareza dos critérios, gera em Borboleta um sentimento de injustiça e incompreensão, marcando sua subjetividade com dúvidas não resolvidas. Ao dizer que não sabe o motivo da decisão do promotor, revela uma tentativa de elaborar o ocorrido, sem conseguir dar sentido à escolha institucional. A ausência de explicação transparente sobre a guarda

reforça a desconfiança nas instituições de justiça, que parecem operar distantes da vivência afetiva da mãe. Assim, sua fala expressa uma ruptura relacional mediada por normas judiciais que muitas vezes não acolhem a complexidade do cuidado materno.

Mesmo após a decisão judicial, Borboleta reafirmou o papel social de mãe, permanecendo ativa e presente na vida diária dos filhos.

Eu sempre estive presente, né? Apesar deles não morarem comigo. [...]. Teve um dia, não sei o que aconteceu na cabeça dele, ele pegou os meninos e foi deixar em frente de casa, dizendo que não queria mais eles (Borboleta).

Em sua fala, Borboleta evidencia a complexidade das relações conflituosas marcadas pela negligência paterna e seu esforço para se manter próxima aos filhos. A frase “eu sempre estive presente, né?” aponta para um compromisso afetivo que reforça o papel da mulher no cuidado. Já a atitude do pai ao “deixar os meninos em frente de casa” revela negligência paterna em sua forma mais crua, esse ato não se mostra apenas como decisão prática, mas uma ação simbólica de rejeição, que afeta a mãe e os filhos, evidenciando ainda como os sentidos do abandono e da presença são produzidos historicamente. Além disso, quando menciona que não sabe o que passou na cabeça do ex-companheiro, explicita o seu esforço em buscar sentido para um comportamento incompreensível e desumanizante vindo de alguém que é pai.

Pereira et al., (2024) destacam que a naturalização do abandono paterno se configura como um fenômeno social, manifestado quando a sociedade passa a aceitar ou minimizar essa forma de ausência como algo comum ou normalizado. Desse modo, enquanto permanecer as visões tradicionais sobre os papéis de gênero onde a mulher é encarregada desses cuidados e de que os homens não devem ser envolvidos nessas atividades, a relação paterna com os filhos continuará sendo marcada pelo distanciamento. Como resultado, fica evidente que esses estigmas conferem aos homens uma tolerância social em relação à ausência no exercício da paternidade (Souza & Reis, 2021).

Resiliência também menciona em sua narrativa a negligência paterna vivenciada por seus filhos e as repercussões desse evento em suas vidas:

Quando ele soube que eu estava no novo relacionamento, né? Tipo, caiu muito o valor (da pensão) [...] ficou bem difícil, e aí eu sem trabalho [...]. Era um acordo entre a gente, nunca foi pra justiça. [...] Meu pai falava isso: Por mim, você nem

cobra, porque, é... a gente cobra, ele acha que tá fazendo um favor [...]. Depois ele também parou de buscar, falar com eles (os filhos) (Resiliência).

O trecho expressa os impactos afetivos e econômicos do abandono paterno, revelando como o suporte financeiro destinado aos filhos está condicionado por relações de poder e afetividade. A queda do valor da pensão após o novo relacionamento de Resiliência aponta para um comportamento punitivo, em que o bem-estar dos filhos é colocado em segundo plano diante de disputas pessoais. O fato de o acordo ser informal, “nunca foi pra justiça”, reforça a vulnerabilidade da mulher, que depende da boa vontade do pai da criança, sentida como “um favor”, e não como responsabilidade legal e ética. A fala do avô também reproduz uma lógica de naturalização da negligência masculina, consolidando o desamparo institucional e familiar. A ausência progressiva de vínculo afetivo quando menciona que o pai parou de buscar os filhos intensifica o sentimento de abandono, exigindo de Resiliência novas estratégias para sustentar, educar e cuidar, em meio à sobrecarga.

Da mesma forma, foi identificado nas falas de Persistência que o acordo de pensão com o pai de seu filho era apenas verbal, sem decisão judicial. Além disso, ao mencionar os cuidados do pai com a criança, ela descreve uma relação sem compromisso e sem proximidade afetiva.

Se precisasse de alguma coisa, também ele estava ali, né? À disposição [...] estava à disposição, mas tinha que sempre, assim, tá cobrando [...]. Sempre ele que ia, às vezes ia pegar, levar ele (o filho) pra lá (escola), tinha esse contato (Persistência).

A fala revela uma presença paterna marcada pela intermitência e ausência de iniciativa, em que o cuidado só se efetiva mediante a cobrança constante. Ao afirmar que ele “estava à disposição”, Persistência aponta para uma disponibilidade limitada, dependente da ação materna para ser ativada. Esse padrão relacional reforça uma desigualdade de gênero na divisão do cuidado, em que a responsabilidade prática e afetiva recai majoritariamente sobre a mulher. Ainda que haja um leve envolvimento, como levar o filho à escola, ele não configura uma corresponsabilidade contínua, mas sim pontual e condicional. A subjetividade que emerge é a de uma mãe que, mesmo diante da precariedade da rede de apoio, sustenta vínculos necessários para o desenvolvimento do filho.

Como menciona hooks (1984), os homens não participarão de forma igualitária da criação de seus filhos até que estes sejam ensinados, preferencialmente desde crianças, que a paternidade e a maternidade têm os mesmos significados e importância. Enquanto prevalecer a ideia de que o vínculo entre mãe e filho é naturalmente mais forte por razões biológicas, como a gestação e o parto, e essa experiência for tomada como justificativa para um cuidado mais próximo e exclusivo da mulher, a responsabilidade pela criação dos filhos continuará sendo atribuída, majoritariamente, às mulheres.

5.3.2. A negligência paterna e suas reverberações na trajetória acadêmica: “Vamos recriar aqui um outro cenário... Se eu tivesse tido ajuda para levar eles pra perto de mim”

Este indicador aborda os impactos da negligência paterna na trajetória acadêmica das mães universitárias, evidenciando como a ausência de suporte afetou diretamente o convívio e os cuidados com os filhos, a organização do cotidiano, a estabilidade emocional, dificultou a permanência nos estudos e gerou sobrecarga de responsabilidades.

Em sua trajetória acadêmica, Borboleta menciona os obstáculos enfrentados, tendo que conciliar as múltiplas atividades da universidade, os trabalhos informais e as demandas da maternidade, sintetizando uma experiência marcada pela sobrecarga materna.

Quando voltei às atividades da UFAM (período da pandemia), já retornei com o meu filho [...]. Eu sou mãe solo... Tive que me redobrar mais... que estudar, trabalhar. [...] não é fácil você estar numa faculdade, ter um filho, se manter, com despesas e não contar com a ajuda de ninguém (Borboleta).

A fala de Borboleta expõe a sobreposição de várias responsabilidades que atravessam sua experiência enquanto mãe solo no espaço acadêmico, especialmente em condições de precariedade. A retomada das atividades universitárias durante a pandemia já acompanhada pelo filho evidencia a ausência de rede de apoio e a intensificação dos desafios cotidianos. Ao afirmar "sou mãe solo", Borboleta expressa uma condição de autonomia forçada, que exige esforço redobrado para sustentar estudos, trabalho e cuidados com o filho. A ausência de suporte é sentida como uma carga emocional e material que impacta diretamente na permanência acadêmica. Assim, o trecho constrói

sentidos de resistência, sobrecarga e reinvenção, articulando maternidade e trajetória universitária como dimensões inseparáveis em sua luta para permanecer no espaço educacional.

Ao ingressar na universidade, a mulher que também é mãe continua exercendo integralmente sua função materna, uma vez que essas responsabilidades não são interrompidas nem minimizadas. Pelo contrário, permanecem e se acumulam às exigências acadêmicas, e na tentativa de conciliar os múltiplos papéis que desempenham, muitas dessas estudantes enfrentam jornadas exaustivas tanto no âmbito doméstico quanto no universitário, o que frequentemente resulta em sobrecarga, devido à intensa quantidade de tarefas às quais estão submetidas (Lopes & Ramalho, 2023).

Do mesmo, Resiliência e Persistência também mencionam a falta de suporte por parte dos pais das crianças, o que conseqüentemente impacta suas trajetórias, marcadas pela negligência dos genitores. Se estes tivessem cumprido com suas responsabilidades, a realidade poderia ter sido outra. Assim, Resiliência expõe principalmente o quanto foi afetada emocionalmente, chegando a se questionar se fez a escolha certa ao decidir estudar.

[...] Por causa disso (ausência de suporte), às vezes eu pensava em desistir, ir embora. Isso é um tempo que não volta mais... E se não valer a pena? Eles não vão voltar a ser crianças. Né? Só tá acontecendo só uma vez, e eu tô longe. Ficava nessas perguntas aí: Mas se ele (o pai) tivesse me ajudado? [...]. Vamos recriar aqui um outro cenário... Se eu tivesse tido ajuda para levar eles pra perto de mim (Resiliência).

Este trecho evidencia a sensação de desamparo e inquietação de Resiliência diante da ausência de suporte do pai de seus filhos. A expressão "por causa disso (ausência de suporte), às vezes eu pensava em desistir, ir embora" ilustra a ligação direta entre a falta do suporte financeiro e de cuidado paterno e o pensamento de abandono da jornada universitária. O sofrimento é agravado pela percepção do tempo irrecuperável: "e se não valer a pena? Eles não vão voltar a ser crianças. Né?", esta angústia reflete o dilema materno central, em que a distância física para prosseguir os estudos resulta na perda de momentos cruciais da infância dos filhos, um sacrifício que a leva a questionar a validade de sua dedicação acadêmica. A questão "mas se ele (o pai) tivesse me ajudado?" revela o impacto transformador que o apoio paterno poderia ter tido em sua vida. Ela imagina um

cenário em que, com ajuda, a conciliação entre maternidade e estudos seria "muito mais fácil", permitindo-lhe acompanhar a infância dos filhos.

Badinter (2024) menciona que as mulheres estão no centro de diversas contradições, sendo uma das mais profundas aquela de natureza íntima, considerada a mais dolorosa, em que se veem divididas entre o afeto dedicado aos filhos e o desejo por suas próprias realizações pessoais. Assim, muitas mães universitárias carregam a preocupação de não estarem presentes o suficiente na vida de seus filhos e filhas, o que as fazem sentir que estão perdendo momentos importantes, como o desenvolvimento infantil. A sobrecarga de tarefas acadêmicas e pessoais contribui para um certo distanciamento da experiência materna, gerando sentimento de culpa. Esse conflito entre a dedicação à universidade e a maternidade pode resultar em desmotivação ao longo do processo formativo (Lopes & Ramalho, 2023).

5.3.3. Dilemas maternos e resistência acadêmica impulsionada pelos filhos: “Minha mãe tá estudando. Ela tá estudando pra ela voltar”

Este indicador explora os dilemas emocionais enfrentados pelas mães universitárias, que se veem constantemente divididas entre a busca pela formação acadêmica e a angústia de estar fisicamente longe dos filhos. Além disso, os filhos são vistos como o motivo para lutar e não desistir, servindo como pilares de apoio emocional e propósito em suas desafiadoras trajetórias.

A maternidade vivenciada por Borboleta revela que, em determinados momentos, seu filho foi seu principal apoio e a motivação para não desistir dos estudos.

E ele (o filho mais novo) é uma pessoa, assim, muito amiga, que me dá forças (choro) [...] momentos em que eu pensei em desistir... Da faculdade, momentos em que pensei em desistir de tudo, e ele estava ali... Pra me dar forças [...] e eu digo que é por ele que eu tô lutando. (Borboleta)

É possível notar na fala de Borboleta que o filho aparece não apenas como alguém a ser cuidado, mas como sujeito que oferece suporte emocional e mobiliza afetos transformadores, tornando-se força ativa na manutenção do percurso acadêmico. A expressão do choro carrega a dimensão afetiva desse vínculo, evidenciando a luta pela permanência na universidade como, a perda dos pais durante a pandemia, a dificuldade de acesso à internet no interior, e a maternidade vivida de forma solo. O discurso aponta

para a historicidade da subjetividade materna, marcada por renúncias, sobrecarga e também por potências que emergem das relações com os filhos como fonte de sustento emocional e político. Nesse processo, estudar torna-se um ato de afirmação e continuidade da vida.

Conforme Badinter (2024) a maternidade ainda é uma experiência pouco compreendida em sua complexidade. Tornar-se mãe implica uma mudança profunda nas prioridades de vida, frequentemente inserida em contextos de incerteza e risco. Enquanto algumas mulheres encontram na maternidade uma fonte de realização pessoal e identidade, outras enfrentam o desafio de conciliar esse papel com demandas que muitas vezes se mostram contraditórias. Além disso, a maternidade pode se tornar um elemento motivador na trajetória acadêmica de muitas mulheres, impulsionando seus esforços e fortalecendo sua determinação. Para essas mães, o ingresso e a permanência no ensino superior são vistos não apenas como formas de crescimento pessoal, mas também como oportunidades que beneficiarão seus filhos e funcionarão como exemplo de superação e inspiração para eles (Sousa & Leonardeli, 2024).

Do mesmo modo, Resiliência e Persistência, em suas narrativas, revelam os dilemas enfrentados enquanto mães e estudantes, evidenciando o quanto foi desafiador conciliar os cuidados com os filhos à distância e ainda assim, permanecer na universidade, tendo-os como motivação para não desistir.

Tinha, é... Esses eventos na escola, Dia das Mães [...] pensava muito, assim, nessa parte. Poxa, eu não tô junto [...] meu coração sangrava. [...] Quando chegava essa época, assim, era comum eu ir pra faculdade com os olhos inchados, de tanto chorar. (Resiliência)

Deixar meu filho, né, com a minha mãe... Ai, desculpa... (voz de choro) [...] É a parte mais difícil. [...] Tem essa sensação de se sentir menos mãe, de não estar perto, porque estava perdendo muita coisa... (Persistência).

Esses relatos expressam como a subjetividade materna é constituída em meio a contradições sociais, afetivas e institucionais. A vivência do afastamento dos filhos para garantir a permanência acadêmica atravessa as estudantes com sentimento de culpa, dor e perda, revelando que o estudo, longe de ser um privilégio, pode configurar-se como renúncia emocional. O choro de Resiliência diante de datas simbólicas, como o Dia das Mães, e de Persistência por ter deixado o filho, representa não apenas um luto pela

ausência física, mas também uma reação à invisibilização das mães universitárias no espaço educacional, assim como à ausência de suporte paterno que teria possibilitado manter os filhos por perto. O sentimento de “ser menos mãe” citado por Persistência emerge como construção histórica de um lugar social que exige da mulher sacrifícios não reconhecidos, reforçando a desigualdade de gênero. Assim, essas falas articulam determinação e sofrimento, tornando a maternidade um campo de disputa simbólica dentro da universidade.

As mulheres enfrentam um processo de culpabilização tanto social quanto internalizado, em razão de discursos contraditórios que recaem sobre elas. Por um lado, espera-se que deem conta de múltiplas responsabilidades profissionais, e por outro, impõe-se a exigência de que exerçam a maternidade de forma integral, como se essa função devesse ser exclusiva e absoluta (César et al., 2019). O sentimento de culpabilização está entrelaçado ao processo de construção social e histórica que internaliza nas mulheres a ideia do amor incondicional pelos filhos, fazendo com que se sintam incapazes de deixá-los para buscar ascensão social. Assim, Badinter (1985) desconstrói essa narrativa: o chamado instinto materno não corresponde a uma verdade universal, sendo, na verdade, uma construção social. As atitudes das mães variam significativamente de acordo com fatores como cultura, expectativas pessoais e experiências de vida, o que reforça a ideia de que não há um comportamento materno fixo ou natural.

Além disso, Persistência menciona a compreensão de seu filho diante de sua ausência, destacando que esse entendimento lhe transmite segurança e a fortalece a seguir com os estudos.

Ele entende perfeitamente. Quando alguém pergunta de mim, ele diz: ‘Minha mãe tá estudando. Ela tá estudando pra ela voltar’[...]. Foi por isso que eu não desisti também [...] agora eu tenho um filho, não tenho que desistir (Persistência).

O filho, ao reconhecer a ausência da mãe como uma postura de compromisso com o estudo, atribui a ela legitimidade e afeto, transformando o processo de separação em gesto de admiração e esperança. A fala de Persistência, por sua vez, evidencia que a motivação para persistir nos estudos está diretamente vinculada ao laço afetivo com o filho, que se torna sujeito ativo na construção de sua trajetória. Dessa vez, a maternidade para Persistência não é percebida como impedimento, mas se reconfigura como potência

social que impulsiona o enfrentamento das adversidades. O discurso revela que agora a busca por formação acadêmica é também uma afirmação política do direito de ser mulher, mãe e estudante.

5.3.4. Rotina de convivência e cuidado com os filhos: “estou conseguindo, conseguindo conciliar à distância... a ausência que causa. Eu sei que faz falta a mamãe”

Este indicador se refere às estratégias e esforços contínuos das mães universitárias para conciliar a rotina acadêmica com o cuidado e a convivência com os filhos, mesmo à distância. As narrativas revelam a dedicação em manter a presença afetiva e funcional, e a tentativa de minimizar a ausência, utilizando comunicação constante e organizando o tempo para garantir que os filhos recebam atenção e cuidados.

Resiliência e Persistência trazem em seus relatos que exerceram a função materna à distância, contando com a rede de apoio de suas mães e utilizando o celular como recurso de comunicação para acompanhar o desenvolvimento dos filhos.

Um lado é bom, porque eu estou conseguindo... Conseguindo conciliar à distância... A ausência que causa. Eu sei que faz falta a mamãe. [...] Com a chegada da energia, que eu podia falar todas as noites com a mamãe [...] às vezes eu falava com ele mesmo. Agora que ele já manda, de vez em quando, áudio (Persistência).

A fala de Persistência expõe a construção da subjetividade materna permeada pela ausência física e pela tentativa de preservar vínculos afetivos em contextos de separação espacial. Quando expressa "sei que faz falta a mamãe" mostra que o vínculo entre mãe e filho resiste à distância, sendo continuamente reconfigurado por mediações tecnológicas, como áudios enviados por celular. Nesse contexto, o afeto é mantido não apenas pela presença física, mas pelas práticas comunicativas que se transformam em estratégias de cuidado. A experiência da maternidade para Persistência e Resiliência é construída em diálogo com as condições materiais da vida, à distância geográfica e as responsabilidades acadêmicas, revelando uma subjetividade que se adapta e elabora sentidos diante das adversidades.

Além disso, tanto Persistência quanto Resiliência revelam em seus relatos que se organizavam financeiramente para poder receber os filhos durante o período de férias em Parintins.

Me preparava o ano todo, pra quando chegasse essa época, né? (de ficar com os filhos) Ter algum recurso. Então, eu levava muito eles nas praças públicas [...] pra gente ter, é, esse momento de lazer.” (Resiliência)

A fala evidencia que os vínculos afetivos e o exercício da maternidade não são determinados apenas pela presença física, mas se constroem historicamente nas práticas cotidianas de cuidado. A preparação ao longo do ano para garantir momentos com os filhos expressa uma subjetividade materna atravessada por estratégias diante da limitação de recursos financeiros. No entanto, Resiliência ressignifica essas limitações materiais ao transformar espaços públicos em territórios de afeto, revelando que o cuidado é uma prática social e simbólica sustentada pela criatividade e pela valorização da convivência.

Além disso, durante os períodos de convivência as estudantes chegam a mencionar que se desdobravam para conciliar as exigências acadêmicas com o cuidado dos filhos. Essa rotina exigia estratégias cotidianas de organização, mostrando como a maternidade universitária requer práticas de atenção integral e não fragmentada.

[...] tinha que cuidar do almoço [...] organizar, banho, arrumar um pouco a kitnet, lavar roupa... Tudo isso a gente fazia em conjunto, né [...]. Eu imprimia várias atividades pra eles, pra eles ficarem, é... entretidos. Quando eu precisava fazer algum trabalho acadêmico, eles ficavam na TV (Resiliência).

As atividades descritas, como cuidar do almoço, organizar a kitnet, dar banho e lavar roupa explicitam a carga de trabalho doméstico e de cuidado direto que recai sobre Resiliência, um aspecto indissociável de sua rotina enquanto mãe universitária. Essa realidade impõe desafios constantes, pois o tempo e a energia dedicados a essas tarefas são diretamente subtraídas do tempo disponível para os estudos. Contudo, a expressão "Tudo isso a gente fazia em conjunto, né?" aponta para uma dimensão sócio-histórica importante, a construção compartilhada da rotina familiar. Ao envolver os filhos nas tarefas, Resiliência não apenas busca otimizar o tempo, mas também fortalece o vínculo e ensina responsabilidades, transformando o trabalho em uma atividade coletiva. Além disso, a estratégia de usar atividades pedagógicas e o uso da TV como meio de distração

são exemplos práticos de como ela emprega recursos disponíveis para criar um espaço-tempo para seus estudos.

Embora demonstre capacidade de conciliar as exigências da maternidade com os compromissos acadêmicos, isso não implica dizer que o processo seja simples e romantizar a exaustão vivida pelas as estudantes. As mulheres que são mães e universitárias enfrentam diversos desafios ao tentarem conciliar a vida acadêmica com as responsabilidades da maternidade. Nesse processo, acabam fazendo sacrifícios pessoais e desenvolvendo estratégias próprias para equilibrar esses dois papéis, evidenciando determinação e disposição para superar obstáculos em busca de seus objetivos educacionais (Sousa & Leonardeli, 2024).

Diferentemente de Resiliência e Persistência, que vivenciam a maternidade com filhos ainda na infância e compartilham estratégias para conciliar cuidado e estudos tanto à distância quanto presencialmente, Borboleta relata sua rotina com o filho mais novo, já adolescente, com quem convive diariamente.

Sempre eu faço questão de tirar um tempinho, assim, é... Pra sair, tomar um açaí com ele, comer um petisco, ou participar das atividades que ele faz, né? [...]. Quando ele era dançarino de boi, então, quando eu chegava, ele já não estava mais em casa. E aí eu chegava cansada, mas aí eu tomava um banho, me arrumava e ia pra lá, pro ensaio, pra ver ele dançar, né? (Borboleta).

Este trecho ilustra o agenciamento de tempo e a intencionalidade de Borboleta na construção de seu papel materno mesmo diante de uma rotina exaustiva. A frase "sempre eu faço questão de tirar um tempinho" demonstra um compromisso ativo em mediar a relação com seu filho através de atividades culturais, como vê-lo dançar boi, que é muito comum na cidade de Parintins, e como sair para "tomar um açaí com ele, comer um petisco" ou participar de suas atividades. Essas ações não são meros passatempos, mas instrumentos de construção de vínculo e presença afetiva, fundamentais para o desenvolvimento dessa relação entre mãe e filho. Ao descrever que chega em casa cansada e subsequentemente decide se fazer presente nas atividades do filho, Borboleta revela o intenso esforço físico e emocional para conciliar as múltiplas demandas de sua vida (estudos, trabalho e maternidade).

O papel social de mãe, por si só, já representa um grande desafio ao longo do percurso de muitas mulheres. Conciliar essa função com as exigências e demandas da

vida acadêmica é uma questão considerável na jornada das universitárias que também são mães. Ao decidirem optar simultaneamente pela maternidade e pela formação acadêmica, essas mulheres passam a se organizar dentro de suas possibilidades para dar conta de dois papéis intensos, que são frequentemente desvalorizados ou colocados em dúvida quanto à sua capacidade de exercê-los com êxito (Sousa & Matos Júnior, 2023).

5.4. A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO, POTENCIAL E LIMITAÇÕES PARA AS MÃES ESTUDANTES

Neste núcleo de significação são evidenciadas as experiências das mães estudantes no ambiente universitário, revelando como a universidade se constitui simultaneamente como um espaço de profunda transformação pessoal e intelectual e ao mesmo tempo apresenta limitações significativas em sua estrutura de apoio às necessidades específicas da maternidade.

Dessa forma, o núcleo é composto pelos seguintes indicadores: a) Descobertas e transformação no processo formativo: "A educação, ela é algo que pode transformar muito a vida das pessoas"; b) Necessidades de apoio institucional para a permanência de mães na universidade: "As universidades, como uma professora falou, ela não é pensada pra quem é mãe".

5.4.1. Descobertas e transformação no processo formativo: "A educação, ela é algo que pode transformar muito a vida das pessoas"

Este indicador revela o papel da universidade como território de profunda transformação subjetiva e intelectual na vida das mães universitárias. A educação é vivenciada não apenas como instrumento de ascensão social, mas como potência criadora de novos sentidos de si, de autonomia e de pertencimento. A universidade ultrapassa os limites da mera transmissão de saber formal, tornando-se espaço de reconhecimento, transformação e reconstrução da identidade.

Para Resiliência e Borboleta, o ingresso na universidade representa mais do que uma conquista acadêmica, é a expressão de um processo de ruptura com ciclos de violência e silenciamento vividos em relacionamentos abusivos. Para elas, estar na universidade possibilitou adquirir um sentido ampliado, marcado pela possibilidade de ressignificar a própria história.

Faltava alguma coisa. Faltava conhecimento. Faltava eu me descobrir como mulher, como ser humano, qual é o meu lugar [...]. Apesar de a gente, às vezes, ter umas dúvidas ainda, a gente, como mulher, sempre se descobre muitas vezes. Eu só fui descobrir que eu sofri abusos psicológicos depois (na universidade) (Resiliência).

A fala de Resiliência revela um processo de construção subjetiva marcada pelas vivências de opressão e silenciamento, especialmente no contexto de relações afetivas e sociais que limitavam o seu reconhecimento enquanto mulher. A universidade nesse caso emerge como espaço mediador de transformação, onde o conhecimento não apenas instrui, mas permite o desvelamento de experiências antes naturalizadas, como os abusos psicológicos sofridos. A expressão “faltava eu me descobrir como mulher, como ser humano” aponta para um percurso de subjetivação que se dá na tensão entre o que foi vivido e o que é ressignificado a partir de novas possibilidades de compreender o mundo e a si mesma. A fala de Resiliência evidencia ainda que a construção da identidade feminina é atravessada por condições materiais, culturais e institucionais que, ao serem problematizadas no ambiente acadêmico, possibilitam a elaboração de novas formas de existência.

Essa busca por conhecimento ressoa com a perspectiva de hooks (2013) sobre a educação como uma prática da liberdade, onde menciona que embora a universidade não represente um espaço ideal, possuindo suas limitações, ela pode se tornar um território de transformação por meio do aprendizado. A autora argumenta que a sala de aula carrega um potencial libertador, desde que os sujeitos envolvidos estejam dispostos a abrir a mente e o coração para encarar a realidade de forma crítica. Nesse sentido, o processo educativo pode favorecer a construção coletiva de estratégias que rompam fronteiras simbólicas e sociais, permitindo transgressões que abram caminhos para novas formas de pensar, existir e resistir.

Para Persistência, além de espaço educacional, a universidade também é compreendida como território de motivação. É nesse lugar que se manifesta o desejo de concluir a formação acadêmica para, então, retornar à comunidade e tornar-se referência para os jovens quilombolas, reafirmando a educação como ferramenta de transformação social.

A educação, ela é algo que pode transformar muito a vida das pessoas [...]. A gente vem de comunidades distantes, com o objetivo de chegar no final, de se formar, de ter uma profissão acadêmica. Então, acho que é o que motiva a gente a ir até o final, pra voltar para lá [...] voltar para lá e incentivar outras pessoas a estudarem (Persistência).

Persistência articula seu percurso acadêmico ao senso de coletividade ao enfatizar que “voltar para lá” tem como objetivo não apenas realizar um sonho pessoal, mas também compartilhar saberes e inspirar outros jovens da comunidade quilombola. A subjetividade construída está intimamente ligada a um compromisso com o seu território de origem, revelando que o processo educativo vai além da formação técnica, é movimento de resistência, pertencimento e afirmação identitária. Ao apontar que a educação “motiva a gente a ir até o final”, Persistência expõe o seu desejo de transformação na coletividade e na luta contra os apagamentos históricos que atravessam os povos tradicionais. Trata-se, portanto, de uma vivência em que o saber é também instrumento de devolutiva social, enraizado na cultura, na memória e na ancestralidade.

Essa dimensão de compromisso territorial e político se conecta ao conceito de aquilombamento citado por Silva (2023) como prática contra hegemônica de construção identitária. Segundo a autora, o “aquilombamento implica no ato de assumir uma posição de resistência contra hegemônica a partir de um corpo político, o corpo negro. Aquilombar é buscar estar em um coletivo de lutas, de trocas de afetos, de afirmação de identidade” (Silva, 2023, p. 14). A narrativa de Persistência atua nesse conceito ao situar a educação como espaço de luta, encontro e ancestralidade, um aquilombamento acadêmico que desafia a lógica da exclusão e reivindica presença negra nos territórios do saber.

5.4.2. Necessidades de apoio para a permanência de mães na universidade: “As universidades, como uma professora falou, ela não é pensada pra quem é mãe”

Este indicador foca nos obstáculos enfrentados por mães estudantes para se manterem no Ensino Superior, evidenciando que as universidades não estão estruturadas para atender as realidades da maternidade. O cenário aponta para a urgência de políticas mais abrangentes e inclusivas, que ofereçam o suporte necessário para que essas mulheres possam conciliar a maternidade com sua trajetória acadêmica.

Borboleta e Resiliência expõem a ausência de estrutura institucional adequada para o acolhimento de mães universitárias. Suas experiências evidenciam a persistente invisibilidade das mães estudantes, cujas demandas específicas são negligenciadas pelas políticas acadêmicas. Nesse cenário, Resiliência adota uma postura crítica ao denunciar que a universidade não foi pensada para atender as mulheres que são mães.

As universidades, como uma professora falou, ela não é pensada pra quem é mãe [...] se ela fosse pensada para quem é mãe, ela teria todo esse suporte [...] teria um fraldário. Porque nem sempre a mãe tem com quem deixar, precisa levar o bebê, né? E o bebê precisa de um local para ser trocado. [...]. Pra quem que a universidade foi pensada? Pra elite, pro filho do rico, né? (Resiliência)

A fala de Resiliência evidencia uma crítica de desigualdade estrutural às instituições de ensino superior e aos modos como essas foram historicamente organizadas para atender a um perfil elitizado e excludente. O trecho revela que a universidade, em sua configuração atual, não contempla a complexidade da vida das mulheres que são mães, especialmente aquelas que vivenciam a maternidade em condições sociais desfavoráveis e com ausência de redes de apoio. Ao afirmar que a universidade “não é pensada pra quem é mãe”, Resiliência expõe a invisibilização da maternidade no espaço acadêmico e escancara a ausência de políticas estudantis de permanência que considerem as necessidades concretas do cuidado infantil, como fraldário e um espaço para deixar as crianças. Essa crítica é ancorada em vivências materiais e afetivas e aponta para um modelo educacional que deslegitima determinados sujeitos e reforça desigualdades de gênero e sociais.

Resiliência ainda menciona sobre a existência de um auxílio creche, que embora seja uma medida de suporte para algumas mães que estão na universidade, não contempla a realidade total dessa demanda:

Tem um auxílio lá na UFAM, [...] Só que ele só abrange crianças de zero a eu não sei se dois ou a quatro anos [...] tua criança completou quatro ou seis anos, ou se tu já entrou com tua criança já tendo seis anos, tu já não tem direito, né?” (Resiliência).

É possível identificar que persistem desafios relacionados à política de assistência estudantil e às próprias estruturas universitárias no que se refere às condições de

permanência das estudantes que vivenciam a maternidade durante a graduação. Dentre esses aspectos, destaca-se a necessidade de ampliar iniciativas como o auxílio-creche, de modo a promover maior equidade e acolhimento às mães universitárias no ambiente acadêmico (Soares, 2023).

Considerando essa realidade, Pessanha (2023) ressalta que mulheres que são mães enfrentam inúmeros desafios ao tentar conciliar a maternidade com a vida universitária, revelando a necessidade urgente de políticas públicas que tornem essa experiência menos excludente e desgastante. Para a autora, entre as medidas consideradas fundamentais para auxiliar as mães no espaço acadêmico estão a ampliação de creches nas universidades, maior flexibilidade na entrega de atividades acadêmicas, a oferta de informações claras sobre a licença-maternidade, sua possível extensão para favorecer a amamentação, licenças específicas para mães de bebês prematuros e a capacitação dos docentes para lidar com essa realidade de forma mais sensível e acolhedora.

Por sua vez, Persistência menciona que já existe um espaço na UEA (Universidade Estadual do Amazonas) de acolhimento para os bebês. Ela reconhece a importância disso como um avanço institucional, mas aponta que isso ainda não é o suficiente para atender as demandas das mães universitárias.

Ultimamente já tem um espaço [...] eu acho que é um espaço pros bebês que tem lá. É de acolhimento, né? Eu acho que isso já é muito bom, porque pelo menos pra mãe que não tem com deixar seus filhos, já pode ficar lá, né? [...] A gente percebe que assim, de alguma forma deveria ter um auxílio, uma coisa a mais, além desse espaço (Persistência).

O discurso revela uma subjetividade crítica, historicamente mediada pelas vivências concretas de conciliação entre estudo e cuidado. A maternidade, nesse cenário, não é apenas uma condição pessoal, mas uma dimensão social que precisa ser considerada nas estruturas acadêmicas. Ao citar sobre a demanda por “uma coisa a mais” além do espaço físico, Persistência aponta para a urgência de políticas integradas, como auxílio financeiro ou suporte psicológico que reconheçam as mães como sujeitos legítimos dentro desse processo educacional.

Nesse contexto, observa-se que embora algumas estudantes mães recebam bolsas da universidade, esses auxílios costumam ser insuficientes frente às demandas cotidianas, o que compromete diretamente suas condições de permanência. Tal cenário exerce efeitos

negativos sobre a produtividade acadêmica e o bem-estar emocional dessas mulheres, podendo levar à interrupção da trajetória universitária em função da necessidade de conciliar trabalho remunerado e os cuidados com os filhos (Vieira et al., 2024).

Dessa forma, Sousa et al. (2023) mencionam que a vivência da maternidade com todas as particularidades que atravessam o corpo feminino, desde a gestação até o ato de maternar, deve ser considerada na construção de indicadores de permanência estudantil. Pois, mais do que um dado estatístico, trata-se de refletir sobre como a universidade e sua comunidade acadêmica podem constituir uma rede de apoio efetiva. Assim, a maternidade deixa de ser uma barreira e passa a representar uma forma de resistência ancorada nas experiências e trajetórias dessas mulheres.

Persistência evidencia ainda outro fator da desigualdade enfrentada: a dimensão territorial, que impacta diretamente a permanência de mães que precisam se deslocar de seus municípios de origem para ingressar na universidade.

É mais difícil pra mãe que vem do interior, é mais difícil, né? Agora quem é daqui até que não, tem parentes que pode ajudar. Mas mesmo assim, há uma dificuldade (Persistência).

O trecho revela que as barreiras não são igualmente para todas as mães universitárias, pois quem vem de fora enfrenta múltiplas camadas de dificuldade desde a ausência de rede de apoio até os custos elevados. Além disso, ao comparar sua realidade com a de estudantes locais, Persistência expõe como a relação do espaço geográfico influencia no acesso de vínculos afetivos e recursos materiais fundamentais. A maternidade, nesse contexto, constitui-se como dimensão relacional e histórica, atravessada por determinações sociais que intensificam os desafios da formação acadêmica de mulheres em condição de vulnerabilidade. A subjetividade que emerge na fala de Persistência é crítica, situada e construída nas mediações/intersecção entre gênero, raça, classe e território, revelando a necessidade de políticas públicas que reconheçam esses atravessamentos.

Nessa perspectiva, torna-se evidente que a ausência de políticas estudantis inclusivas nas universidades brasileiras afeta diretamente a trajetória das mulheres, especialmente no que se refere à conciliação entre maternidade e formação acadêmica. Para promover um ambiente verdadeiramente inclusivo é essencial que as instituições desenvolvam práticas de acolhimento que reconheçam as especificidades das mães

universitárias, uma vez que a negligência dessas demandas afeta diretamente o bem-estar físico e emocional dessas estudantes (Santos et al., 2025).

Considerando o exposto, a análise das narrativas das participantes permitiu identificar ainda os sentidos que atravessam e articulam os núcleos de significação construídos neste estudo. Ao observar os núcleos 1 - A Luta pela Inserção na Educação: Entre Interrupções e Recomeços, 2- A Permanência na Universidade em Meio aos Desafios: Conciliando Realidades e Resistindo, 3 - Negligência Paterna, Maternidade e a Força dos Filhos que impulsionam a Trajetória Acadêmica e 4 - A Universidade como Espaço de Transformação, Potencial e Limitações para as Mães Estudantes, emerge uma rede de significados que revela a complexidade da trajetória das mães universitárias.

A trajetória educacional não se organiza de maneira linear, os sentidos de interrupção presentes no primeiro núcleo articulam-se diretamente aos relatos de superação e reinvenção cotidiana abordados no segundo. A maternidade, inicialmente vivida como fator de afastamento da escolarização, transforma-se em impulso de permanência e determinação, principalmente quando associada à força afetiva gerada pela relação com os filhos. Essa ambivalência é evidente nos relatos do terceiro núcleo, onde o abandono paterno acentua a sobrecarga emocional e financeira das estudantes, enquanto os filhos se constituem como fonte de motivação, afeto e desejo de continuidade.

Por sua vez, o quarto núcleo revela que embora a universidade represente espaço de transformação e reconstrução da subjetividade, ela ainda opera sob lógicas excludentes que desconsideram a maternidade como realidade legítima e estruturante na vida acadêmica, que se relaciona ao segundo núcleo, sobre os desafios para permanecer. Os sentidos construídos nos quatro núcleos se entrelaçam na vivência da maternidade como dimensão constitutiva da subjetividade, que tensiona os limites institucionais e potencializa a luta por permanência. A articulação desses núcleos revela, portanto, um percurso formativo sustentado por resistências, vínculos afetivos e práticas sociais que questionam as estruturas de exclusão das instituições educacionais, convidando à construção de políticas mais sensíveis às especificidades de mães universitárias no contexto Amazônico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as possíveis reverberações do abandono paterno na trajetória acadêmica e na permanência de mães solo universitárias

no contexto amazônico. Para isso, buscou-se descrever as estratégias utilizadas para conciliar maternidade e jornada acadêmica, compreender o papel das redes de apoio em suas trajetórias familiares e universitárias e conhecer o cotidiano acadêmico das mães solo universitárias. Com vista a alcançar tais propósitos foram realizadas entrevistas com três mães universitárias do campus da UFAM e UEA do município de Parintins.

Ao longo do percurso investigativo, que adotou uma abordagem qualitativa, exploratória e de campo, fundamentada na Psicologia Sócio-Histórica, foi possível alcançar esses objetivos de forma abrangente. A utilização da entrevista narrativa como instrumento de coleta de dados e a análise por núcleos de significação permitiram uma compreensão profunda e detalhada das experiências subjetivas das mães universitárias.

Os resultados revelaram um percurso educacional marcado por interrupções e recomeços, evidenciado desde os primeiros anos, nos quais o acesso à escola ocorreu de forma tardia e fragmentada. Esse cenário foi atravessado por negligências tanto familiares quanto estatais, expressas na ausência de políticas públicas voltadas ao direito à educação e nas precárias condições de infraestrutura das escolas localizadas no interior do Amazonas. A maternidade, assim como os relacionamentos conjugais abusivos, emergiu como elementos que interferiram e interromperam diretamente a continuidade dos estudos.

Com a entrada na universidade as estudantes vivenciaram dificuldades consideráveis para permanecer no ensino superior, enfrentando desafios contínuos como a escassez de recursos financeiros, a necessidade de recorrer a trabalhos informais e a dependência de auxílios sociais (Bolsa Família e auxílios acadêmicos). Também se destacou a limitação de acesso à internet e os impactos emocionais vivenciados durante a pandemia. Apesar das adversidades, as redes de apoio familiar e comunitário mostraram-se fundamentais para a subsistência e para a permanência acadêmica das estudantes.

Um dos achados mais relevantes foi a reverberação da negligência paterna, caracterizada pela omissão intencional do dever do cuidado. Nesse sentido, é interessante observar como a lenda do boto cor de rosa, presente no imaginário amazônico, atua como um recurso simbólico para interpretar o abandono paterno: “filhos do boto”. Essa narrativa evidencia não apenas a impunidade historicamente associada aos homens nesse contexto, mas também a responsabilização exclusiva das mulheres pela criação dos filhos. As mães solo, por sua vez, assumem integralmente as consequências dessa abandono,

lidando com uma sobrecarga de responsabilidades que se manifesta tanto antes quanto após o ingresso na universidade.

A pesquisa também evidenciou que o abandono paterno repercute diretamente na trajetória acadêmica das mães universitárias, que enfrentam a sobreposição de múltiplas tarefas (estudo, trabalho e maternidade) nos casos de quem tem o filho presente. Por outro lado, para aquelas que se viram obrigadas a deixar seus filhos sob os cuidados de terceiros em decorrência da ausência de recursos e suporte dos genitores, surgem grandes dilemas, marcados por sentimento de culpa e recorrentes desejos de desistência. Ainda assim, essas mulheres desenvolveram estratégias de convivência para manter o vínculo afetivo com os filhos, seja por meio da presença física ou a distância com a utilização de recursos tecnológicos e visitas programadas. Nessa dinâmica, os filhos tornam-se a principal fonte de força e motivação para que essas mães universitárias persistam em seus estudos.

O estudo mostrou ainda que a universidade pode representar um espaço de transformação para as estudantes, promovendo ressignificações pessoais. No entanto, esse mesmo ambiente também apresenta limitações estruturais que negligenciam as especificidades da maternidade. A ausência de fraldário, de espaços de acolhimento e apoio, bem como a escassez de auxílios financeiros específicos contribui para a invisibilização da maternidade no contexto acadêmico. Essa realidade reforça desigualdades de gênero, territoriais e sociais, afetando principalmente as mães universitárias que migram do interior e enfrentam várias barreiras para permanecer e se desenvolver na universidade.

Diante dos achados apresentados, é possível afirmar que os objetivos propostos foram alcançados. Contudo, é importante reconhecer algumas limitações inerentes a esta pesquisa. Embora tenha permitido uma análise aprofundada de suas vivências, a participação de apenas três estudantes universitárias restringe a generalização dos achados para um universo maior de mães solo universitárias. Além disso, o estudo se concentrou em participantes do interior do Amazonas que migraram para Parintins, o que, embora seja essencial para o contexto amazônico, pode não refletir as especificidades de mães em outros contextos regionais ou institucionais.

Para além disso, a relevância desse estudo está em contribuir para desvelar a invisibilidade e a romantização da maternidade solo, especialmente no ambiente acadêmico. O reconhecimento das múltiplas jornadas materna e da negligência paterna pode fomentar um debate público mais crítico sobre a necessidade de políticas sociais que

promovam a corresponsabilidade parental e desconstruam a ideia social de que o cuidado é uma responsabilidade exclusivamente feminina.

Há uma demanda clara por revisão e implementação de políticas estudantis que considerem as necessidades específicas das mães universitárias. Isso inclui a criação de infraestrutura de apoio à maternidade, ampliação de auxílios financeiros abrangentes que contemplem as despesas de cuidado dos filhos e a vida na cidade e a flexibilização de políticas acadêmicas que reconheçam a dupla jornada dessas estudantes. Que este trabalho possa ainda reverberar para além dos muros da academia, inspirando a formulação de políticas públicas que garantam de fato a todas as mães o direito à educação de qualidade e as condições para que suas trajetórias sejam de potência e não de renúncia.

As narrativas de Borboleta, Resiliência e Persistência (nomes que metaforicamente traduzem a metamorfose, a capacidade de superação e determinação) alinhadas à Psicologia Sócio-Histórica, que compreende o ser humano como produto e construtor de sua realidade social e histórica, revelam que para essas mulheres, a educação se constitui como um ato de emancipação, que impulsiona para a construção de um futuro mais justo e possível, não apenas para si, mas também para seus filhos.

Assim, este estudo não teve a intenção de exaurir nem de solucionar todas as questões que atravessam as vivências cotidianas de mães solo universitárias no contexto amazônico. Contudo, os caminhos metodológicos percorridos e os sentidos construídos ao longo da investigação apontam para temas cruciais que podem, e devem ser aprofundados e explorados futuramente por outras(os) pesquisadoras(es).

REFERÊNCIAS

- Aguiar, W. M. J., & Machado, V. C. (2016). Psicologia sócio-histórica como fundamento para a compreensão das significações da atividade docente. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 33(2), 261–270. <https://doi.org/10.1590/1982-02752016000200008>
- Aguiar, W. M. J., & Ozella, S. (2006). Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26(2), 222–245.
- Aguiar, W. M. J., & Ozella, S. (2013). Apreensão dos sentidos: Aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 94(236), 299–322.
- Almeida, T. M. C., & Zanello, V. (2022). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latinoamericanas*. OAB Editora.
- Almeida, T., & Ecco, C. (2024). A lenda do boto cor-de-rosa a serviço da perpetuação de fenômenos como a naturalização da violência, o abandono e a misoginia. In Tonon P. de T. S. (Responsabilidade Eds.), *Revista UNISAN Ciências Humanas*. Centro Universitário Santa Rita.
- Arpen – Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais. (2024). *Portal da transparência do Registro Civil*.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Nova Fronteira.
- Badinter, E. (2024). *O conflito: A mulher e a mãe*. Editora Record.
- Barbosa, P. B. (2019). Maternidade e os não-lugares da mulher que é mãe. *Revista África e Africanidade*, 11(29).
- Barros, S. S., Sabóia, V. M., & Viana, V. P. (2021). Desafios entre a vida acadêmica e o aleitamento materno: Uma revisão sistemática. *Research, Society and Development*, 10(8), e21310817134. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i8.17134>
- Beauvoir, S. (1970). *Fatos e mitos* (4a. ed.). Difusão Europeia do Livro.
- Beltrão, K., & Alves, J. (2009). A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, 39(136), 125–156. <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/277>
- Bernardes, C. F. da S., Oliveira, A. R. C. de, & Silva, B. de S. da. (2024). Políticas de apoio à parentalidade na UFNT: Construindo redes para a permanência materna na região Norte. *IV Simpósio Brasileiro Sobre Maternidade e Ciência*. <https://sl1nk.com/rh8bL>
- Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. D. L. T. (2008). *Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia* (14ª ed.). Saraiva.

- Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. D. L. T. (2016). *Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia*. Saraiva.
- Borba, F. D. S. (2022). *Dicionário Unesp do português contemporâneo*. Editora Unesp.
- Brasil. (1879). Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879: Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império.
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-norma-pe.html>
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, Centro Gráfico.
- Brasil. (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União.
- Brasil. (2012). Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm
- Brasil. (2023). Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para incluir estudantes quilombolas nas políticas de reserva de vagas nas instituições federais de ensino.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/L Lei/L14723.htm
- Cantalice, J. B. (2022). *Abandono afetivo, psicologia e direito: Compreendendo afetos e protegendo garantias* [Monografia, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório UFPB. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24025>
- Cardoso, L. M., & Ferreira, S. B. F. (2025). Educação quilombola e ensino superior: Desafios, barreiras e o impacto das políticas afirmativas. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, 8(18). <https://doi.org/10.55892/jrg.v8i18.1939>
- Carneiro Filho, H. J., Souza, M., & Guimarães, E. (2021). Pioneirismo feminino na Faculdade de Direito do Recife: As primeiras bacharelas em Direito do Brasil. *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*, 92, 145–167.
https://www.academia.edu/download/72517361/249541_198732_1_PB.pdf
- Cascudo, L. C. (2023). *Dicionário do folclore brasileiro*. Global Editora.
- Castro, D. G., & Ribeiro, J. M. (2022). Do imaginário à exploração: A relação do boto-cor-de-rosa com a exploração sexual de crianças ribeirinhas. *Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca*, 7(1).
- Cesar, R. C. B., Loures, A. F., & Andrade, B. B. S. (2019). A romantização da maternidade e a culpabilização da mulher. *Revista Mosaico*, 10(2Sup), 68–75.
<https://doi.org/10.21727/rm.v10i2Sup.1956>
- Feijó, J. (2023). Mães solo no mercado de trabalho. *Blog do IBRE*.
<https://blogdoibre.fgv.br/posts/maes-solo-no-mercado-de-trabalho>

- Fernandes, P. D. S. (2022). *Família monoparental feminina: Desafios de ser mãe solo* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho]. Repositório da UNESP. <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/d10178d4-3dab-4828-bd3e-dc01fd26b97d/content>
- Ferreira, K. R., & Furtado, M. A. S. (2022). Vivência de mães universitárias do ISB/UFAME. *Construção psicopedagógica*, 32(33), 59-76. <https://doi.org/10.37388/CP2022/v32n33a07>
- Figueiredo, R. F., & Oliveira, A. L. (2022). Condições de permanência das estudantes-mães na UNIFAL-MG. In *XLVI Encontro da ANPAD – EnANPAD 2022*. <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/ad554d8c3b06d6b97ee76a2448bd7913.pdf>
- Fonseca, R. C. V. D. (2012). *Metodologia do trabalho científico* (1a. ed.). Curitiba.
- Galvão, L. B. (2020). Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. *Revista Direito e Sexualidade*.
- Gentil, M. G. F., & Calegare, M. (2023). Estudo de caso da trajetória escolar de um ribeirinho na Universidade Federal do Amazonas. *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7714>
- Góis, J. B. H. (2008). Quando raça conta: Um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. *Revista Estudos Feministas*, 16(3), 743–768. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300002>
- Gomes, F. A. (2021). A dimensão subjetiva da relação escola-família: Um estudo das significações produzidas por docentes sobre a função social da família [Tese, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUC-SP. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/23676>
- Gomes, F. A., Aguiar, W. M. J., & Alfredo, R. A. (2024a). Pressupostos Teórico-Metodológicos Da Psicologia Sócio-Histórica Para Pesquisas Em Educação. *Psicologia Escolar E Educacional*, 28. <https://doi.org/10.1590/2175-35392024-263404>
- Gomes, F. A., Torres, M. S., & Villar, V. L. G. (2024b). A inclusão perversa: Ensino superior, pandemia e desigualdade socioeconômica no Amazonas. *Revista Diálogo Educacional*, 24(80). <https://doi.org/10.7213/1981-416X.24.080.AO06>
- Gonsalves, E. P. (2011). *Conversas sobre iniciação à pesquisa científica* (5a. ed.). Alínea.
- Hamada, T. M. S. (2013). *O abandono afetivo paterno-filial, o dever de indenizar e considerações acerca da decisão inédita do STJ*.
- Hooks, B. (1984). *Feminist theory: From margin to center*. South End Press.

- Hooks, B. (2013). *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. WMF Martins Fontes.
- Hooks, B. (2018). *O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras*. Rosa dos Tempos.
- Jesus, T. M. (2023). Masculinidades e o envolvimento de homens nos cuidados às crianças e adolescentes em âmbito familiar. *O Social em Questão*, (55). <https://doi.org/10.17771/PUCRio.OSQ.61451>
- Joaquim, A. R. de S., & Aragão, J. E. de O. S. (2024). Políticas de permanência estudantil para mães universitárias na Universidade Estadual Paulista (UNESP). *Diversidade e Educação*, 12(1), 974–998. <https://doi.org/10.14295/de.v12i1.16260>
- Jovchelovitch, S., & Bauer, M. W. (2008). Entrevista narrativa. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som* (7a. ed.). Vozes.
- Kroth, D. C., & Barth, E. (2022). Do acesso ao êxito acadêmico: A importância da política de assistência estudantil no ensino superior. *Desenvolvimento em Questão*, 20(58). <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.12102>
- Lima, L. B. de O., Pinto, L. C., & Martins, G. de C. (2023). Abandono paterno e os impactos psicológicos na vida adulta. *Revista Contemporânea*, 3(11), 23511–23528. <https://doi.org/10.56083/RCV3N11-172>
- Lima, L. L., & Monteiro, A. V. (2024). Abandono afetivo paterno: As consequências de um pai ausente na fase infantojuvenil. *Revista Contemporânea*, 4(11). <https://doi.org/10.56083/rcv4n11-051>
- Lira, M. B. A. (2024). Políticas públicas educacionais no Amazonas: Um estudo das especificidades regionais. *Revista FT*, 28(140). <https://doi.org/10.69849/revistaft/pa10202411102258>
- Lopes, L. M., & Ramalho, C. C. (2023). Mães-universitárias: As dificuldades durante a graduação em educação física. *Revista Mosaico - Revista de História*, 16(4), 104–118. <https://doi.org/10.18224/mos.v16i4.12605>
- Louro, G. (2001). Mulheres na sala de aula. In: Del Priore, M. (org.), *História das mulheres no Brasil* (5. ed.). Contexto.
- Madaleno, R. (2018). *Direito de família* (12a. ed.). Forense.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2010). *Fundamentos de metodologia científica* (7a. ed.). Atlas.
- Marinho, B. G. L., Medeiros, L. T., & França, J. M. (2023). As vítimas do boto: Como a violência sexual velada disseminou-se pela região Norte do Brasil e transformou jovens em mães. *Revista FT*. <https://doi.org/10.5281/zenodo.7541740>

- Mata, N. T. (2019). Negligência na infância: Uma reflexão sobre a (des)proteção de crianças e famílias. *O Social em Questão*, 22(45), 223–237.
- Matos, M. G., & Magalhães, A. S. (2019). Ser pai na contemporaneidade: Demandas contraditórias. *Psicologia Revista*, 28(1), 151–173.
- Mendes, J. A. de A., Almeida, M. P. de, & Melo, G. V. de L. R. (2021). Abandono afetivo parental: Uma (re)visão crítica, narrativa-sistemática da literatura psicojurídica em português. *Psicologia Argumento*, 39(105), 657–688. <https://doi.org/10.7213/psicolargum39.105.AO13>
- Minayo, M. C. S. (2010). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (31a. ed.). Vozes.
- Ministério da Educação. (2023, 14 de novembro). *Portaria nº 2.005, de 14 de novembro de 2023. Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de promover estudos técnicos relacionados à Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras*. <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/4525/portaria-mec-n-2.005-2023>
- Muylaert, C. J., Sarubbi Jr, V., Gallo, P. R., Neto, M. L. R., & Reis, A. O. A. (2014). Entrevistas narrativas: Um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48(Esp), 184–189. <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000800027>
- Nascimento, A. M. V. da S., Martins, D. M. B., Bonfim, C. B., & Bernardo, K. J. C. (2022). Maternidade solo e interseccionalidades: Práticas de cuidado no contexto da atenção básica. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 11, e4393. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.2022.e4393>
- Neves, A. L. M., & Silva, I. R. (2015). *Diversidade sexual e protagonismo de professores: Uma análise sócio-histórica dos significados*. Martinari.
- Oliveira, Z. G. P. (2024). Desafios e estratégias: Políticas públicas para a permanência no ensino superior e contenção da evasão universitária. *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9894>
- Pereira, V. B., & Leitão, H. D. A. L. (2020). Sobrecarga e rede de apoio: A experiência da maternidade depois da separação conjugal. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(1), 1–12.
- Pereira, J. G. L., Xavier, L. A., & Resende, C. M. A. A. (2024). A vulnerabilidade de mães solo: Desromantizando a ideia de “mulheres guerreiras”. *Mosaico: Revista Multidisciplinar de Humanidades*, 15(3), 285–297.
- Pereira, M. B., & Silva, J. M. (2024). Abandono afetivo nas relações paterno-filiais: A mediação como meio humanizado de solução do conflito. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, 4(1).
- Pessanha, L. F. (2023). Entre livros e fraldas: Dilemas e desafios da maternidade durante a graduação. *Revista Gestão Secretarial*, 14(1), 306–331. <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i1.1515>

- Pinheiro, B. C. S. (2023). *Como ser um educador antirracista: Para familiares e professores*. Planeta.
- Putini, L. V., Berlanda, S. I. S., & Batista, A. C. K. (2024). Tecendo o passado: Uma análise da história sócio-cultural da maternidade e seus impactos a partir de uma perspectiva existencialista. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 10(11), 2578–2597.
<https://doi.org/10.51891/rease.v10i11.16755>
- Ravagnoli, N. C. D. S. R. (2018). A entrevista narrativa como instrumento na investigação de fenômenos sociais na Linguística Aplicada. *The Specialist*, 39(3).
- Ribeiro, A. F. M., & Vieira, A. M. D. P. (2023). O ingresso de mulheres nas universidades no Brasil (1940–1980). *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 18. <https://doi.org/10.21723/riace.v18i00.18047>
- Rios, K. S. (2024). A construção social do gênero feminino atrelado à papéis sociais de cuidado. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 17(13).
<https://doi.org/10.55905/revconv.17n.13-578>
- Rochadel, G. M. M., & Moreira, J. S. (2012, 1 de junho). Do descumprimento da regulamentação de visitas e condenação por abandono afetivo. *Âmbito Jurídico*. <https://ambitojuridico.com.br/do-descumprimento-da-regulamentacao-de-visitas-e-condenacao-por-abandono-afetivo/>
- Romeiro, N. L., & Bezerra, A. C. (2021). A naturalização da violência contra a mulher e a trajetória da criminalização da violência sexual no Brasil. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 13(1).
<https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/517>
- Saffioti, H. I. B. (1987). *O poder do macho*. Editora Moderna.
- Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero, patriarcado, violência* (2a. ed.). Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, P. B. (2013). *Metodologia de pesquisa* (5a. ed.). Penso.
- Santos, C. V. M. D., Campana, N. T. C., & Gomes, I. C. (2019). Cuidado parental igualitário: Revisão de literatura e construção conceitual. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35.
- Santos, D. C., Pinheiro, D. C., & Cavalcanti, E. M. (2020). Relações étnico-raciais e educação: A inserção da mulher negra no ensino superior. In *XXV EPEN – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação*, 1–7).
https://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/20/6439-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf

- Santos, H. M. da C. (2021). Reflexões sobre a educação no interior do Amazonas/Brasil / Reflections on education inside Amazonas/Brazil. *Brazilian Journal of Development*, 7(4), 38447–38513. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n4-352>
- Santos, M. J. N., & Rezende, P. I. S. (2023). RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO PATERNO. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências e Educação*, 9(10), 95–108. <https://doi.org/10.51891/rease.v9i10.11577>
- Santos, D. F. E., Bonfim, V. R., Costa, M. R. da, Okochi, R. C. N., & Sousa, S. F. de. (2025). Análise da relevância de uma infraestrutura inclusiva para universitárias gestantes e mães que frequentam ambientes acadêmicos com seus filhos. *Observatório de la Economía Latinoamericana*, 23(4), e9465. <https://doi.org/10.55905/oelv23n4-028>
- Santos, P. V. F. S., & Albuquerque, V. G. R. (2025). Gravidez precoce: Prevenção, evasão escolar e percepção dos adolescentes – Uma revisão bibliográfica. *Lumen et Virtus*, 16(48), 5837–5848. <https://doi.org/10.56238/levv16n48-095>
- Schneebeli, F. C. F., & Menandro, M. C. S. (2014). Com quem os filhos ficarão? Representações sociais da guarda após a separação conjugal. *Psicologia e Sociedade*, 26(1), 175–184.
- Silva, A. C. S., & Alberto, M. F. P. (2019). Fios soltos da rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, e185358. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003185358>
- Silva, C. G., Cassiano, K. K., & Cordeiro, D. F. (2019). Mãe solo, feminismo e Instagram: Análise descritiva utilizando mineração de dados. In *XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste*.
- Silva, L., Nunes, C., & Queiroz, Z. (2020). O ônus da maternagem e os impactos na trajetória educacional e acadêmica das mulheres. *Debates em Educação*, 12(Esp), 624–642. <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2020v12nEsp624-642>
- Silva, J. M. S., & Salvador, A. C. (2021). Coletivos de mães universitárias rompendo com a história da exclusão feminina nas universidades. *31º Simpósio Nacional de História*. https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2024-08/1724230800_3f1aa4cd075c4fe28820081014ca2f1e.pdf
- Silva, M. S. L., Dantas, M. C. S., de Souto Araújo, J. P., Farias de Andrade, L. D., Marcos de Lima, G. B., Carvalho de Brito Santos, N. C., Vieira Lordão, A., & Figueiredo da Silva Pascoal, F. (2022). Um olhar além da beleza da maternidade: Burnout materno. *Saúde Coletiva (Barueri)*, 12(83), 12116–12127. <https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2022v12i83p12116-12127>
- Silva, I. R. (2023). Educação, resistência e povos amazônicos. *41ª Reunião Nacional da ANPED, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*.
- Silva, N. O., & de Souza, D. C. (2024). Entre a universidade e a maternidade: Um estudo com mães acadêmicas do ensino superior. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, 25(4).

- Soares, C. G. S., Aguiar, D. M., Neves, D. B. S., & Brock, M. F. (2020). A interiorização do ensino superior no Amazonas. *Revista Direitos Humanos e Sociedade*, 3(1), 171–187.
- Soares, L. M. (2023). A política pública da assistência estudantil na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a implementação do auxílio creche para estudantes mães. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, 5(4), 142–162.
- Sousa, A. L., Silva, I. R. da, & Ferreira, I. C. F. (2023). Desafios e resistências para a permanência de mulheres amazônidas na universidade: Um olhar interseccional. In S. Barbato, C. C. de França, G. C. Resende, C. B. Alves, M. F. González, & I. R. da Silva (Orgs.), *Narrativas de mulheres na educação e na vida: Transições e desafios* (pp. 144–166). EDUA.
- Silva, D. N. (2024). "Boto-cor-de-rosa". *Brasil Escola*.
<https://brasilecola.uol.com.br/folclore/boto-cor-de-rosa.htm>
- Sousa, T. C. M., & Matos Júnior, C. C. de. (2023). Mães universitárias: Experiências e desafios da maternidade e da vida acadêmica em São Bernardo, Maranhão, Brasil. *Infinitum: Revista Multidisciplinar*, 6(10), 84–108.
<https://doi.org/10.18764/2595-9549v6n10.2023.5>
- Sousa, D. R. de, & Leonardeli, P. B. (2024). A experiência de mães estudantes do curso de pedagogia: Um estudo acerca dos desafios enfrentados pela mulher no espaço educacional. *Revista Contemporânea*, 4(5), e3901.
<https://doi.org/10.56083/RCV4N5-045>
- Souza, J. C. P., & Bezerra, F. S. (2020). A ausência paterna e as repercussões no desenvolvimento do adolescente. *Textos e Debates*, 26(2), 168–185.
- Souza, P., & Reis, F. (2021). Um olhar feminista sobre o exercício da parentalidade após separação: Assimetrias, estereótipos e abandono paterno. *Revista Conversas Civilísticas*.
- Souza, M. I. M., Dornelas, M. A., & Costa, R. P. (2023). Maternidade e vida acadêmica: O caso da jornada feminina de estudantes de uma instituição de ensino federal. *Brazilian Journal of Development*, 9(6), 18927–18948.
- Teixeira, A. A., Silva, A. C. D., Antunes, M. C., & Polli, G. M. (2024). Representações sociais sobre ser mulher na sociedade contemporânea. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 44. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003264821>
- Trindade, A. P. P., & Trindade, D. F. (2011). Desafios das primeiras médicas brasileiras. *História da Ciência e Ensino: Construindo Interfaces*, 4, 24–37.
<https://revistas.pucsp.br/hcensino/article/view/6435>
- United Nations. (2015). Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development (A/RES/70/1). <https://digitallibrary.un.org/record/803352>
- Venturini, A. C. (2017). A presença das mulheres nas universidades brasileiras: Um panorama de desigualdade. In *Seminário Internacional Fazendo Gênero* (11), 1–15.

- Viana, A. S. (2024). *Mães universitárias: desafios para permanência no curso de Administração, no Alto Solimões/Amazonas* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Amazonas]. Repositório UFAM. <https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/8294>
- Vieira, J. J., Brito, I. A. da S., & Peixoto, S. dos S. (2024). Análise das narrativas das integrantes do coletivo de mães da UFRJ sobre as condições de permanência de mães no ensino superior. *Revista @mbienteeducação*, 17(00). <https://doi.org/10.26843/ae.v17i00.1426>
- Wermuth, M. Â. D., & Nielsson, J. G. (2018). A “carne mais barata do mercado”: Uma análise biopolítica da “cultura do estupro” no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito da UERJ-RFD*, (34), 171–200.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação* (1ª ed.). Editora Appris.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA – FAPSI/UFAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



APÊNDICES

APÊNDICE I

Vivências de mães solo universitárias no Contexto Amazônico: as reverberações do abandono paterno na trajetória acadêmica

Pesquisadora: Valexa Moraes de Barros
Orientadora: Prof^a Dra. Iolete Ribeiro da Silva

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Perfil das entrevistadas

Nome: _____ Idade: _____

Identificação étnico-racial (segundo IBGE):

() Preto () Pardo () Indígena () Amarelo () Branco ()

Estado: _____ Município: _____

Comunidade: _____

Estado civil: _____

Possui quantos filhos? _____ Recebem pensão? Sim () Não ()

Com quem você mora? _____

Em qual período ou semestre você está atualmente? _____

Estuda em período integral, matutino, vespertino ou noturno?

Recebe algum tipo de bolsa ou auxílio estudantil? () Sim () Não.

Se sim, qual? _____

Trabalha? () Sim () Não. Se sim, é informal ou formal? _____

Recebe outros tipos de auxílios financeiros? () Sim () Não

Se sim, qual? _____



APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Sra. está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa “**Vivências de mães solo universitárias no Contexto Amazônico: as reverberações do abandono paterno na trajetória acadêmica**”, cuja pesquisadora responsável é a mestranda Valexa Moraes de Barros, sob orientação da Prof.^a Dra. Iolete Ribeiro da Silva. Os objetivos do projeto são: **Objetivo Geral:** Analisar as possíveis reverberações do abandono paterno na trajetória escolar de mães solo universitárias do contexto amazônico. **Objetivos Específicos:** Descrever as estratégias usadas para a conciliação entre maternidade e jornada acadêmica; Compreender o papel das redes de apoio em sua trajetória familiar e universitária; Conhecer o cotidiano acadêmico das mães solo universitárias. Esta pesquisa é desenvolvida a partir do Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGPSI) da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A Sra. está sendo convidada porque está inclusa no grupo de mulheres que estão cursando pelo menos o 2º período da graduação na Universidade Pública UFAM ou UEA e sejam mães; e que identificam como mães solo declarando ser a responsável principal ou exclusiva pelos cuidados dos filhos em decorrência do abandono paterno.

Sua participação é voluntária e a Sra. tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhuma penalidade ou prejuízo. Além disso, a sua identidade será preservada conforme os padrões éticos de sigilo, assim como, qualquer informação que o identifique. A Sra. serão esclarecidas todas as dúvidas em qualquer fase e sobre qualquer aspecto da pesquisa que desejar, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável através do e-mail: alexabarros25@gmail.com. Quanto à participação no estudo, não haverá despesas ou compensações pessoais ou financeiras relacionadas a sua participação.

Caso aceite participar, a coleta de dados ocorrerá a partir de entrevista individual, em um local da sua preferência, onde será gravada em áudio para ser transcrita de forma integral, auxiliando na posterior análise e discussão, resultando na escrita da dissertação de mestrado. Os dados serão armazenados de modo que respeite os procedimentos de

confidencialidade e privacidade conforme estabelece a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde - CNS.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa, os possíveis riscos para a Sra. incluem situações de desconforto e/ou constrangimento de natureza pessoal, que podem trazer à tona emoções e sentimentos negativos relacionados a determinadas experiências.

É importante ressaltar que, se necessário, sua participação poderá ser suspensa em favor de sua saúde mental, e se isso ocorrer, a Sra. será atendido pela própria pesquisadora, que, na qualidade de psicóloga, suspenderá a entrevista para prestar suporte psicológico inicial, e posteriormente, a encaminhará para o atendimento psicológico online, prestado pela psicóloga Manuela Gomes Batalha – CRP 20/12.250.

Quanto aos benefícios, é esperado que esta pesquisa contribua cientificamente para as pautas de gênero, paternidade e trajetórias de mães solo universitárias. Além disso, a pesquisa deve proporcionar ainda mais visibilidade a essas temáticas no contexto amazônico, especialmente às experiências de mulheres que precisam conciliar maternidade e estudos. Ao promover um espaço de reflexão, espera-se auxiliar na compreensão dos desafios para a permanência na universidade e influenciar na elaboração de políticas institucionais e públicas, com o objetivo de atender às necessidades específicas desse grupo, criando mecanismos de apoio que possam facilitar sua jornada acadêmica e garantir maior equidade e inclusão no ambiente universitário.

Se julgar necessário, a Sra. dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-la na tomada de decisão livre e esclarecida. Garantimos a Sra., e seu acompanhante quando necessário, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente por meio de débito em conta (inclui transporte, alimentação e quaisquer despesas oriundas da participação no estudo).

Também estão assegurados a Sra. o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa, assim como o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo a participante, pelo tempo que for necessário. Por fim, garantimos a Sra. a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

A Sra. pode entrar em contato com a pesquisadora responsável, Valexa Moraes de Barros, a qualquer tempo para informação adicional no endereço eletrônico

alexabarro25@gmail.com ou através do número de telefone (92) 98414-3620. Podendo também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente.

O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pela Sra., ou por seu representante legal, e pela pesquisadora responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____,
CPF: _____, fui informado sobre os objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada. Declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Manaus, _____ de _____ de 20____.

Assinatura da Participante



Impressão digital

Assinatura da Pesquisadora Responsável

ANEXO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Itinerários e condições de desenvolvimento de jovens estudantes do ensino superior: desafios para a permanência

Pesquisador: Iolete Ribeiro da Silva

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 64651822.2.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.765.546

Apresentação do Projeto:

Este é um estudo longitudinal que utiliza multimétodos qualitativos envolvendo os seguintes procedimentos: grupo focal e quatro tipos de entrevistas individuais (entrevista narrativa aberta, entrevista semiestruturada, entrevista mediada por imagens ou objetos individuais e entrevista móvel). Haverá o uso de gravador digital em todas as entrevistas e no grupo focal. As quatro entrevistas serão realizadas duas vezes com as/os mesmas/os estudantes, com um intervalo de no mínimo seis meses entre o primeiro e segundo momento de coleta de dados. A realização de coleta de dados em dois momentos permite a identificação de mudanças lineares e descontínuas. Optou-se por um número baixo de participantes que possibilite análise em profundidade a fim de avançarmos na compreensão dos processos subjetivos. As/Os participantes serão estudantes de graduação da UFAM e UEA pertencentes a comunidades ribeirinhas, comunidades indígenas e comunidades urbanas. As narrativas e argumentações serão produzidas com a realização de grupos focais e entrevistas individuais. Estudantes em diferentes momentos da graduação serão convidados a participar. A coleta totalizará, por participante, aproximadamente de 4 a 5 horas de participação na pesquisa. Estima-se que 40 estudantes participem do estudo, sendo pelo menos dois em cada localidade. Os dados dos grupos focais e entrevistas individuais serão submetidos à análise interpretativa onde buscar-se-á identificar os indicadores de sentido a partir do objetivo proposto na pesquisa que serão reunidos em categorias e em seguida interpretados à luz da literatura. A Análise Dialógico-temática e pragmática do discurso permitirá a identificação de

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 5.765.546

significados e sentidos e posições eu-outro-mundo. A análise microgenética será feita retornando-se à sequência de produção nos grupos focais e entrevistas individuais, em trechos em que se notam quebras para descrever práticas preferenciais de uso do discurso, estruturas e funções que apontam elementos que estão mediando a narrativa, a fim de verificar mudanças e transformações.

Critério de Inclusão: Serão participantes da pesquisa estudantes de graduação das universidades UFAM e UEA pertencentes a comunidades ribeirinhas, comunidades indígenas e comunidades urbanas. Estudantes de 16 a 29 anos que estejam em diferentes momentos da graduação serão convidados a participar. Os pesquisadores farão os convites nas salas de aulas. Atingindo-se o número esperado, de oito integrantes para o grupo focal e dois para as entrevistas, iniciam-se os procedimentos de coleta de dados. A coleta ocorrerá em diferentes momentos totalizando aproximadamente 3 horas de participação por etapa coletiva e individual. Atendendo a perspectiva de transição em diferentes momentos de estudos na psicologia do desenvolvimento. Havendo duas etapas de coleta e análise, há a perspectiva de que possamos identificar mudanças nas dinâmicas ao longo do ano. Assegurar-se-á, e será registrado do TCLE, a privacidade e a não identificação dos participantes deste estudo. **Critério de Exclusão:** Não participarão da pesquisa os estudantes que retirarem o consentimento em qualquer fase do estudo ou que deixarem de estudar na universidade após o período da pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar as narrativas de jovens estudantes do ensino superior sobre a sua trajetória de escolarização, sua participação e protagonismo no contexto escolar, identificando características das transições e condições de desenvolvimento e o quanto a universidade responde às suas demandas. **Objetivo Secundário:** Identificar espaços de participação das/dos estudantes identificando elementos que promovem ou impedem a permanência na universidade; Entender de que forma os estudantes significam sua trajetória de escolarização; identificar nas narrativas dos estudantes se e como os professores contribuíram para a promoção da inclusão escolar; Analisar as mudanças (lineares) e transformações (descontínuas) nas vivências escolares dos estudantes e condições de desenvolvimento das/os estudantes

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: A participação na pesquisa implica em baixo risco, pelo fato de que, eventualmente, algum participante possa ficar emocionado durante os temas abordados ou o contato com os relatos dos estudos de caso que utilizaremos para as reflexões e argumentações nos fóruns. No caso das

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM **Município:** MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 5.765.546

narrativas de si ou atividades em grupo de discussão que mobilizem fortes emoções, choro ou angústia, o pesquisador estará sensível para realizar o acolhimento humanizado no momento da pesquisa. O pesquisador também buscará refletir, junto aos participantes, sobre as vantagens e desvantagens de continuar o processo de pesquisa. Outra decisão que poderá também ser tomada em conjunto é o encaminhamento de cada participante para o setor de apoio psicossocial da instituição, caso deseje, independentemente de sua opção por continuar ou não participando da pesquisa. Outros riscos referem às possíveis pioras na situação sanitária que podem prejudicar a adesão à pesquisa que caso ocorram exigirão o replanejamento dos procedimentos. Benefícios: Busca-se avançar na compreensão das possíveis descontinuidades e rupturas que marcam a transição para a vida adulta. Esta intencionalidade implica compreender os jovens estudantes como pertencentes a um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos em um momento singular de desenvolvimento. Esses jovens são atuantes em um conjunto social que possui atributos e práticas culturais situados, que enfrenta mudanças diversificadas, diferenciadas. Esse conjunto social é constituído por gerações anteriores que produziram as condições de socialização e desenvolvimento que são mediadas pelas políticas públicas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O cronograma está de acordo. Trabalho submetido em primeira versão pela docente Dra. Iolete Ribeiro, da Faculdade de Psicologia, fruto de um projeto aprovado pela Fapeam (Edital Humanitas).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Projeto completo: de acordo

Folha de rosto: de acordo (devidamente assinado)

Riscos e benefícios: de acordo

Critérios de inclusão e exclusão: de acordo

Instrumento de pesquisa: de acordo

Cronograma: de acordo

Anuência: de acordo (anuência da Ufam e da UEA)

TCLE/Termo de assentimento: de acordo

Recomendações:

Este CEP/UFAM analisa os aspectos éticos da pesquisa com base nas Resoluções 466/2012-CNS, 510/2016-CNS e outras complementares. A aprovação do protocolo neste Comitê NÃO SOBREPÕE

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.765.546

eventuais restrições ao início da pesquisa estabelecidas pelas autoridades competentes, devido à pandemia de COVID-19. O pesquisador(a) deve analisar a pertinência do início, segundo regras de sua instituição ou instituições/autoridades sanitárias locais, municipais, estaduais ou federais.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está devidamente adequado, e portanto, sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1999663.pdf	10/10/2022 22:46:08		Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoloiteAssinada.pdf	10/10/2022 22:44:29	Adria de Lima Sousa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_cep.pdf	10/10/2022 22:43:35	Adria de Lima Sousa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_HUMANITAS.pdf	06/10/2022 17:35:57	Adria de Lima Sousa	Aceito
Outros	Anuencia_UFAM.pdf	04/10/2022 22:11:09	Adria de Lima Sousa	Aceito
Outros	CARTA_DE_ANUENCIA_UEA.pdf	04/10/2022 22:08:16	Adria de Lima Sousa	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 20 de Novembro de 2022

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM **Município:** MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com